

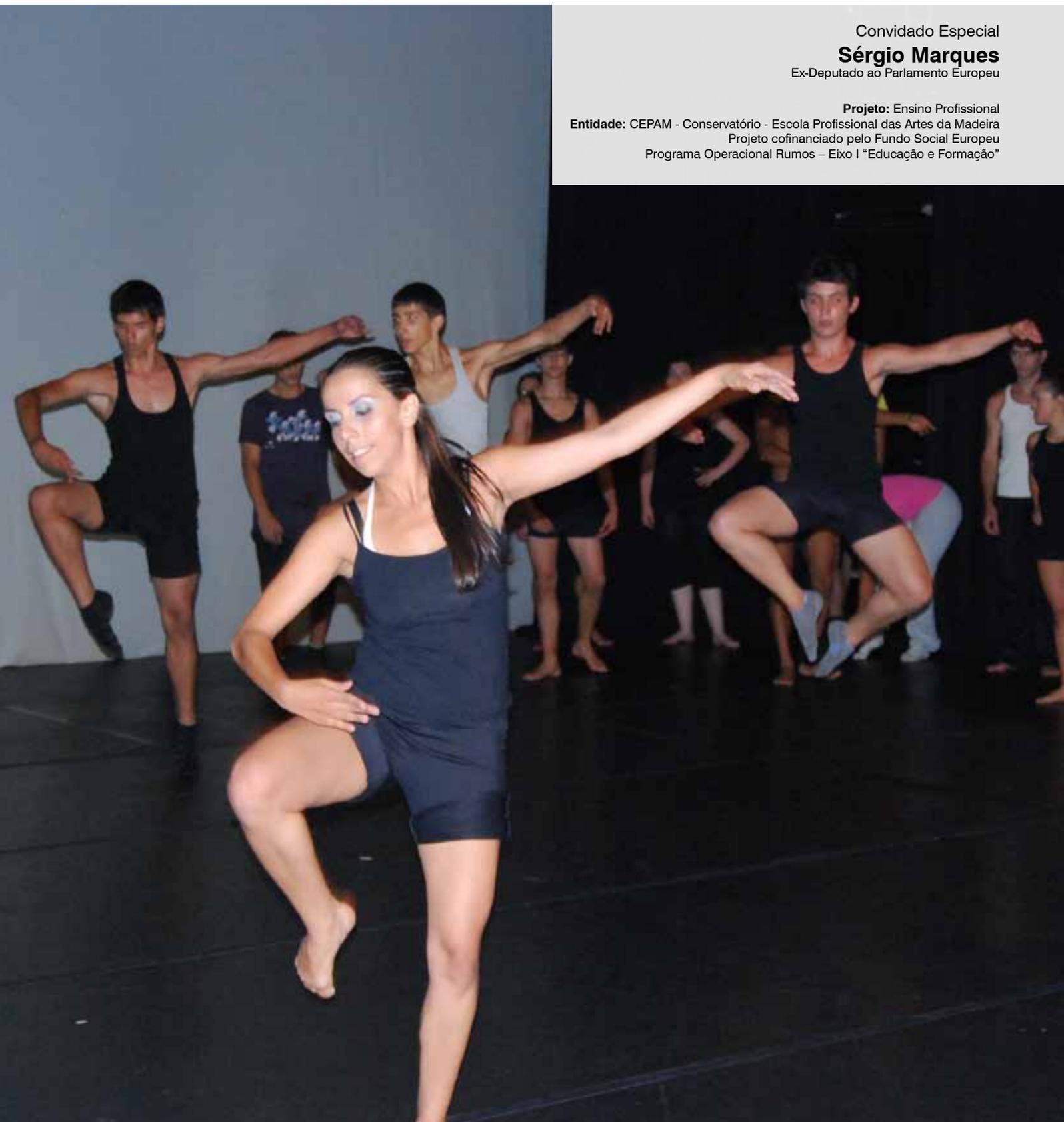
5
Dezembro 2012

Espaço Global

Suplemento Anual sobre os Incentivos da União Europeia

Convidado Especial
Sérgio Marques
Ex-Deputado ao Parlamento Europeu

Projeto: Ensino Profissional
Entidade: CEPAM - Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira
Projeto cofinanciado pelo Fundo Social Europeu
Programa Operacional Rumos – Eixo I “Educação e Formação”





Espaço Global

A Missão de informar ao grande público

O “Espaço Global” tem ao longo da sua ainda curta existência, mantido uma qualidade que me apraz registar. Muito mais que a qualidade gráfica, que é excelente, destaco sobretudo o seu conteúdo, baseado numa criteriosa relação de temáticas que procuram elucidar o público em geral, das principais linhas de orientação e em que assenta a Política de Coesão da União Europeia (U.E.) fazendo a respetiva ligação aos Programas Regionais financiados no âmbito daquela política. Independentemente de todo um trabalho que nos últimos anos tem sido efetuado, é muito importante que se continue a levar a cabo este esforço de informação junto do grande público, para que de uma forma acessível e com alguma atratividade, se transmitam as mensagens mais pertinentes aos cidadãos em geral. Não imputando apenas ao cidadão comum algum desconhecimento

no que concerne à forma como os Fundos Estruturais são utilizados e a tudo o que lhes está subjacente, não é assim tão raro, nos mais variados contextos, ouvirmos ou lermos afirmações de alguns responsáveis de diversas áreas e dos mais variados quadrantes que, no mínimo, são inadequadas e perfeitamente desenquadradas, sobre a gestão dos Fundos Estruturais e em particular à sua utilização. Ora isto, é muito negativo. Este tipo de mensagem acentua ainda mais a desinformação, o que afeta, em muito, a própria imagem dos Fundos Estruturais e a sua credibilidade como instrumento de incontornável importância no apoio à materialização de ações e projetos que constituem efetivas mais-valias para o desenvolvimento socioeconómico da Região. Independentemente da opinião de cada cidadão sobre os investimentos realizados, relaciona-se com os Fundos Comunitários, tudo o que foi investimento, nomeadamente quando se trata de infraestruturas. Se fizéssemos um pequeno inquérito nesta matéria, teríamos certamente resultados completamente enviesados do que é a realidade. A ideia generalizada que



a “CEE” tudo paga, é um exemplo de algum grau de desconhecimento que subsiste. Mau grado a falta de informação que existe, não deixa de ser verdade também, que muitos têm responsabilidades acrescidas nesta situação. É na tentativa de inverter, gradualmente, este cenário, que a Autoridade de Gestão dos Programas Regionais, tem procurado, pelos mais diversos meios, promover uma série de ações que têm visado proporcionar uma adequada divulgação e informação da intervenção dos Fundos Estruturais e da sua estreita relação com a Coesão e valores indeclináveis que lhes estão associados e que o Tratado da U.E. consagra, dos quais a Solidariedade constitui um pilar que aglutina a essência de um Projeto de Progresso, Paz e de Partilha. O “Espaço Global” é um pequeno contributo para fortalecermos este espírito, o que só é possível, quando tivermos um conhecimento adequado do projeto europeu, que nos permita ser interventivos e participativos em prol da sua permanente consolidação.

Sílvia Costa

Presidente do Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

Espaço Global

Edição

Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM
Travessa do Cabido, 16 - 9000-715 Funchal
Região Autónoma da Madeira - Portugal
Tel: +351 291 214 000 - Fax: +351 291 214 001
idr.srpf@gov-madeira.pt - www.idr.gov-madeira.pt

Coordenação - projeto editorial, design e produção

Vanda de França Correia de Jesus - Núcleo de Avaliação e Comunicação (NAC do IDR, IP-RAM)

Criação do layout

MEIO – Serviços de Publicidade e Marketing, Lda.

Fotografia

Capa – Fátima António (NAC do IDR, IP-RAM)

Projetos – Maria do Rosário Gomes e Fátima António (NAC do IDR, IP-RAM)

Separadores – Serviço do Parque Natural da Madeira

Espaço Global # 5 | Dezembro | 2012 | Anual
[Distribuição Gratuita]

Índice

- 5 Nota Editorial
- 7 Convidado Especial
- 8 **Sérgio Marques** (Ex-Deputado ao Parlamento Europeu) – O Euro em Risco.
- 11 Espaço Opinion Leaders
- 12 **Duarte Ferreira** (Administrador da ANAM, SA e Diretor dos Aeroportos da Madeira) - Aeroporto da Madeira – um contributo para o desenvolvimento regional.
- 14 **Pedro Miguel de Câmara Ramos** (Coordenador do Centro de Simulação Clínica) - SESARAM - EPE – Formação.
- 20 **Ricardo Morna** (Presidente do Conselho de Administração da Madeira Parques) - Pavilhões Industriais nos Parques Empresariais.
- 22 **Rita Andrade** (Diretora de Formação e Comunicação da Proinov) – Formar pela diferença
- 24 **João Baptista Pereira Silva** (Investigador) – Fatores naturais potenciadores do Turismo de Saúde na Ilha do Porto Santo, Região Autónoma da Madeira.
- 31 Espaço Atualidade
- 32 **FSUE – Execução da Candidatura da RAM** - Ana Mota (Vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM).
- 34 **Avaliação Intercalar do Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira (Intervir+)** - Augusto Medina (Professor e Presidente da Sociedade Portuguesa de Inovação – SPI).
- 38 **Maturidade e resiliência da programação FSE na Região Autónoma da Madeira** - António Manuel Figueiredo (Presidente do Conselho de Administração da Quaternaire Portugal e coordenador do estudo de avaliação intercalar do Programa Operacional Rumos).
- 40 **Programas Operacionais da Região Autónoma da Madeira (Programas Intervir+ e Rumos) - o ano da reprogramação estratégica e o contributo para o crescimento e o emprego** - Maria João Sousa (Unidade de Estratégia e Avaliação do IDR, IP-RAM).
- 44 **Sobrecustos nas Regiões Ultraperiféricas** - Jorge Faria (Presidente do Instituto de Desenvolvimento Empresarial).
- 46 **Programa Rumos – Eixo I “Educação e Formação” - Balanço dos seus principais indicadores** - Sara Relvas (Diretora Regional da Qualificação Profissional).
- 50 **Programa Rumos – A Execução do Eixo Prioritário II “Emprego e Coesão Social”**
- 56 **POVT_ Eixo IV e o processo de reprogramação** – Ana Mota (Vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM).
- 58 **Programa de Cooperação Transnacional Madeira, Açores e Canárias 2007-2013 (PCT MAC)** - Marisa Pestana (Núcleo de Intervenções de Coesão e Cooperação do IDR, IP-RAM).
- 60 **Componente Estratégica dos Programas Operacionais em preparação no contexto da futura Política de Coesão 2014-2020** – Céu Andrade (Unidade de Estratégia e Avaliação do IDR, IP-RAM).
- 63 Espaço Projetos
- 64 **Programa Operacional Intervir+**
- 64 Projetos Públicos
- 74 Projetos Privados
- 82 **Programa Operacional Rumos**
- 82 Eixo I – Educação e Formação
- 86 Eixo II – Emprego e Coesão Social
- 93 Espaço Memórias
- 94 **Robert Shuman - O arquiteto do projeto de integração europeia.**
- 99 Espaço Jovens
- 100 **Miguel Silva Pinto Correia** (Mestre em Economia Internacional e Estudos Europeus no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa) – O impacto económico-financeiro do Centro Internacional de Negócios da Madeira.
- 102 **Paulo Rodrigues** (Aluno do último ano do Mestrado em Design de Produto da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa) - O Design como ferramenta para a Sustentabilidade na Macaronésia: O potencial dos Eco Materiais.
- 104 **MURAL DIGITAL – 2011-2012: Jovens vencedores do concurso convidados a visitar o Parlamento Europeu.**
- 107 Último Espaço
- 108 **2013 - Ano Europeu dos Cidadãos.**
- 110 Momentos 2012.



Orquídea da Serra *Dactylorhiza foliosa*

©Filipe Viveiros

Foto e informação cedida pelo Serviço do Parque Natural da Madeira

www.pnm.pt

Nota

Editorial

Nesta Nota Editorial do ESPAÇO GLOBAL é pertinente deixar uma mensagem de esperança aos nossos leitores, em particular aos madeirenses e porto-santenses. É certo que estamos a passar por momentos de grandes dificuldades, mas não é com pessimismo, nem com desalento, que conseguiremos ajudar o nosso País e a nossa Região a superá-los. Porém, ter esperança não significa ignorar a realidade. Ter esperança é acreditar que os sacrifícios vão valer a pena, é encarar o presente e o futuro com outros olhos e com outra atitude, com empenho e confiança.

É, pois, importante que cada um de nós esteja na sociedade com responsabilidade e solidariedade, colocando em primeiro lugar a prossecução do bem comum. Devemos assumir e inculcar na geração mais jovem que cada um de nós pode e deve contribuir para que tenhamos um País mais sustentável, mais credível e também mais próspero. Tudo passa, afinal, por um conceito moderno e holístico de cidadania que compreende não só direitos, mas também deveres e que se impõe a todos, quer sejamos governante, empresário, trabalhador, professor, aluno...

Quanto à Europa, tem de haver uma união verdadeira e solidária. Todos devem trabalhar em conjunto e respeitar-se mutuamente. Não podem existir os bons e os maus, antes deve reconhecer-se que cada Estado tem uma realidade própria. Não se trata de justificar ou branquear a má governação, o desperdício ou o endividamento excessivo de alguns, mas de alertar para a necessidade de se encontrarem soluções justas e equitativas, evitando-se, a todo o custo, a supremacia de uns sobre os outros.



Nesta quinta Edição, contamos com os contributos de várias personalidades da Região. Temos, como convidado especial, o ex-deputado ao Parlamento Europeu Dr. Sérgio Marques, que nos apresenta uma reflexão sobre os problemas com que se defronta atualmente a moeda única europeia. Depois, os Opinions Leaders, individualidades que se têm destacado nas várias áreas da realidade regional.

Dando seguimento à estrutura da revista, apresentamos a execução dos Programas na Região no capítulo do Espaço Atualidade, seguindo-se os Projetos, Memórias, Jovens e, finalmente, o Último Espaço.

Para concluir, um agradecimento muito especial a todos os que contribuíram para o enriquecimento desta edição, tornando-se, assim, garantes do seu sucesso.

Esperamos que o ESPAÇO GLOBAL continue a ser também o seu espaço.

Na próxima edição abordaremos o novo Quadro Estratégico Comum 2014-2020.

Contamos consigo!

Vanda de França Correia de Jesus

Núcleo de Avaliação e Comunicação/IDR, IP-RAM

Novembro de 2012





Convidado Especial

Dr. Sérgio Marques é o nosso convidado especial nesta 5ª edição de Espaço Global. Licenciou-se em direito no ano de 1980, tendo mais tarde (1986) concluído uma pós-graduação em Estudos Europeus. No âmbito profissional, é advogado desde 1982, integrou os quadros da Administração Regional da Região Autónoma da Madeira, foi diretor regional do planeamento do Governo Regional da Madeira, exerceu a gerência de várias empresas no sector da navegação marítima, operações portuárias e transitários. Foi, ainda, deputado à Assembleia Legislativa da Madeira e deputado ao Parlamento Europeu.

No Parlamento Europeu destacam-se as funções que desempenhou como membro da Comissão do Desenvolvimento Regional, membro suplente da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, vice-presidente da Delegação para as Relações com a África do Sul, coordenador do Grupo informal das Regiões Ultraperiféricas e e também como membro suplente da Delegação para as Relações com os Países da Comunidade Andina.

7



O Euro em Risco

Sérgio Marques

Ex-Deputado ao Parlamento Europeu

A atual crise da moeda única europeia não pode deixar de confrontar-se com dúvidas antigas. É viável uma união económica e monetária (UEM) que não esteja assente numa união política? Não terá sido por isso a criação do euro um passo maior que a perna? Na verdade, sem os níveis de coesão, solidariedade e identidade que são inerentes a uma união política é quase impossível, responder e atacar convenientemente uma crise da dimensão daquela que o euro agora vive. Daí que as enormes lacunas de que a UEM padecia vão sendo preenchidas, não por uma genuína vontade própria, mas pela simples razão de que é estritamente necessário impedir a moeda única de se precipitar no abismo como resultado da pressão dos mercados financeiros.

O problema é que, ao contrário do que alguns pensam, uma união política não nasce por decreto, nem se constitui dum dia para outro, por mais que a possamos desejar e entender que ela é a resposta para a maior parte dos males europeus. Excessos de voluntarismo com alguma utopia à mistura, fizeram esquecer a muitos que uma união política exige muito mais que mecanismos, procedimentos e mesmo vontade política em a construir. Exige também uma coisa essencial: identidade política que por razões de todos sabidas não existe. Para quem tivesse dúvidas, a divisão europeia em torno da guerra no Iraque prova-o bem, tal como agora a crise do euro é acima de tudo reflexo da ausência duma identidade política europeia, tarefa tornada ainda mais complexa e morosa depois do grande alargamento a Leste e do reposicionamento da Alemanha reunificada como país “normal”, no sentido de que os seus interesses não coincidem automaticamente com os interesses europeus.

Por outro lado, a própria moeda única em lugar de funcionar como fator identitário e de coesão entre todos os que a partilham, tende a favorecer uma clivagem perigosa entre Estados-membros credores e Estados-membros devedores, inquinando as respetivas opiniões públicas, cada vez menos predispostas, umas a contribuir, outras a suportar a cada vez mais exigente austeridade. Fácil é perceber que nestas circunstâncias quem perde é o ideal europeu percecionado com cada vez maior desconfiança pela cidadania.

O ideal europeu recua e para preencher o vazio surge-nos uma maior afirmação dos espaços nacionais, dando mesmo lugar a fenómenos crescentes de chauvinismo e xenofobia, com as ideias nacionalistas e populistas em crescendo de aceitação popular em muitos países europeus.

Mas e agora o que fazer? Em situações de crise a solução foi sempre aprofundar o processo de integração europeia, em suma responder com mais Europa. Neste caso, suprir as imensas

lacunas da União Económica e Monetária postas em evidência numa forma nua e crua pela atual crise. Nas 19 Cimeiras Europeias já realizadas desde o início da crise das dívidas soberanas, muitos tijolos já foram acrescentados na obra de completar a UEM. Mas a construção está ainda muito longe de estar completa e existe a dúvida sobre se haverá tempo e vontade para a finalizar. O tempo urge porque os mercados financeiros antes da crise tão complacentes, agora não dão tréguas. E a vontade não parece ser clara e firme à altura da gravidade da situação, quer por parte dos Estados Membros credores, quer dos devedores. Porque para aqueles, mais Europa significará a assunção de pelo menos parte da dívida destes. E porque para os devedores, mais Europa significará ainda maiores perdas de soberania, nomeadamente no plano orçamental. É isto que está em jogo quando se fala na criação de um superministro das finanças europeu ou da mutualização da dívida europeia ou da criação de um verdadeiro governo económico europeu. É por isso que são cada vez mais aqueles que opinam que o futuro da moeda única passa inevitavelmente por um trade off em que a mutualização de dívidas deverá ter por contrapartida um forte controlo e poder de decisão de Bruxelas (com que repartição entre Comissão Europeia e Conselho?) na própria elaboração dos orçamentos nacionais. E sendo a aprovação do orçamento uma das prerrogativas fundamentais dos Parlamentos Nacionais a questão democrática coloca-se inevitavelmente. E ainda não vi respostas minimamente credíveis para esta questão. Mas uma coisa é certa. Vivemos um momento de não retorno. Os custos de recuar, mesmo que fosse possível fazê-lo de forma ordenada, seriam sempre superiores às responsabilidades a assumir para salvaguardar a sobrevivência e o desenvolvimento da moeda única. Saibam todos assumir a sua quota de responsabilidades!







Espaço *Opinion Leaders*

Mais uma vez, o Espaço *Opinion Leaders* conta com excelentes contributos de cinco destacadas personalidades da sociedade madeirense nas áreas aeroportuária, saúde, empresarial, formação e investigação. São elas o Administrador da ANAM, S.A., e Diretor dos Aeroportos da Madeira, o Coordenador do Centro de Simulação Clínica, o Presidente do Conselho de Administração da Madeira Parques, a Diretora da Formação e Comunicação da Proinov e um investigador da Universidade de Aveiro.

11

Freira da Madeira *Pterodroma madeira*

©Filipe Viveiros

Foto e informação cedida pelo Serviço do Parque Natural da Madeira

www.pnm.pt

Aeroporto da Madeira

Um contributo para o desenvolvimento regional

Duarte Ferreira

Administrador da ANAM, SA e Diretor dos Aeroportos da Madeira

A Ilha da Madeira, com 737km², situa-se no Atlântico Norte e tem sido procurada mercê do seu clima ameno e condições naturais ímpares, desde o século dezanove como destino de lazer de alta qualidade, o que determinou o progressivo desenvolvimento do turismo que se tornou a principal atividade económica.

O forte desenvolvimento da indústria aeronáutica no pós-guerra, levou à construção das infraestruturas necessárias ao suporte aereo. É neste contexto que, em 1964, é inaugurado o Aeroporto do Funchal, com uma pista de 1.600m de comprimento, no local de Santa Catarina, selecionado na sequência dos estudos desenvolvidos pela então Direção Geral de Aeronáutica Civil.

A evolução tecnológica entretanto verificada no setor da aviação comercial, com o aparecimento de aeronaves a jato com maiores capacidades e autonomia, tornou de importância estratégica incontornável, particularmente para os destinos turísticos, as infraestruturas aeroportuárias necessárias para assegurar as acessibilidades sem restrições às aeronaves de grande capacidade.

Tornou-se, assim, essencial para a Região Autónoma da Madeira, dispôr de infraestruturas aeroportuárias que, para além de modernas, eficientes e bem equipadas, permitissem assegurar ligações diretas, sem escala, aos grandes centros geradores de tráfego, tornando assim este destino mais atrativo e competitivo, por via da redução dos preços unitários de transporte e dos tempos de viagem.

No caso concreto da Madeira, dada a sua orografia extremamente difícil, não foi fácil encontrar a solução que assegurasse, as condições operacionais adequadas em local capaz de permitir a construção de uma plataforma aeroportuária que permitisse à Madeira, usufruir plenamente de todo o seu potencial turístico, permitindo boas ligações não só aos mercados europeus clássicos, mas também aos novos mercados emergentes.

Efetivamente, a solução encontrada contemplando uma pista com um comprimento de 2.781m, em que cerca de 1.000m, são realizados numa superestrutura a 60m acima do nível do mar é, sem dúvida, um projeto de grande complexidade e arrojo técnico.

A concretização desta obra, singular a nível da engenharia mundial, implicou um investimento muito elevado que, nem o Estado Português, nem a Região Autónoma da Madeira, estavam em condições de suportar.





É, neste contexto, que Portugal e a Região Autónoma da Madeira beneficiaram de apoios comunitários dos Programas REGIS I, II e FUNDO DE COESÃO, criados com o objetivo de diminuir as limitações e assimetrias associadas a situações de ultraperifricidade contribuindo assim para uma maior coesão do Espaço Europeu, que a viabilização deste grande projeto, cujas características mais que regionais, têm um caráter nacional e europeu.

O investimento total realizado foi de 550 milhões de Euros, sendo que os diversos fundos europeus contribuíram com 226 milhões de Euros (41%), tornando assim possível a construção de uma infraestrutura que, para além de constituir um elemento essencial à coesão territorial nacional e europeia, revelou-se um instrumento essencial ao desenvolvimento do potencial económico da Região Autónoma da Madeira, para além da obra, por si só, constituir um marco da engenharia mundial reconhecido internacionalmente.

O apoio comunitário concedido a este projeto, para além de ter sido decisivo e indispensável à sua viabilização, potenciando todo um ciclo de desenvolvimento, não se restringiu exclusivamente à fase da construção propriamente dita, que se pode considerar ter decorrido de forma exemplar em termos do cumprimento dos objetivos, prazos e valores, tendo, à posteriori e numa outra vertente, o Aeroporto da Madeira sido beneficiado com um apoio do Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira 2000-2006 (POPRAM III) do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), no âmbito da construção de um Centro de Salvamento Costeiro, no valor de 7 milhões Euros, para um Investimento total de 16,7 milhões Euros.

O Centro de Salvamento é uma peça indispensável ao bom funcionamento de uma infraestrutura como a da Madeira, permitindo garantir uma rápida acessibilidade dos meios de salvamento em situações de emergência no mar envolvendo uma aeronave.

No sentido de se aproveitarem sinergias resultantes deste projeto, as infraestruturas são também utilizadas pela Proteção Civil Regional, como Base e Centro de Comando e Controlo das operações de salvamento no mar para toda a costa sul da Ilha.

Embora num âmbito mais restrito mas dentro do mesmo espírito de contribuir, e facilitar e desenvolver as ligações da região, foi recentemente apoiado através do Programa Intervir+ do FEDER, com um valor de 1,4 milhões Euros, para um investimento total de 1,8 milhões Euros, um upgrade tecnológico destinado a dotar o Aeroporto da Madeira das melhores condições e práticas operacionais, através da criação de um sistema integrado de comunicações, no espaço aeroportuário, destinado a permitir a todos os utentes do aeroporto a possibilidade de interagir, através de aplicações sobre banda larga, com as redes informáticas, procurando-se assim uma integração progressiva na sociedade do conhecimento.

Julho.2012



SESARAM - EPE

Pedro Miguel de Câmara Ramos

Cirurgião Geral

Coordenador do Centro de Simulação Clínica da Madeira



fig.1

O SESARAM-EPE, serviço de saúde da Região Autónoma da Madeira, é uma organização cuja atividade está centrada na área da saúde, e tal como as outras, tem uma missão importante: proporcionar, promover e assegurar cuidados de saúde primários, secundários e terciários de excelência, com segurança e qualidade à sua população e a quem nos visita, como terra de turismo que somos.

Com este propósito desenvolve-se toda a atividade que é assegurada pelos profissionais da área clínica e não clínica, sempre com o objetivo centrado no doente, a razão da sua existência.

Como organização, tem já uma certa dimensão, cerca de 5000 funcionários, e a sua ação depende muito de uma liderança forte, dos seus recursos humanos que são uma valia importante, dos seus equipamentos e da sua tecnologia, rentabilizados ao máximo, de modo a oferecer constantemente, de uma forma segura e com qualidade a avaliação, o diagnóstico e a terapêutica para todas as situações agudas e crónicas que os doentes apresentam.

Nesse sentido o SESARAM-EPE desde a sua origem teve uma preocupação fundamental que foi a formação dos seus profissionais, e assim desde 2004 iniciou um projeto com vertente interna e externa que envolveu todos os recursos humanos desta Organização e acabou por ter resultados muito positivos na formação, diferenciação, educação e treino, nas várias áreas abordadas.

Qualquer projeto com esta envergadura e esta dimensão, necessita de um suporte financeiro elevado, que dado o contexto atual é sempre difícil de obter. Daí que o recurso às verbas do Fundo Social Europeu e aos seus programas de desenvolvimento, (Programa Rumos), constituíram uma oportunidade soberana para a concretização do projeto formativo do SESARAM-EPE. Anualmente é feita uma candidatura com um caderno de encargos onde se estabelece um programa de formação para o ano correspondente que envolve cursos das áreas médicas e cirúrgicas, procurando envolver todos os profissionais da Instituição, da área hospitalar e pré-hospitalar.

O objetivo primordial é formar, educar, treinar e diferenciar.

As áreas envolvidas foram a emergência médica e ainda o trauma, a sua vertente de emergência e catástrofe, com uma sucessão de cursos com periodicidade mensal, trimestral, semestral e anual, procurando formar o maior número de profissionais. O objetivo era criar, proporcionar, promover e assegurar as condições necessárias para cumprir com o lema – “Talento de Bem Tratar”, “Talento de Bem Cuidar, bandeira da sua ACREDITAÇÃO, conseguida em 2008 pelo CHKS (Caspé Healthcare Knowledge Systems), (fig.2).



fig.2

E – FORMAÇÃO

Foi um longo caminho, desde que se deram os primeiros passos, mas os resultados são excelentes e são reconhecidos entre os pares, as restantes sociedades que participaram, colaboraram e contribuíram para este resultado global, a Sociedade Portuguesa de Medicina Intensiva, (SPMI), a Sociedade Portuguesa de Cirurgia, (SPC), a Sociedade Portuguesa de Medicina Interna, (SPMI), a Associação Lusitana para o Trauma e Emergência Cirúrgica, (ALTEC), e ainda a European Society for Trauma and Emergency Surgery, (ESTES), e a International Association for Trauma Surgery and Intensive Care, (IATSIC), (fig.3), que abrangeu os médicos, os enfermeiros e os técnicos. As áreas não clínicas com os administrativos, os assistentes operacionais e ainda os gestores, tiveram também um percurso singular nas suas formações, necessárias para o correto funcionamento e articulação dos serviços na sua atividade diária cada vez mais complexa, usando as novas tecnologias da área da informática.



fig.3

Temos a consciência que todo este percurso foi feito nos timings certos pois simultaneamente eram feitas exigências pela Direção Geral de Saúde no âmbito da formação e da planificação e organização dos profissionais nas Instituições de Saúde e assim a Madeira soube aproveitar e cumprir gradualmente com essas exigências ao longo dos anos sendo um dos Hospitais do País onde as mesmas foram de imediato concretizadas, como por exemplo as Circulares Normativas respeitantes à Via Verde da Sepsis e à Via Verde do Trauma, implementadas e informatizadas desde 2009, graças à formação e diferenciação que os seus profissionais já tinham atingido.

Os vários cursos realizados foram da responsabilidade do Grupo de Reanimação do SESARAM-EPE e do seu Grupo de Trauma,

entretanto criado. Realizaram-se com diversos tipos de periodicidade os Cursos de Suporte Básico de Vida, Suporte Avançado de Vida e Suporte Imediato de Vida, dirigidos para todos os profissionais que preenchiam os requisitos necessários e ainda os Cursos de Advanced Trauma Life Support, (ATLS), Advanced Trauma Care Nurse (ATCN), Medical Response to Major Incidents (MRMI), Fundamental Critical Care Support (FCCS), Pediatric Advanced Life Support (PALS), Pediatric Education for Pré-Hospital Professionals (PEPP), Curso de Infecção e Sepsis, Trauma Evaluation and Management (TEAM), para além de uma série de workshops, reuniões, cursos e congressos nas respetivas áreas que trouxeram uma mais valia e uma melhoria para a formação e diferenciação dos seus profissionais.

Esta tarefa, gigantesca, foi importante pois permitiu num curto período de tempo formar um grande número de recursos humanos desta Organização envolvendo o Hospital e os Centros de Saúde, através da vinda à região de uma série de formadores Nacionais e Internacionais, mas ao mesmo tempo, diferenciar aqueles que se foram evidenciando nas várias ações formativas e posteriormente passaram a instrutores referenciados permitindo que as várias formações ao longo do tempo não necessitassem constantemente de um número muito elevado de formadores externos pois os nossos passaram a fazer parte também das entidades formadoras o que veio reduzir gradualmente os custos com as formações.

Não será de mais salientar os colegas convidados da área médica e cirúrgica, que fizeram parte deste percurso importante do SESARAM-EPE, e que fazem indubitavelmente parte da nossa história recente, e que são: Mário Mendes, Francisco Oliveira Martins e José Luís Ferreira, (Hospital dos Capuchos-Lisboa), Fernando Ferreira, José Pedro Azevedo, Eva Barbosa e Rodrigo Silva, (Hospital Pedro Hispano-Matosinhos), Carlos Mesquita, (Hospital Universitário de Coimbra), Jorge Pereira e Luís Filipe Pinheiro, (Hospital São Teotónio-Viseu), Carlos Rodrigues e Gomes Ferreira, (Hospital de Faro), John Preto e Salvador Massada, (Hospital de São João), Pedro Moniz Pereira e Jorge Lamelas, (Hospital Garcia da Orta), Patrícia Rosado Pinto, (Faculdade de Ciências Médicas de



Lisboa), Carlos Neves, (Hospital de Amadora Sintra), Fernando Carvalho Araújo (Hospital de Évora), como formadores Nacionais.

Tivemos também a participação de formadores Internacionais que colaboraram ativamente neste percurso de valorização dos recursos humanos desta Instituição e que foram: Vinjay Appasamy (Singapura), Hayato Khuryara (Milão), Stenn Lennquist, Kristina Lennquist, Carl Montán Khorán Amish (Suécia), Boris Herckovsic e Branka Bradak (Croácia), Ari Leppanieni (Finlândia), Mark Fisher (Alemanha), Bob Dobson e Mike Loads (Inglaterra) e ainda os nossos formadores regionais, Carlos Moreira, Miguel Silva, Pedro Ramos, Ricardo Duarte, Luz Reis, Regina Rodrigues, Jorge Bicas, João José, Júlio Nóbrega, Ricardo Santos, Pinto de Cruz e Nicodemus Fernandes,

Na área de Enfermagem houve também participação externa nas ações de formação do SESARAM-EPE e estas também trouxeram uma maior valia para os respetivos cursos, foram eles: Madalena Cabrita, (Hospital Garcia da Orta), Cristina Lopes, (Hospital de São João), António Freitas, (Hospital Garcia da Orta), Cândida Durão, Paula Crespo, Ana Margarida Serafim, Carla Nascimento, Sónia Ferrão, (Escola Superior de Enfermagem de Lisboa), Adélio Silva, (Hospital de Faro), Liliana Lourenço, (Hospital Universitário de Coimbra), e ainda os nossos enfermeiros já formadores, Carlos Freitas, Dinarte Freitas, Rui Faria, Daniel Barradas, Vítor Correia, José Manuel, Helena Câmara, Luís Jardim, Sara Pestana, Sandra Freitas. (fig.4)

Não será de mais salientar neste percurso, entidades como a Vet Machico e a Vet Ribeira Brava através dos veterinários Fernando Santos e Florinda Santos que colaboraram ativamente desde o início com a cirurgia experimental animal, contributo necessário para a concretização de algumas das formações e ainda o Núcleo de Formação e Desenvolvimento do SESARAM-EPE, a Universidade da Madeira, a Câmara Municipal do Funchal e a Escola Superior de Enfermagem São José de Clunny, colaborando com a logística que algumas das formações exigia. Todos foram importantes, todos foram indispensáveis para o sucesso obtido, todos fazem parte de uma bela história da área da formação do SESARAM-EPE.

Olhando para trás, chegamos à conclusão que estávamos no caminho certo, pois hoje em dia temos um Serviço Regional de Saúde, assente numa Instituição ultra-diferenciada, referenciada por outras responsáveis pelos Cuidados de Saúde Primários, todas elas articuladas por um Sistema de Emergência Pré-Hospitalar que responde de forma eficaz, eficiente e rápida às sucessivas solicitações que uma população consciente, exigente e informada dos seus direitos, obriga cada vez mais que a prestação de cuidados seja feita com segurança e qualidade, para além da universalidade e da equidade da sua acessibilidade.

A prioridade do atendimento, foi um aspeto que o SESARAM-EPE, também teve no sentido de responsabilizar prestadores e utilizadores do nosso Sistema Regional de Saúde, de forma que os doentes fossem tratados de

fig.4



fig.5



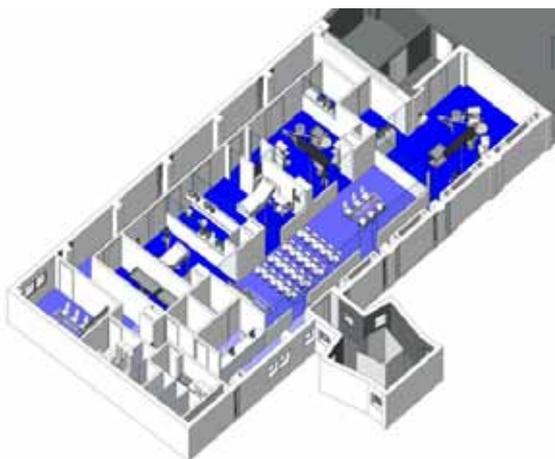
acordo com a gravidade das situações, e não de acordo com a ordem de chegada. E assim surgiu a Triagem de Manchester em 2005, que veio ajudar uns e outros, conferindo maior segurança e qualidade na atividade dos profissionais, e um melhor controlo da acessibilidade dos doentes. (fig.5)

O aparecimento e o uso da informática vieram facilitar e agilizar a articulação e a interação dos serviços na sua atividade diária. A velocidade e a rapidez que trouxeram para a comunicação interna e externa, beneficiou todos os intervenientes, a Instituição, os Serviços e os Profissionais.

Todos se mostraram empenhados, motivados e envolvidos na nova dinâmica da Instituição, e isso teve reflexos positivos na área da gestão e administração, na área clínica e não clínica.

O uso das novas tecnologias, como não podia deixar de ser também abrangue a área da formação, e a Madeira não poderia ficar para trás neste novo passo para uma nova caminhada que se prevê muito útil para o SESARAM-EPE.

Estamos a falar do Centro de Simulação Clínica da Madeira (fig.6) projeto co financiado pelo Programa Intervir+, recentemente criado e em vias de inauguração oficial durante o corrente mês de julho de 2012. A Simulação constitui neste momento uma das grandes apostas das Instituições de Saúde para a formação, diferenciação, educação e treino dos seus profissionais, com segurança e qualidade, e com menos complicações para os doentes, dada a possibilidade de treinar, as vezes que forem necessárias de uma forma individual ou em equipa, sem prejuízo para os doentes.



(fig.6)

Esta oportunidade de treinar, em diversas áreas, situações reais em cenários virtuais, confere aos profissionais a possibilidade de evitar com segurança, o erro e a negligência, sempre possíveis de acontecer, mas agora mais facilmente evitáveis.

Este Centro após várias pesquisas no

mercado estabeleceu uma parceria com a MEDSIMLAB, através do seu CEO, Dr. Nuno Freitas, anestesista de profissão e um dos principais especialistas portugueses na área da simulação, um protocolo formativo envolvendo as áreas que a região entendia serem primordiais para a formação dos seus profissionais.

Num contexto especial de complexidade sócio económica, encontram fundamento as preocupações de continuar a garantir às populações o direito a terem cuidados de saúde de excelência com segurança e qualidade e ainda a necessidade de se continuar a apostar na formação dos profissionais de saúde, para assegurar essa prestação, sem alterar, e, mantendo o equilíbrio e a sustentabilidade das Instituições de saúde que prestam esses cuidados, no que diz respeito à gestão racional dos seus recursos.

Este projeto inovador, moderno e de desenvolvimento na área da formação, constitui atualmente a “menina de olhos de ouro” desta Instituição, porque vem cimentar as duas vertentes mais importantes na área da saúde, que têm sido uma preocupação constante da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (SRAS), e do SESARAM-EPE nos últimos anos e que são a Formação e Diferenciação dos profissionais por um lado e por outro a Segurança da prestação aliada à Qualidade, para uma população cada vez mais consciente dos seus direitos, devidamente informada e exigente. Este projeto tem mobilizado totalmente os esforços dos profissionais envolvidos, e prevê-se extensivo a toda a Instituição na sua formação interna pós-graduada e continua e ainda ao pólo universitário regional na sua formação externa pré-graduada.

Este Centro de Simulação, atualmente o 3º do País, vai desenvolver a sua atividade em várias áreas, nomeadamente: cirurgia mini-invasiva, enfermagem, trauma, emergência e catástrofe, pré - hospitalar, pediatria, obstetrícia e ginecologia, anestesia, medicina intensiva e neurocirurgia, bloco operatório, urgência e emergência, medicina interna, ortopedia e cardiologia e esperamos formar anualmente na vertente pré-graduada, pós-graduada e continua cerca de 500 profissionais do SESARAM-EPE e de outras Instituições, com a realização de workshops, simpósios, cursos e congressos nesta área da simulação.

O investimento é grande e de enorme responsabilidade e tem de ser credibilizado e rentável, obrigando por isso a um trabalho árduo, que já teve início este ano com a idealização do organigrama de funcionamento do Centro, através da criação de 12 equipas temáticas envolvendo as áreas anunciadas

SESARAM - EPE

anteriormente, constituídas cada uma delas por 3-4 profissionais que estão a aprender as formações iniciais, nomeadamente: o Meti Learning Space e ainda o Curso Básico de Simulação Médica.

Todas estas formações têm tido a presença de formadores Nacionais e Internacionais, nomeadamente o Dr. Nuno Freitas e a Dra. Daniela Chaló, anestesistas, Henrique Mendes e André Ventura, engenheiros informáticos do programa MEDSIMLAB e ainda as Dra. Fátima Feher e Dra. Christina Castelbright, do programa Meti Learning Space, para além do Dr. Stefan Monk, responsável pelo Curso de Iniciação à Simulação Clínica na Madeira.

Com a criação do Centro de Simulação Clínica da Madeira definiu-se um programa de trabalho para ser realizado em várias fases, a curto, médio e longo prazo com o objetivo de formar, treinar, diferenciar, e educar na área da simulação os profissionais de saúde do SESARAM-EPE, de forma a obter melhores performances em situações reais:

Curto prazo

- apresentação, definição e caracterização do centro bem como o estabelecimento do seu organigrama de funcionamento,
- esta área de intervenção está a ser feita utilizando as ultimas tecnologias ao nosso dispor de forma a podermos divulgar internamente a nível regional e nacional mas também externamente a nível internacional as potencialidades do centro, através da criação de um site,
- criação de grupos temáticos e a nomeação dos seus responsáveis em cada grupo que farão a formação inicial (constituída pela compreensão do sistema informático, o meti learning space e o funcionamento de todos os manequins bem como a integração destes dois recursos) e serão responsáveis no futuro pela utilização e dinamização da sua especialidade na área da simulação,
- a necessidade de certificação nacional através da Sociedade Portuguesa de Simulação Médica (SPSIM)) e internacional através da Universidade de Harvard, estado de Massachussets durante o corrente ano de 2012.

Médio prazo

- estabelecimento de programas formativos, nas varias áreas;
- intervenção na área pré-graduada e envolvimento com a Universidade da Madeira;
- intervenção na área pós-graduada em todas as especialidades;
- intervenção na formação continua de todos os profissionais de saúde ou ligados á saúde;
- possibilidade de acompanhar com os psicólogos da área educativa (e neste caso esperamos ter o acompanhamento de psicólogos da Universidade da Madeira) que farão a validação destes cursos na sua vertente pedagógica.

Longo prazo

- obter o reconhecimento deste centro na área formativa da simulação a nível nacional e internacional;
 - obter a recertificação do mesmo nos timings adequados, bem como o seu desenvolvimento de acordo com as guidelines nacionais e internacionais e também de acordo com a gestão adequada dos recursos financeiros;
 - contínua formação dos profissionais de saúde nas áreas clínicas e não clínicas;
- Todo este percurso foi subitamente testado em situação real a 20 de fevereiro de 2010, quando a catástrofe de causas naturais atingiu a Região Autónoma da Madeira, provocando um rasto de destruição em várias localidades e testando a capacidade de resposta da Região perante a catástrofe. (fig.7)

18



fig.7

E – FORMAÇÃO

Todos puseram à prova os ensinamentos e as competências que as formações tinham proporcionado e atuaram de acordo com as necessidades e com as exigências da situação. O Hospital, os Centros de Saúde, o Sistema de Emergência Pré-Hospitalar e as restantes células da Proteção Civil atuaram e interagiram de forma a dar uma resposta rápida, eficiente e eficaz perante a situação que se desencadeava. Era importante ajudar, proteger, evitar mais destruição, e acima de tudo tratar, aqueles que necessitavam de cuidados de saúde relacionados com as inundações, transferindo o mais rapidamente possível para as instituições mais próximas de forma a proporcionar o tratamento adequado. Os exercícios e simulacros que conjuntamente o SESARAM-EPE e a Proteção Civil têm efetuado desde 2007 forneceram uma experiência que foi importante e fulcral para atuar nesse dia. Não basta ter formação e diferenciação, é preciso testar e validar a mesma em situações virtuais, para em situações reais a resposta ser a mais eficaz possível.

Importa não esquecer também que hoje em dia as atividades na área da saúde são cada vez mais realizadas em equipa e nesse sentido, a performance individual constitui um contributo para a resposta final, mas esta para ser eficaz é necessário testar em grupo sob uma liderança forte onde o contributo de todos com planificação e organização permite obter resultados excelentes. Foi o que se passou no 20 de fevereiro de 2010, e por isso a resposta final global foi considerada positiva.

Nas Organizações de Saúde a formação será sempre uma ferramenta importante para os seus profissionais, em termos de desempenho e sua eficácia, e naturalmente que o sucesso das mesmas depende muito da performance dos seus recursos humanos perante os desafios constantes diários.

É importante, de qualquer modo, partilhar experiências com outras instituições quer a nível nacional, quer a nível internacional, de forma a enriquecermos os nossos conhecimentos e continuarmos este processo de aprendizagem contínuo. A Madeira, através da sua Instituição SESARAM-EPE tem

participado em muitos congressos nacionais e internacionais onde tem apresentado trabalhos dos seus profissionais e este mais recente diz respeito ao Centro de Simulação Clínica da Madeira. (fig.8)



fig.8

A Simulação constitui o futuro da formação e contribui atualmente para cerca de 40-50% de ações formativas nesta área. A Madeira, a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, o SESARAM-EPE, estão de parabéns por proporcionarem esta ferramenta aos profissionais de saúde que assim têm a possibilidade de continuar a treinar e testar todas as situações em contexto de urgência e emergência sem complicações para os doentes, com segurança e qualidade, contribuindo para uma prestação de cuidados de excelência.

Julho.2012

Pavilhões Industriais nos Parques Empresariais

Ricardo Morna

Presidente do Conselho de Administração da Madeira Parques Empresariais, Sociedade Gestora, S.A.

20

As políticas de ordenamento do território e de ambiente assumem, atualmente, um papel estratégico na gestão das sociedades modernas e representam um dos mais elevados desafios para aqueles a quem cabe a responsabilidade de as definir e implementar. A articulação do relacionamento do homem com o seu meio envolvente implica a gestão harmoniosa, sustentada e sustentável dos diversos interesses, sejam eles de natureza económica, social, ambiental e cultural, tendo por denominador comum a maximização da qualidade de vida das populações.

Ao nível regional, as condicionantes naturais de ordem orográfica representam um desafio adicional à capacidade de todos quantos têm de intervir em matéria de ordenamento do território, impondo uma estratégia integrada, por forma a tornar o mais eficiente possível a gestão dos recursos limitados.

Com esse propósito, foram construídos os parques empresariais da RAM, que representam um dos pilares sobre os quais assenta a política de coesão social e desenvolvimento equilibrado - uma das prioridades estratégicas definidas no Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região Autónoma da Madeira para o período 2007-2013 - dada a sua capacidade para promover a requalificação dos centros urbanos e atenuar as assimetrias intrarregionais, criando emprego, elevando o nível de rendimento e as condições de vida das populações locais.

Um dos seus maiores contributos é o fomento da competitividade da base económica

regional, promovendo a sua diversificação económica e, conseqüentemente, a sua distribuição territorialmente equilibrada.

Nesta linha de orientação, a MPE- Madeira Parques Empresariais, Sociedade Gestora, S.A. (MPE), tem vindo, em cooperação com o Governo Regional e demais entidades competentes, a trabalhar no sentido de que os parques empresariais se assumam como a melhor solução ao nível da localização de novos projetos de investimento.

Para a concretização desse objetivo, optou-se pela Construção de Pavilhões, a serem ocupados em regime de arrendamento, por forma a potenciar a implantação de unidades empresariais nos parques empresariais e apoiar o tecido empresarial madeirense, o qual, com a conjuntura atual, enfrenta grandes dificuldades no acesso ao crédito bancário para concretização dos seus projetos.

A construção de pavilhões, expressamente consagrada no Programa de Governo em vigor e no PDES 2007-2013, tem enquadramento no "Eixo II" do Programa Operacional Intervir+, cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), enquanto incentivo à transferência das atividades industriais dispersas existentes, para locais adequados ao exercício das mesmas e visa, também, dinamizar os polos de desenvolvimento nos diversos concelhos da RAM, fixando as populações locais através da criação de empregos e evitando, conseqüentemente, o seu êxodo para os polos de maior desenvolvimento.



Para o projeto “Pavilhões Industriais” foi efetuada uma candidatura ao Programa Operacional Intervir+:

- A Candidatura foi efetuada a 28-11-2008 e aprovada em 23-03-2009;
- O Valor do Investimento Elegível é de 8.679.071,00 €;
- Sendo a comparticipação FEDER de 85%, ou seja, de 7.377.210,36 €;
- Foi efetuada uma única candidatura para duas fases, sendo que a 1ª fase já se encontra realizada e as despesas elegíveis ascenderam a 3.604.324,11 €;
- No que respeita à 2ª fase encontra-se aprovado um Investimento Elegível de cerca de 5.074.746,89 €.

A candidatura ao Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM – Programa Intervir+ e sua aprovação, foram fundamentais para a realização deste projeto, uma vez que comparticiparam com 85% das despesas elegíveis a fundo perdido. Sem este apoio a MPE não teria capacidade financeira para levar em frente este projeto.

A 1ª fase da Construção dos Pavilhões ficou concluída no último trimestre de 2009 e consistiu na construção de 12 Pavilhões no P.E. de Câmara de Lobos, 5 no P.E. da Ribeira Brava e 5 no P.E. da Calheta. Todos estes pavilhões já se encontram ocupados.

A 2ª fase, que consiste na construção de mais 32 pavilhões, teve início em julho de 2011, com conclusão prevista para o 2º semestre de 2012, sendo a sua distribuição geográfica a seguinte:

- 10 pavilhões no P.E. de Câmara de Lobos
- 4 pavilhões no P.E. da Camacha
- 6 pavilhões no P.E. de Machico
- 4 pavilhões no P.E. de Porto Moniz
- 4 pavilhões no P.E. de Santana
- 4 pavilhões no P.E. do Porto Santo

O projeto da construção de pavilhões visa proporcionar um meio alternativo para a instalação de empresas nos Parques Empresariais, através do arrendamento de pavilhões aptos ao funcionamento de qualquer empresa, e tem sido fundamental para satisfação das necessidades do tecido empresarial da Região Autónoma da Madeira, essencialmente para os empresários que não dispõem de meios para realizar o seu próprio investimento.

Formar pela diferença

Rita Andrade

Diretora de Formação e Comunicação da Proinov

A Proinov é uma entidade formadora certificada pela Direção Regional de Qualificação Profissional (DRQP), e realiza na área da formação ações para jovens (cursos CEF e de Aprendizagem); organiza formação para docentes validada pela Direção Regional de Educação (DRE); ações de formação-consultoria para Empresas (PME's) e atualmente é entidade formadora e consultora de um projeto de formação-consultoria na área da Economia Social, o Consolid@r. Atua ainda no mercado da formação em muitas outras vertentes empresariais e na área da informática e multimédia conta com muitas valências que resultam num reforço de competências e de enriquecimento curricular para as ações de formação desenvolvidas.

Como entidade formadora certificada a formar jovens (e adultos) na RAM desde 2005 o que merece realmente ser partilhado é tudo aquilo que na área do ensino profissional oferecemos para além da formação. Porque a formação, essa, sem dúvida nenhuma é fundamental, tem de ser ministrada por profissionais com perfil adaptado às necessidades dos nossos clientes, sendo esse um requisito mínimo a cumprir. Todo o funcionamento ao nível da gestão, ao nível administrativo e pedagógico deve ser de excelência, e temos vindo a trabalhar nesse sentido, acreditando na melhoria contínua, num contexto em que com recursos cada vez mais escassos e com forte apoio nas TI's tentamos fazer cada vez mais e melhor. Com sucesso.

Uma das preocupações da Proinov tem sido a de incentivar a utilização das tecnologias por parte dos professores, alunos e pessoal não docente. Desde o desenvolvimento de uma plataforma interna de gestão de formação, onde são lançados os sumários, presenças, notas e muitas outras operações, à utilização de plataforma LMS (Moodle) que facilita a comunicação com os alunos, passando pela criação de recursos didáticos multimédia.

Para reforçarmos as competências dos professores temos vindo a desenvolver cursos de formação de docentes com um forte enfoque na área de tecnologias educativas.



Marcar pela diferença

O trabalho que se faz para além do “básico” é que deve marcar a diferença nas organizações e pautar o seu quotidiano. É isso que vai deixar a nossa identidade institucional marcada nas vidas futuras dos nossos jovens. São os desafios diários que dezenas de jovens nos colocam que obrigam a sair da zona de conforto como entidade formadora, e a fazer um trabalho diferenciado em termos de mercado. Com formadores na linha da frente; com colaboradores na retaguarda. Num contínuo trabalho de equipa que evidencia a busca da melhoria contínua e a satisfação do nosso cliente.

Porque podemos e devemos fazer mais e melhor, em especial quando utilizamos fundos comunitários.

Sem dúvida que os fatores positivos podem e devem ser partilhados, e é isso a que nos propomos fazer neste artigo.

O FSE foi determinante na formação centenas de jovens que temos vindo a preparar para que de forma sustentada saibam integrar-se num mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo. E com menos oportunidades, mas também é verdade que apesar de em menor quantidade, as oportunidades continuam a existir.



Reforço positivo

Essa a 1ª mensagem que passamos aos nossos jovens: ainda há oportunidades! Vamos lá a acreditar que é possível. Grande parte do sucesso está nas nossas (vossas) mãos.

Mais de 50% dos jovens que temos formado no âmbito dos Cursos de Educação e Formação – CEF e no âmbito do Sistema de Aprendizagem (que são cursos profissionais, anteriormente de nível III, e agora, segundo a nova classificação da ANQ de nível IV, que quando concluídos os/as formandos/as obtêm dupla certificação reconhecida pela União Europeia) são jovens que por razões diversas tinham abandonado a escola. As duas principais razões para este abandono relacionaram-se com falta de adaptação ao “modelo tradicional” de escola; ou devido a condições financeiras que não permitiram dar continuidade aos seus estudos. Sim, acredite-se ou não, em pleno século XXI há jovens que não têm condições de pagar os transportes (essenciais para se deslocarem para a escola, sobretudo se vivem fora do Funchal). São cerca de 30% os jovens a estudar na Proinov que residem fora deste concelho, jovens que sem o apoio do FSE não teriam aqui chegado. Já para não falar em todo o material utilizado nos cursos, que disponibilizamos aos alunos e que viabiliza financeiramente a realização desta operação de formação. E esse fator é naturalmente motivo de grande satisfação, sobretudo no atual contexto socioeconómico em que vivemos. Em que há alunos que iniciaram os seus cursos num contexto familiar “estável”, e que a meio do curso veem os pais desempregados, e vivem num clima de incerteza em que a Proinov ainda é o pilar que têm mais seguro, devendo por isso agarrar-se e estudar. Investir nos estudos. Progredir, melhorar competências para chegarem mais longe, se possível atingir o sucesso. O sucesso dos nossos jovens será o nosso sucesso, mas o inverso também é verdadeiro. Por isso o que temos aqui é um trabalho de equipa, que envolve partes diferentes todas elas interessadas em atingir um objetivo comum. E esta é a mensagem que transmitimos todos os dias, e que os jovens compreendem.

Passar a mensagem que é possível; motivar estes jovens para atingir os seus objetivos (normalmente são cursos de três anos); ajudá-los a ter a atitude certa, na hora certa, com a capacidade de adaptação que o mercado exige, ajudá-los a acreditar que devem perseguir o seu sonho e trabalhar para o conseguir é uma meta a que tentamos atingir todos os dias. A maioria dos cursos CEF e de Aprendizagem que desenvolvemos estão ligados às áreas da Informática e da Multimédia. Todos os cursos têm previsto em cada ano um estágio, cujo objetivo é preparar o/a aluno/a para o mercado de trabalho, acontecendo muitas vezes que no decorrer do próprio estágio já há convites de trabalho feitos aos alunos quando estes têm um bom desempenho. Isso é excelente e comprova que estamos a preparar adequadamente os nossos jovens para a oferta que existe em termos de mercado de trabalho.

Casos De Sucesso

A Mónica* tem 20 anos e não tinha condições financeiras para continuar a estudar. Entrou na Proinov com o 9º ano. Neste momento está a acabar o 12º ano e já está a trabalhar numa das empresas que a acolheu para estágio desde o início do curso. É uma das melhores colaboradoras da cadeia de lojas onde foi inserida. Vai tentar seguir o ensino superior mantendo o seu posto de trabalho.

A Sofia* tem 24 anos, trabalha em part-time e estuda na Proinov. Tem autonomia financeira para viver sozinha. No decorrer do curso foi-lhe detetado um problema oncológico, tem feito os seus tratamentos e prosseguidos os estudos, com diverso apoio nomeadamente psicológico por parte da Proinov e está em vias de acabar o 12º ano. A sua família somos todos nós. E havemos de continuar a ser.

Nenhum destes casos, entre dezenas de outros mais teria aqui chegado não fosse o apoio do FSE, e temos a certeza que vamos chegar muito mais longe.

Um dia cá estaremos para contar a sua história. A história de muitos alunos que não acreditavam chegar ao dia em que também fariam as suas capas.

*nome fictício

Alunos finalistas da Proinov - ano 2011-2012

Julho.2012

Fatores naturais potenciadores do turismo de saúde Na ilha do porto santo Região Autónoma da Madeira



24

João Batista Pereira Silva

Investigador (PhD), Centro de Investigação “GeoBioTec”
da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT),
Universidade de Aveiro

Resumo

A ilha do Porto Santo possui um conjunto de recursos naturais (areia carbonatada biogénica, argila esmectítica, água do mar, água de nascente, produtos agrícolas biológico-medicinais e clima) que permitem atribuir-lhe a designação de Estância Singular de Saúde Natural. Alguns dos recursos foram objeto de uso tradicional ao longo de vários séculos com benefícios para a saúde humana e têm sido estudados dos pontos de vista, técnico, científico e clínico nos últimos quinze anos por uma equipa multidisciplinar. No presente trabalho dá-se conhecimento, de modo sumário, do aproveitamento e aplicação desses recursos naturais em Centros de Geomedicina, em Resorts de Saúde Natural e em SPAs.

Palavras-Chave: Porto Santo, recursos naturais, turismo de saúde, geoturismo, SPAs

Introdução

Na última década o mercado do Turismo de Saúde na ilha do Porto Santo, território do arquipélago da Madeira, deixou de ser apenas doméstico e avançou para a internacionalização. Antes e, com base em informação recolhida (a primeira remonta há cerca de duzentos anos), a ilha era procurada por indivíduos nacionais e estrangeiros que utilizavam de modo empírico, mas com reconhecido sucesso conforme relatos escritos e depoimentos clínicos, o tradicional banho de areia na zona de transição praia/duna frontal da excelente praia que existe na costa sul da ilha, para tratarem patologias do foro músculo-esquelético, em particular (Figuras 1 e 2).

Só em 1995, o autor do presente artigo, madeirense e natural do Funchal, que frequentava a Licenciatura em Engenharia Geológica na Universidade de Aveiro, manifestou ao seu Professor Celso de Sousa Figueiredo Gomes, o interesse pelo estudo da

areia do Porto Santo. Com a necessária anuência fizeram-se então trabalhos preliminares, de campo e de laboratório. Mais tarde, houve oportunidade de preparar um programa de tese doutoral para o Eng. João Batista, sendo objetivo fundamental da tese estudar e procurar explicar as propriedades específicas da areia justificativas dos seus efeitos positivos em doenças do foro músculo-esquelético. O programa de tese abrangia também o estudo de outros recursos naturais do Porto Santo, tais como água do mar, água de nascente e argilas (particularmente as do tipo bentonite, únicas em Portugal), produtos agrícolas biológico-medicinais e clima. A tese intitulada “Areia de Praia da ilha do Porto Santo: Geologia, Génese, Dinâmica e Propriedades Justificativas do seu Interesse Medicinal” foi defendida em provas públicas em 2002 e contou com o apoio da Comunidade Europeia e do Fundo Social Europeu, através dos programas comunitários POPRAM II e POPRAM III, para além dos apoios da Universidade de Aveiro e da Unidade de Investigação Minerais Industriais e Argilas (atual Unidade de Investigação GEOBIOTEC da Fundação Para a Ciência e a Tecnologia).

Os resultados das investigações levadas a efeito têm proporcionado a publicação de alguns artigos científicos em revistas nacionais e internacionais (Gomes & Silva, 2006b, 2007, 2008 a, b) e de alguns livros técnicos e científicos (Gomes & Silva, 2002, 2006^a, 2012; Silva, 2002, 2003). Desde então, a informação científica obtida tem sido usada por empresários dos ramos da hotelaria e do turismo para o desenvolvimento de infraestruturas (por exemplo, Centros de Geomedicina, Centros de Talassoterapia, Centros ou Resorts de Saúde Natural e Spas, Figuras 3 e 4) e para programas de Turismo de Saúde tirando benefícios de alguns dos recursos naturais da ilha, que têm tido a participação de indivíduos oriundos, essencialmente, por ora, de países nórdicos (Noruega, Dinamarca, Finlândia, Suíça e Suécia).

Psamoterapia



Figura 1: Pacientes a fazerem tratamento aos membros inferiores na praia da Calheta, ilha do Porto Santo. © João Silva, 2011



Figura 2: Pormenor da areia de praia aderido à pele após o tratamento, na praia do Ribeiro Salgado. © João Silva, 2010



Figura 3: Tratamento com areia carbonatada biogénica em duas banheiras na Clínica de Geomedicina do Hotel do Porto Santo & Spa. © João Batista, 2008



Figura 4: Pormenor do tratamento com areia carbonatada biogénica em duas pacientes na Clínica de Geomedicina do Hotel do Porto Santo & Spa. © João Batista, 2008

Fatores naturais potenciadores do turismo de saúde Na ilha do porto santo Região Autónoma da Madeira

A areia carbonatada biogénica de rara tipologia deriva da desintegração, durante a Última Grande Glaciação, de várias espécies marinhas que se desenvolveram e fixaram em certos setores da plataforma costeira. Para além da areia outros recursos naturais da ilha tais como, argilas especiais, clima, água do mar, água de nascente e, ainda, vegetais e frutos comestíveis produzidos por agricultura biológica em solos calcários tendo em vista a sua integração na dieta alimentar dos utentes de programas abrangentes e integrados de Turismo de Saúde (Figuras 5 a 8), têm vindo a ser investigados em termos das suas relevantes propriedades específicas (mineralógicas, térmicas, químicas, bioquímicas e hidroquímicas), tanto no estado natural, como depois desenhados e reformulados.



Figura 5: Cebolas e abóbora cultivadas em calcisolo.
© João Silva, 2009



Figura 6: Rama e batata-doce cultivadas em calcisolo.
© João Silva, 2010



Figura 7: Pormenor dos cachos de uvas numa cepa plantada em calcisolo da zona interdunar no sítio da Lagoa. © João Silva, 2011



Figura 8: Vendedor ambulante de “uva de caracol” no centro da cidade do Porto Santo. © João Silva, 2011

A psamoterapia ou arenoterapia se associada a outras naturoterapias, tais como, climaterapia, helioterapia, hidroterapia e peloideterapia ou peloterapia pode promover e potenciar o Porto Santo como Estância Singular de Saúde Natural (Figuras 9 e 10).

Desde 2006 que está em curso o desenvolvimento e aplicação de produtos dermocosméticos com fins medicinais (Figuras 11 e 12), tendo por base a areia carbonatada biogénica e a argila do tipo bentonite da ilha do Porto Santo (Delfim et al., 2007 e Santos et al., 2009). O projeto I&DT que contempla este objetivo procura conseguir desenhar e fabricar produtos genuínos e diferenciadores. Para o efeito envolve investigadores do Centro de Investigação GEOBIOTEC da Universidade de Aveiro, do Centro de Tecnologia Farmacêutica da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto e, ainda, da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Fernando Pessoa, Porto.



Figura 9: Cebolas e abóbora cultivadas em calcisolo.
© João Silva, 2009



Figura 10: Rama e batata-doce cultivadas em calcisolo.
© João Silva, 2010



Figura 11: Boliões com espátulas de madeira contendo gel esfoliante com partículas dispersas de areia carbonatada biogénica da ilha do Porto Santo. © João Silva, 2010



Figura 12: Pormenor da aplicação do gel esfoliante sobre o rosto de uma voluntária no Pavilhão da Madeira na Bolsa de Turismo de Lisboa. © João Silva, 2010

Fatores naturais potenciados Na ilha do porto santo - Reg



Figura 11: Boiões com espátulas de madeira contendo gel esfoliante com partículas dispersas de areia carbonatada biogénica da ilha do Porto Santo. © João Silva, 2010



Figura 12: Pormenor da aplicação do gel esfoliante sobre o rosto de uma voluntária no Pavilhão da Madeira na Bolsa de Turismo de Lisboa. © João Silva, 2010

Uma das preocupações dos investigadores é introduzir nos produtos desenvolvidos e a certificar o conceito de denominação de origem. Por isso, está a ser feita a caracterização detalhada das formulações para registo de produtos e de marcas, tendo em vista o surgimento de empreendedores interessados na produção e comercialização.

A ilha do Porto Santo possui, igualmente, geosítios de características singulares (Silva & Gomes, 2003) e outro património interessante, que têm sido estudados tendo em vista a sua integração em roteiros de turismo da natureza (ecoturismo e geoturismo – Figuras 13 e 14) e de património construído, que possibilitam a ocupação de boa parte dos tempos livres dos indivíduos participantes nos programas de Turismo de Saúde.

Esta e outra informação sobre os recursos geológicos da ilha do Porto Santo com interesse para a saúde e bem-estar poderão ser consultados com bastante detalhe no livro bilingue intitulado “Ilha do Porto Santo: Estância Singular de Saúde Natural / Porto Santo Island: Unique Resort of Natural Health”, que foi editado em fevereiro de 2012.

A psamoterapia ou arenoterapia se associada a outras naturoterapias, tais como, climatoterapia, helioterapia, hidroterapia e peloterapia pode promover e potenciar o Porto Santo como Estância Singular de Saúde Natural.

Assim sendo, a informação constante neste artigo e no referido livro poderá constituir um contributo decisivo para que o Porto Santo, se possa posicionar como um fornecedor de serviços e com “Know-how” na área da saúde para o exterior e afirmar a Região Autónoma da Madeira, como um importante Destino de Saúde Natural, no tratamento de patologias osteo-articular e no turismo de saúde.

Referências

Santos, D., Oliveira, R., Lopes, C., Barata, P., Amaral, H., Ferreira, D., Silva, J., Gomes, C., Gomes, J., Santos, S., Castro, R., 2007. Desarrollo de una formulación dermocosmetica hidratante com argilas de la Isla de Porto Santo – Portugal. Jornadas Nacionales de Dermofarmacia, Vigo-Espanha, comunicação em poster.

Gomes, C. S. F. & Silva, J. B. P., 2002. Beach Sand and Bentonite of Porto Santo Island: Potentialities for Applications in Geomedicine/Areia de Praia e Bentonite da Ilha do Porto Santo: Potencialidades para Aplicações em Geomedicina, Edição (1.000 exemplares) dos Autores, Funchal, 60 pp.

Gomes, C: S. F. & Silva, J. B. P., 2006a. Os Minerais e a Saúde Humana: Benefícios e Riscos / Minerals and the Human Health: Benefits and Risks (2006). Edição (1.500 exemplares) dos Autores, Funchal, 360 pp..

Gomes, C: S. F. & Silva, J. B. P., 2006b. Products based on clay, mud and sand with interest for balneotherapy. 13Th International Clay Conference, Japão, Repinted from Clay Science, Vol. 12, April 2006, Supplement 2, pp. 228-232.

Gomes, C: S. F. & Silva, J. B. P., 2007. Minerals and clay minerals in medical geology. Applied Clay Science 36, pp. 4-21.

Gomes, C: S. F. & Silva, J. B. P., 2008a. Porto Santo Island: a natural health resort highly dependent upon the geochemistry of some of their natural resources. IX CGPLP, Cabo Verde, Praia, oral presentation.

Gomes, C: S. F. & Silva, J. B. P., 2012. Ilha do Porto Santo: Estância Singular de Saúde Natural/ Porto Santo Island: Unique Natural Health Resort. Madeira Rochas – Divulgações Científicas e Culturais, Funchal, 240 pp.

Gomes, C: S. F. & Silva, J. B. P., 2008b. Contribution of Mineral Resources for the Classification of Porto Santo' island as a Natural Health Resort. Livro de Homenagem ao Professor António Ferreira Soares, Departamento de Geociências da Universidade de Coimbra (editor), pp. 291-300.

Santos, D., Amaral, M. H., Padilha, M., Andreani, T., Pena Ferreira, M.R. Silva, J. B. P., Gomes, C. S. F., 2009. Development of exfoliating formulations containing biogenic carbonate sand from Porto Santo' island, Madeira Archipelago. 10th Skin Forum, APGI, Versailles, França, comunicação em poster.

Silva, J. B. P., 2002. Areia de praia da ilha do Porto Santo: geologia, génese, dinâmica e propriedades medicinais 2002. Tese de Doutoramento em Geociências, Universidade de Aveiro, Aveiro, 275 pp.

Silva, J. B. P., 2003. Areia de praia da ilha do Porto Santo: geologia, génese, dinâmica e propriedades justificativas do seu interesse medicina (2003). Edição (1500 Exemplares) da Madeira Rochas – Divulgações Científicas e Culturais, Funchal, 343 pp.

Silva, J. B. P. & Gomes, C. S. F., 2003. Património Geológico da ilha de Porto Santo: proposta para a criação de um Geoparque. VI Congresso Nacional de Geologia, Departamento de Ciências da Terra da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Monte da Caparica, 4 pp.





Espaço Atualidade

Este Espaço pretende dar conta da aplicação dos fundos comunitários na Região Autónoma da Madeira, da avaliação dos Programas Operacionais Intervir+ e Rumos e da preparação dos futuros Programas no contexto da futura Política de Coesão 2014-2020.

31

Freira da Madeira *Pterodroma madeira*

©Filipe Viveiros

Foto e informação cedida pelo Serviço do Parque Natural da Madeira

www.pnm.pt

FSUE

Execução da Candidatura da RAM



Ana Mota

Vogal do Conselho de Direção do Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

1. Contexto_Candidatura/ Modelo de Gestão e Controlo/ Procedimentos

O Dossier da candidatura ao Fundo de Solidariedade (FSUE) foi aprovado, em 13-01-2011, através da Decisão de Financiamento C (2010) nº 9758/final.

Com a aprovação da subvenção do FS no montante de 31.255.790 EUR foi preparado Protocolo que veio a ser assinado em 21-02-2011, entre a Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI) e o Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR), na linha do estabelecido na Resolução do Conselho do Governo Regional nº 1619/2010, de 29 de dezembro, que atribuiu ao Instituto de Desenvolvimento Regional as competências na Região de gestão do Fundo de Solidariedade. Depois foi assinado o Acordo entre o Estado Membro e a Comissão Europeia que permitiu o pagamento da ajuda a Portugal no início do mês de abril de 2011 e a entrada do dinheiro na RAM a meados do mês de abril.

Entretanto foi criado o Guia de Procedimentos e concebida uma **área reservada no site do IDR**, com o propósito promover a melhor articulação entre as entidades intervenientes na gestão e aplicação do Fundo.

A Área Reservada constitui assim o principal veículo de comunicação e reporte entre o IDR e as autoridades nacionais (MAI) e em simultâneo um arquivo eletrónico da candidatura de pedido de ajuda à Comissão Europeia e de todas as operações _ nomeadamente, aprovação, execução, pagamentos, relatórios de auditoria. Foi sistematizada em 5 seções:

- DECISÃO C (2010) 9758 de 13 de Jan. 2011 [Candidatura formalizada; Protocolo SGMAI/ IDR; ACORDO COM/ MAI; REG DO FS]
- PROCEDIMENTOS [Guia de Procedimentos/ Circuitos/ Formulários/ Minuta de Termo de Aceitação/ Pedido d Pagamento/ Check-lists/ Modelo Relatório Final / ...]
- INTERVENÇÕES APOIADAS [Beneficiários/ Homologação/ Ficha+ Parecer técnico/ Termo de Aceitação/...]
- EXECUÇÃO [Execução das Intervenções/ Transferências Recebidas do MAI/ Pagamentos Efetuados/...]



- CONTROLO [Programação Indicativo das Ações de Controlo da responsabilidade do IDR/ Relatórios/ Follow up de Recomendações/...]

O modelo de gestão adotado para a aplicação da ajuda do Fundo de Solidariedade atribuída à RAM pela Decisão de Financiamento C (2010) 9758 final, de 13-01-2011, foi concebido em conformidade com as exigências do Regulamento REG (CE) 2012/2002, de 11 de novembro.

Assim, e conforme se depreende do Acordo assinado com a Comissão Europeia e do Protocolo estabelecido entre o Governo da República (MAI) e o Governo Regional foram envolvidas no sistema de gestão e de controlo três entidades (SGMAI_ Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna; IDR_ Instituto de Desenvolvimento Regional; IGAI_ Inspeção Geral da Administração Interna), conforme se apresenta de seguida:

Entidades Intervenientes	Funções	
	Gestão	Controlo
SGMAI		✓ (externalizado – empresa Victor Jose & Associados) 2011
IDR		✓ (meios internos do IDR – UC _Unidade de Controlo) 2011-2012
IGAI	-	✓ No final do processo "certificação final de contas" 2012

Acordo entre DG REGIO E MAI

- Principais Deveres do IDR de acordo com o Protocolo estabelecido entre o MAI e a RAM
- Definição de procedimentos _ GUIA
 - Seleção das operações
 - Pagamento das ajudas aos Beneficiários Diretos
 - Verificação e Validação das despesas declaradas
 - Criação de ÁREA RESERVADA

2. Execução

Foram apoiadas 47 intervenções que envolveram 4 entidades beneficiárias (vide Quadro), sendo que a entidade mais representativa é a Vice Presidência do Governo Regional (então Secretaria Regional do Equipamento Social), com 70% das intervenções financiadas e 76% da ajuda paga.

Entidade Beneficiária	Intervenções (nº)	Financiamento Aprovado	Financiamento Executado	Montante FSUE PAGO
APRAM, SA	1	3.473.020,00 €	3.473.020,00 €	3.473.020,00 €
EEM, SA	12	3.617.210,77 €	3.613.715,28 €	3.613.715,28 €
IHM, EPE	1	390.365,58 €	381.072,36 €	381.072,36 €
VP	33	26.803.573,58 €	26.745.149,08 €	23.940.739,19 €
Total	47	34.284.169,93 €	34.212.956,72 €	31.408.546,83 €

Na ótica dos domínios/áreas, as intervenções apoiadas tiveram a distribuição que se segue, o que demonstra uma aproximação muito grande entre os montantes pagos e os inicialmente previstos:

Dominio	Interv (nº)	Financiamento Programado	Financiamento Aprovado	Financiamento Executado	Montante FSUE PAGO	%
a	b	c	d	e	f	g=f/c
1	12	3.810.000,00 €	3.617.210,77 €	3.613.715,28 €	3.613.715,28 €	94,8%
2	16	1.400.000,00 €	1.402.329,41 €	1.401.734,90 €	1.386.934,90 €	99,1%
3	1	400.000,00 €	390.365,58 €	381.072,36 €	381.072,36 €	95,3%
4	14	7.540.000,00 €	7.635.510,11 €	7.581.404,10 €	7.581.404,07 €	100,5%
5	4	18.105.790,00 €	21.241.754,06 €	21.235.030,08 €	18.445.420,22 €	101,9%
Total	47	31.255.790,00 €	34.287.169,93 €	34.212.956,72 €	31.408.546,83 €	100,5%

De sublinhar que os montantes aprovados ultrapassaram em 9,7% o montante de ajuda concedida (34.287.169,93/31.255.790,00) com o objetivo de garantir uma margem de segurança no caso de virem a serem detetadas eventuais despesas não elegíveis em futuras missões de controlo. Os montantes executados (ou seja validados) aproximaram-se muito do montante aprovado – 99,8%, o que representa uma boa performance.

Os montantes pagos ultrapassaram ligeiramente o montante efetivamente recebido da Comissão Europeia por ter sido aplicado também a parcela de 152.756,82€, relativos a juros gerados na conta.

De salientar que os pagamentos no total de 31,4 Milhões de Euros cobriram 92% do montante total de despesas validadas.

3. Processo de Encerramento

Para a execução da Decisão de financiamento suprarreferida, e nos termos do Acordo celebrado entre a União Europeia (Comissão Europeia) e o Estado Português (MAI _ Ministério da Administração Interna), ficou estabelecido no art. 9º a apresentação de uma declaração que ateste a validade das despesas declaradas, assim como a legalidade e regularidade das operações financiadas.

O IDR no prazo de 3 meses, após o fecho da aplicação do FSUE apresentou o Relatório Final da execução do FSUE, tal como previa o Protocolo no ponto 3. da Clausula 7ª.

A IGAI emitiu a certificação de final de contas com parecer favorável no dia 25 de setembro de 2012, após exame/verificações efetuadas e o MAI enviou todas as peças (relatório final e certificação) à Comissão Europeia na primeira semana de outubro de 2012, dando assim cumprimento a todos os requisitos estabelecidos no Regulamento do FSUE /Acordo.

Assim, e face ao exposto, tudo se encaminha para muito em breve os serviços da Comissão Europeia darem por encerrado o processo, o que é deveras algo extremamente positivo para a Região Autónoma da Madeira e para o Estado Português.

Avaliação Intercalar do Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira (Intervir+)

Augusto Medina

Professor e Presidente da Sociedade Portuguesa de Inovação



A Sociedade Portuguesa de Inovação – SPI (www.spi.pt) foi a entidade responsável pela elaboração do estudo de “Avaliação Intercalar do Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira” (PO Intervir+), realizado por solicitação do Instituto de Desenvolvimento Regional, entre setembro de 2011 e fevereiro de 2012.

O exercício de Avaliação Intercalar, que incidiu sobre os Eixos I a V do PO Intervir+ e assumiu como período de referência o que decorreu entre janeiro de 2008 e dezembro de 2011, teve como principais objetivos analisar:

- A pertinência e a coerência do PO Intervir+ face às alterações do contexto de partida e aos níveis de concretização das prioridades estratégicas do Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região Autónoma da Madeira (PDES) 2007-2013;
- O desempenho e o impacto do PO Intervir+ numa fase intermédia do seu período de vigência;
- A concretização das prioridades estratégicas e dos objetivos específicos do PO Intervir+;
- Os contributos das principais áreas de intervenção para as prioridades estratégicas da Agenda Temática Fatores de Competitividade e da Agenda Temática Valorização do Território do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN);
- O modelo e as soluções de gestão adotadas para o PO Intervir+.

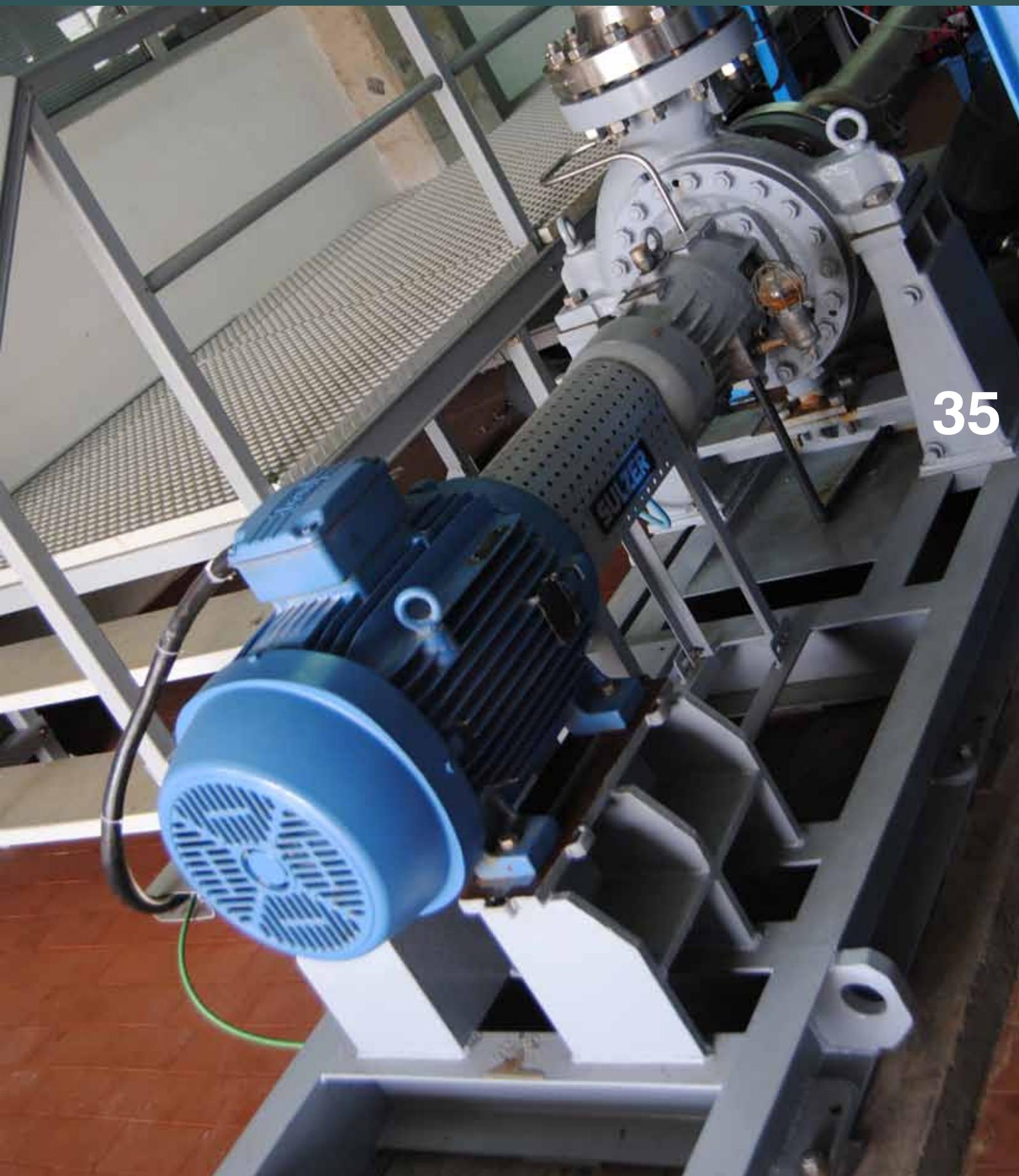
Na prossecução destes objetivos, o trabalho de avaliação centrou-se em questões relacionadas com as alterações socioeconómicas, o grau de cumprimento dos indicadores de realização e resultado, eventuais explicações para o perfil de desempenho, os contributos das realizações para os objetivos específicos, as trajetórias de concretização ao nível dos objetivos gerais, o impacto na concretização do PDES 2007-2013, o alinhamento dos impactos antecipáveis com os objetivos gerais e os contributos do PO Intervir+ para as Agendas Temáticas do QREN.

A abordagem metodológica contou com três fases (a primeira de aprofundamento da metodologia de avaliação, a segunda de desenvolvimento dos trabalhos de recolha e análise da informação e a terceira de elaboração das recomendações) e implicou um trabalho minucioso de recolha de dados, baseado numa pesquisa bibliográfica e estatística detalhada, envolvendo documentos de âmbito regional, nacional e comunitário. Complementarmente, foi aplicado um conjunto diversificado de instrumentos metodológicos, incluindo:

- **Entrevistas:** através deste método foram envolvidos vários intervenientes no Programa, designadamente entidades da Estrutura de Gestão e do Modelo de Governação do QREN, entidades reconhecidas como stakeholders e entidades/empresas públicas beneficiárias, tendo sido realizado um total de 43 entrevistas;
- **Questionário:** através deste método foram recolhidas 119 respostas de entidades empresariais beneficiárias de projetos aprovados e não aprovados nos diferentes Sistemas de Incentivos;
- **Estudos de caso:** através deste método foram descritos 3 exemplos de boas práticas do contributo do PO Intervir+ para os resultados e impactos esperados, nomeadamente do SI EMPREENDINOV (Eixo I), do SI FUNCIONAMENTO (Eixo V) e das intervenções apoiadas no âmbito da renovação do Parque Escolar (Eixo IV);
- **Focus group:** através deste método foi possível analisar e debater, com os elementos da Autoridade de Gestão e do Organismo Intermédio do PO Intervir+, os principais resultados obtidos.

As principais conclusões da Avaliação Intercalar foram agrupadas em quatro grandes categorias que a seguir se detalham.





35

Avaliação Intercalar do Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira (Intervir+)

36

No que concerne ao **contexto**, ficaram claros os efeitos negativos da crise macroeconómica e as fragilidades acrescidas da insularidade e do aumento da taxa de desemprego na Região. Não obstante as evoluções positivas observadas para alguns indicadores (educação, saúde, sociedade da informação e inovação), os desafios acrescidos à execução colocados pelas alterações socioeconómicas e pela real procura dos beneficiários fizeram-se refletir no exercício de reprogramação aprovado pela Comissão Europeia e na alteração das metas de alguns indicadores.

Relativamente à **execução**, foi possível observar que o perfil de desempenho do PO Intervir+ se afigura como positivo e tende a demonstrar que as metas definidas para 2015, quanto aos indicadores de realização e de resultado, serão alcançáveis. Assim, em termos gerais, o cumprimento dos indicadores de realização e de resultado, especialmente se se atender aos níveis de contratualização já alcançados, apresenta níveis de eficácia e de eficiência positivos, não obstante alguns Eixos Prioritários apresentarem níveis de execução moderados. Estes níveis parecem estar associados à Estrutura de Gestão do PO Intervir+, que se tem revelado como facilitadora, e ao próprio processo de seleção, no âmbito do qual as aprovações são realizadas, dentro de cada Eixo, em sintonia com as áreas prioritárias do Programa. De salientar, no entanto, que a análise das condições de acesso aos vários Sistemas de Incentivos permitiu a identificação de alguns fatores que podem estar a limitar o potencial destes instrumentos para o desenvolvimento da Região (nomeadamente o valor de despesa elegível mínima).

Considerando os **impactos** antecipáveis das realizações e resultados do PO Intervir+, em consequência dos investimentos que têm vindo a ser efetuados, denota-se um alinhamento com os objetivos gerais do Programa, sendo que este tem vindo a demonstrar um contributo positivo e relevante para a prossecução dos objetivos estabelecidos no PDES 2007-2013, em particular os relacionados com a prioridade “Inovação, empreendedorismo e sociedade do

conhecimento”.

Atendendo aos **contributos para as Agendas Temáticas**, verifica-se que as intervenções do PO Intervir+ têm contribuído para a concretização das prioridades da Agenda Temática Fatores de Competitividade, nomeadamente para a renovação do modelo empresarial e para a alavancagem dos projetos de investimento das empresas (salientando-se neste contexto o número de empresas beneficiárias dos mecanismos de engenharia financeira e o número de novas empresas apoiadas pelos Sistemas de Incentivos, bem como os incentivos ao desenvolvimento de setores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia). Têm também contribuído para a concretização das prioridades da Agenda Temática Valorização do Território, nomeadamente para o reforço da coesão social e territorial e para o aumento da segurança dos habitantes da RAM (realçando-se os apoios à construção/modernização de equipamentos na área do desporto, aos projetos de prevenção e gestão de riscos naturais e aos equipamentos culturais, ainda que com um impacto mais reduzido).

Face aos resultados obtidos, as recomendações da SPI vão no sentido de serem implementadas ações visando especificamente a **melhoria do desempenho do PO Intervir+** (incluindo, entre outras, a análise atenta aos projetos com baixas taxas de execução e aos “Grandes Projetos”, a avaliação da possibilidade de aumentar as taxas máximas de cofinanciamento comunitário aplicáveis aos pagamentos intermédios e aos pagamentos do saldo final e a sensibilização das entidades do Sistema Científico e Tecnológico Regional - SCTR - para os incentivos existentes), o **refinamento dos seus instrumentos** (incluindo, entre outras, a eventual revisão das condições de elegibilidade dos projetos a alguns Sistemas de Incentivos no sentido de aumentar a sua atratividade para as micro e pequenas empresas e a eventual reformulação do tipo e natureza de projetos de investimento elegíveis em alguns âmbitos reforçando o interesse das entidades do SCTR) e o **aperfeiçoamento dos indicadores** (incluindo, entre outras, a monitorização e



apuramento dos indicadores de impacto em sede de encerramento do Programa e a alteração da metodologia de cálculo dos indicadores de realização e de resultado que se referem a projetos com mais do que uma intervenção física).

A SPI apresentou ainda um conjunto de recomendações para o futuro Programa Operacional Regional, nomeadamente:

- Desenvolver atividades tendentes à concretização de uma estratégia de especialização inteligente, integrando a plataforma europeia “S3”, concentrando os recursos num número reduzido de prioridades e evitando a dispersão dos investimentos em diferentes áreas e setores de atividade;
- Prever instrumentos que promovam a I&D e a inovação na Região, que privilegiem a criação de laços de cooperação entre as empresas e as entidades do SCTR e que fomentem a cooperação inter-regional;
- Promover uma monitorização próxima do ecossistema do empreendedorismo, nos seus diferentes domínios, no sentido de maximizar os seus impactos na economia regional e no sistema regional de inovação;
- Prever a definição de todos os indicadores no momento inicial de elaboração do programa, bem como o alinhamento dos mesmos com os objetivos (operacionais, específicos e gerais).

Maturidade e resiliência da programação FSE na Região Autónoma da Madeira



António Manuel Figueiredo

Presidente do Conselho de Administração da Quaternaire Portugal
e Coordenador do estudo de avaliação intercalar do Programa Operacional Rumos

38

A conclusão, ainda em 2012, do Estudo de Avaliação Intercalar do Programa Operacional Rumos permite sintetizar algumas conclusões relevantes e pertinentes que importa partilhar com os leitores do Espaço Global. Esta partilha de reflexão é tanto mais oportuna quanto a conclusão da avaliação intercalar ocorre num momento particular da situação económica a nível europeu, nacional e regional para o qual o contributo do Fundo Social Europeu (FSE) é inestimável.

Antes de destacar alguns desenvolvimentos analíticos que o estudo de avaliação permitiu concretizar, há duas palavras que surgem à cabeça da minha reflexão: maturidade e resiliência. Considero-me um observador atento das autonomias regionais, sempre as considereei uma das mais conseguidas realizações do Portugal democrático e é com prazer que destaco a maturidade que o sistema de formação tem vindo a adquirir na Região Autónoma da Madeira. Mas o que a avaliação intercalar do Rumos nos trouxe de novo é o reconhecimento da resiliência adaptativa que aquele sistema apresenta na resposta às incidências da recessão económica na região, revelando flexibilidade de resposta às repercussões da crise em termos de públicos-alvo a proteger e de ações a promover.

Uma nota adicional para a mais valia de fundamentação que os resultados da avaliação apresentam. O progresso metodológico, observado designadamente na avaliação de impactos e na diversificação dos métodos de recolha de informação credível (com utilização pioneira de grupos de controlo), coloca esta avaliação no rumo certo da consistência e rigor. É de destacar, a este respeito, o carácter prenunciador do próprio programa, Rumos de seu nome, por isso coerente com o sentido de futuro que a sua avaliação representa.

Face a uma alteração considerável de contexto, no qual as incidências da dupla crise nacional e internacional, o disparar da taxa de desemprego e os constrangimentos orçamentais se combinam perigosamente, é na dimensão “potencial humano e coesão social” que o programa se destaca em termos

de capacidade de resposta. Os domínios do combate ao insucesso e abandono escolar (que não está erradicado mas cujos resultados são notórios) e da melhoria paulatina mas consolidada das qualificações escolares e profissionais sobrelevam os restantes e a região enfrenta agora o desafio de adaptar o sistema de formação às novas tipologias de procura que a população desempregada colocará progressivamente nos próximos tempos. É o caso, por exemplo, dos desafios que as diferentes tipologias de população desempregada colocam aos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências.

Já no domínio “Inovação, Empreendedorismo e Sociedade do Conhecimento”, há que superar um dos efeitos esperados da recessão económica: a perda de energia do tecido produtivo e institucional regional na procura e absorção de apoios facultados pelo programa. O que traz uma importante implicação: a programação FSE tem, em certos domínios, que se preocupar com as condições de procura dos seus apoios. É o caso, notoriamente, dos apoios à formação avançada. Ela deve ser repensada em função de ações de estímulo e capacitação da procura. A Região apresenta uma cultura organizacional muito pouco sensível à valorização da formação avançada que é necessário inverter e a perda de energia observada nas instituições de base tecnológica existentes penaliza claramente a absorção potencial não só desses apoios, mas fundamentalmente a internalização dessas competências.

Do ponto de vista global, a maturidade da gestão da programação FSE é visível nos elevados níveis de cumprimento de indicadores de realização e resultado que tem atingido. A avaliação assinala, por exemplo, as realizações no domínio do “Desenvolvimento do mercado social de emprego e apoio a grupos desfavorecidos” com resultados significativos de criação de emprego e também em matéria de estágios.

Ao nível da melhoria de qualificações, o programa destaca-se pela dinâmica sustentada



dos cursos profissionalizantes com dupla certificação, dos cursos de educação e formação tipo 2 e 3 (que colocam sérios desafios à escola pública), da adaptabilidade e da aprendizagem ao longo da vida (com desafios de engenharia da formação para a formação de adultos de longa duração) e da formação para a administração pública (com melhoria desejável na estimação de necessidades de formação).

O contributo do Rumos para a melhoria das condições de empregabilidade deve ser sublinhado:

- Nos estágios profissionais, 56% dos beneficiários está empregado 6 meses após a conclusão do estágio, sem que os níveis de habilitação de estagiários influenciem decisivamente os resultados obtidos; o confronto entre um grupo de ex-estagiários e um grupo de controlo evidenciou para os primeiros uma probabilidade mais elevada de obter emprego (63,3% para 46,5%); é ainda de realçar que 46% dos estagiários obtêm emprego na empresa em que estagiou;
- Na tipologia formação-emprego, 77% dos beneficiários estão empregados em entidades privadas 6 meses após a conclusão do processo, concluindo-se que a habilitação premeia a empregabilidade;
- Níveis de empregabilidade de beneficiários de programas ocupacionais para desempregados relativamente mais baixos: 35% estão empregados 6 meses após a conclusão da participação no programa, sem que a habilitação influencie decisivamente a empregabilidade.

A avaliação conclui ainda que os impactos antecipáveis pelo Rumos serão mais fortes no objetivo “Garantir o aumento significativo dos níveis educativos e formativos” da Região, com destaque para:

- O forte contributo dos cursos profissionalizantes e cursos de dupla certificação educação-formação para o aumento das taxas de escolarização principalmente no secundário; a taxa de escolarização aumentou sete pontos percentuais desde o arranque do programa;
- A retenção de jovens fragilizados em percursos escolares;
- 1/3 de alunos em vias profissionalizantes prosseguir estudos;
- O crescimento da taxa de participação de adultos dos 25 aos 64 anos em processos de educação e formação, com relevo para a formação profissional para a administração pública e os processos de RVCC que equivalem a cerca de 11,8% do total de indivíduos da Região nesse escalão etário;
- O contributo na qualificação de mestrados.

A avaliação reconhece haver margens de progresso para que o programa possa ainda reforçar os impactos em matérias como o aumento de competências de base tecnológica e o contributo para a eficiência da governação regional.

Pelas conclusões atrás sintetizadas conclui-se ainda que o contributo do Rumos para a Agenda do Potencial Humano está fortemente concentrado nos resultados e impactos conseguidos em termos de correção do défice estrutural de qualificações escolares da população madeirense.

Em síntese final, podemos assim concluir que, embora enfrentando o desafio de ter de responder a tipologias de procura provenientes de públicos mais problemáticos, deve ser reconhecida a maturidade atingida na programação e na resposta a uma alteração desfavorável de contexto na economia regional. A resiliência adaptativa manifestada constitui um bom argumento para se reconhecer ao programa, facultando-lhe os meios financeiros adequados, o seu forte contributo para minorar os impactos da recessão económica na economia madeirense, no mercado de trabalho e na coesão social. Até porque em grande parte dos domínios em que o contributo do programa é mais modesto, isso acontece porque o modelo de desenvolvimento económico da Região enfrenta uma transição para novos paradigmas de competitividade em que a qualificação e a incorporação de conhecimento apresentem uma maior intensidade. Nesses domínios, a programação FSE pode influenciá-los mas também é deles tributária.

Programas Operacionais da Região Autónoma da Madeira (Programas Intervir+ e Rumos)

O ano da reprogramação estratégica e o contributo para o crescimento e o emprego



Maria João Sousa

Unidade de Estratégia e Avaliação do Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

Tabela 1 Ponto Situação dos Programas Operacionais da RAM a 30.06.2012

Programa Intervir+	%	Programa Rumos	%
Taxa de Compromisso	88	Taxa de Compromisso	105,5
Taxa de Execução	44,4	Taxa de Execução	65,8

Fonte: Instituto Desenvolvimento Regional (IDR)

Uma reflexão sobre o ano de 2012 no âmbito da execução dos Programas Operacionais não pode deixar de considerar os problemas que os órgãos de gestão vêm enfrentando e as medidas tomadas para a sua resolução. Mais, dado o sentimento (generalizado) de urgência na “prestação de contas”, importa partilhar os pressupostos inerentes às opções efetuadas e que justificam o pedido à Comissão Europeia de alteração dos dois Programas, em 2012.

Assinalam-se os problemas significativos que obstam ao normal desempenho dos Programas, os quais entroncam num quadro de dificuldades financeiras que remonta a 2007 e que tem influenciado de forma marcante o contexto de sua execução:

- As drásticas alterações socioeconómicas face ao momento de programação induziram alterações substanciais das respetivas condições de implementação. Em particular no campo de intervenção do Fundo Social Europeu, onde assistiu-se ao estreitamento das condições de inserção na vida ativa e de rotação de empregos, agravamento do desemprego jovem e de adultos de baixas qualificações, alastramento da exclusão social e estrangulamento do potencial de dinamização de iniciativas de desenvolvimento local e outras de economia social.

- Os elevados índices de compromisso atingidos por ambos os Programas, destaque para o Programa Rumos, delimitam as margens de atuação em matéria de prioridades e/ou de reafecção de recursos financeiros.

- As implicações do Plano de Ajustamento Económico e Financeiro da Região (PAEF) sobre a concretização efetiva de algumas prioridades para ambos os Programas, desta feita, com ênfase sobre o Programa Intervir+, nomeadamente em resultado dos constrangimentos orçamentais e de realização

de despesas de investimento das entidades da Administração Pública Regional beneficiárias de ajudas, obrigam a um processo de ajustamento orçamental exigente.

Neste contexto, foi proposto pelos órgãos de gestão um reforço da dotação financeira do Programa Rumos (por transferência da dotação do Programa Intervir+) e uma readequação das dotações internas do Programa Intervir+, subordinados a orientações de afetação prioritária para intervenções que fomentem o crescimento económico e a criação de emprego, justificado nas seguintes condições: Alterações significativas das prioridades comunitárias

Em sede da Declaração sobre o Crescimento e o Emprego datada de 30 de janeiro de 2012, o Presidente da Comissão Europeia, Dr. Durão Barroso, vem reconhecer que é necessário envidar de imediato esforços especiais a nível nacional para melhorar a oferta de mão de obra e reduzir o desemprego dos jovens, tendo avançado que urge tomar (...) medidas, a implementar até junho [no sentido de] mobilizar melhor os fundos estruturais, acelerando a implementação dos programas e projetos existentes, se necessário reprogramando fundos e autorizando rapidamente verbas ainda não afetadas a projetos específicos, colocando a tónica no reforço do crescimento e na criação de emprego.

Alterações socioeconómicas significativas

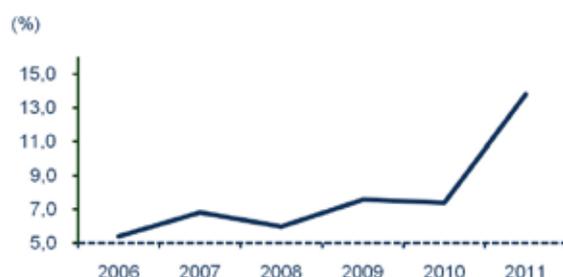
Os Programas tem-se desenvolvido, nos anos mais recentes, num ambiente macroeconómico marcado por uma conjuntura adversa, com repercussões visíveis no desempenho da atividade económica regional e, conseqüentemente, na dinâmica do mercado de trabalho.

A criação líquida de emprego e a taxa de



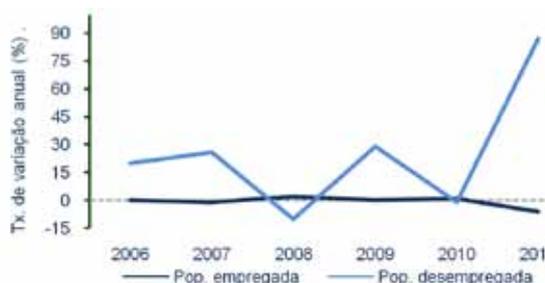
desemprego foram condicionadas já no ano 2011 pelo abrandamento da atividade económica, tendo a taxa de desemprego registado um agravamento em cerca de 6 p.p. face a 2010, apresentando o valor de 13,8% em termos médios anuais. Os grupos etários onde a incidência da taxa de desemprego foi mais significativa foram o dos 15 aos 24 anos (39,1%) e o dos 25 aos 34 anos (14,8%), o que atesta uma predominância clara nos escalões mais jovens da população.

Gráfico 1 Taxa de desemprego



Fonte: Direção Regional de Estatística (DRE) - Estatísticas do Emprego

Gráfico 2 Taxa de variação anual da população empregada e da população desempregada

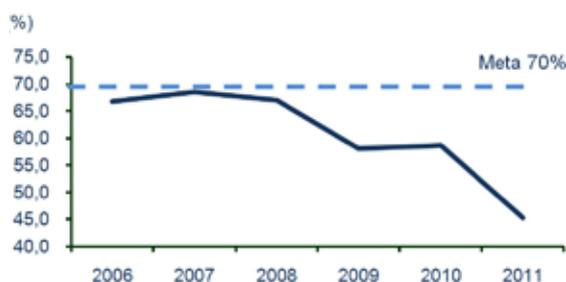


Fonte: DRE - Estatísticas do Emprego

Em termos de volume, a população desempregada em 2011 registou um forte aumento (87%) relativamente ao ano 2010, tendo havido uma quebra na população empregada na ordem dos 6%.

A atual conjuntura contribui para um afastamento da Região das metas da Estratégia de Lisboa em matéria de emprego, que deverá agravar-se no ano 2012, uma vez que as previsões são no sentido da manutenção de um estado recessivo da economia. A taxa de emprego em 2011 foi de apenas 45,3%, o que equivale a uma diminuição na ordem dos 13 p.p. face ao valor registado em 2010 e revela a tendência que deverá manter-se na economia regional no ano 2012.

Gráfico 3 Taxa de emprego



Fonte: DRE - Estatísticas do Emprego

Avaliações relacionadas com o acompanhamento dos programas operacionais Os exercícios de Avaliação Intercalar desenvolvidos para ambos os Programas (<http://www.idr.gov-madeira.pt/portal/>) vêm atestar as dificuldades sentidas nas respetivas sedes de implementação no terreno, por oposição ao cenário que remonta à fase de adoção dos mesmos.

Com efeito, o Relatório Final da Avaliação Intercalar do Programa Rumos é perentório

Programas Operacionais da Região Autónoma da Madeira (Programas Intervir+ e Rumos) - O ano da reprogramação estratégica e o contributo para o crescimento e o emprego

42

ao afirmar que as principais alterações socioeconómicas ocorridas nas dimensões-problema que caracterizam a situação de partida em ambos os domínios residem em dois vetores-chave fortemente interdependentes que têm contextualizado a implementação do Programa:

- Crescimento acentuado do volume de desemprego registado (...) [que] tem gerado naturais tensões na gestão das medidas ativas da política de emprego, designadamente sobre as tipologias de operação (...) mobilizáveis para apoio aos desempregados, e de formação de adultos (...).

- Persistência prolongada de constrangimentos orçamentais (acentuados pelo contexto de reduzido dinamismo do investimento económico empresarial), associados à crise económica e financeira que afeta tanto entidades públicas, como associações e beneficiários privados com implicações no ritmo e qualidade da absorção das ajudas, nomeadamente na ótica da empregabilidade.

A combinação destas duas vertentes teve notórias implicações nas dinâmicas de absorção de recursos (...), com destaque para o Eixo [Emprego e Coesão Social] que rapidamente esgotou a dotação financeira (...). Por outro lado, o Relatório Final de Avaliação Intercalar do Programa Intervir+ corrobora que a grave crise financeira e o clima de restrição orçamental que atualmente afetam o País e a Região colocam desafios acrescidos a um Programa inserido no objetivo Competitividade e Emprego da Política de Coesão (...). Se por um lado os intervenientes consideram que sem financiamento teriam muita dificuldade

em desenvolver projetos nos domínios de maior ambição do Programa (nomeadamente a modernização e internacionalização da base económica regional), em continuar com os investimentos públicos previstos (especialmente os associados ao domínio do desenvolvimento sustentável) e em combater as fragilidades associadas à ultraperifericidade, reconhecem também que as atuais restrições orçamentais e o abrandamento da economia provocam constrangimentos severos ao nível do investimento, não dispondo dos meios financeiros que lhes permitam suportar as participações necessárias ou recorrer ao crédito.

Dificuldades de execução

No que concerne ao Programa Rumos em particular, e em linha com a evolução mais recente dos indicadores macroeconómicos relevantes, as entropias decorrentes do crescimento acentuado do volume de desemprego registado, tem gerado inevitáveis tensões na gestão das medidas ativas da política de emprego, designadamente sobre as tipologias de intervenção direcionadas para o apoio aos desempregados e de formação de adultos.

Se por um lado se deverá continuar a assistir ao agravamento recorrente do desemprego registado na Região, por outro, o crescente comprometimento das verbas comunitárias afetadas e os estrangulamentos de natureza orçamental deverão continuar a condicionar a capacidade de resposta às pressões laborais e sociais sentidas no mercado de trabalho regional.

Por seu turno, e no contexto concreto do Programa Intervir+, constrangimentos práticos associados às repercussões da envolvente



macroeconómica desfavorável, são visíveis tanto na insuficiente capacidade económica e financeira dos promotores de projetos para dinamizar candidaturas e concretizar os projetos aprovados, como ainda nas baixas expectativas de dinamizar a formalização de novas candidaturas.

Um dos particulares reflexos da instabilidade económico-financeira é pois o das crescentes dificuldades com que os agentes económicos se têm vindo a deparar no recurso ao crédito e, por conseguinte, na capacidade de dinamização de projetos ao abrigo dos Sistemas de Incentivos ao investimento. Paralelamente, as circunstâncias particularmente difíceis das contas públicas agravaram a implementação de medidas de ajustamento orçamental e de correção dos níveis de endividamento público, acentuando as pressões descendentes sobre a atividade económica regional.

Acresce que a forte exposição e vulnerabilidade do tecido empresarial às pressões atuais, nomeadamente do mercado e da banca, tem ditado a retração da atividade económica em diversas frentes, e/ou a própria insolvência dos agentes, bem como o subsequente agravamento da taxa de desemprego na Região, com uma evolução particularmente expressiva desde 2011. Por outro lado, as restrições orçamentais e sequentes dificuldades de liquidez sentidas pelas autoridades públicas regionais têm colocado várias condicionantes à implementação dos instrumentos operacionais.

A par das condicionantes que se têm feito sentir à escala macroeconómica, o próprio pedido de assistência financeira do Estado Português ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e o processo desencadeado pelo pedido de ajuda financeira, por parte do Governo Regional da Madeira à República Portuguesa, vieram amplificar os demais entraves práticos sentidos, tanto por parte dos (potenciais) promotores - públicos e privados -, como também por parte dos diversos órgãos de gestão.

PS.: Consulte Espaço Projetos – A partir da Pág. 63
Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM – Autoridade de Gestão
do Programa Intervir+ e do Programa Rumos
[IDR, IP-RAM]: www.idr.gov-madeira.pt/
[Programa Intervir+]: www.idr.gov-madeira.pt/intervir+/
“Intervir+ para uma Região cada vez mais europeia”
[Programa Rumos]: www.idr.gov-madeira.pt/rumos/
“Os melhores RUMOS para os Cidadãos da Região”

Sobrecustos nas Regiões Ultraperiféricas

Jorge Faria

Presidente do Instituto de Desenvolvimento Empresarial

Como corolário das especificidades consagradas no nº2 do artigo 299º do Tratado da União Europeia, isto é, as especificidades das nossas Regiões, cuja persistência e conjugação contribuem para um nível de convergência muito abaixo em relação à situação das outras regiões centrais da União Europeia e prejudicam gravemente o desenvolvimento económico das Regiões Ultraperiféricas, estas beneficiam dados os seus condicionalismos específicos, de um financiamento suplementar do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) – Dotação Específica dos Sobrecustos.

Assim, mais do que uma região-problema queremos que as nossas regiões sejam regiões-oportunidade.

Em junho do presente ano, uma comunicação da Comissão Europeia diz, “As Regiões Ultraperiféricas da União Europeia: parceria para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo”.

Muito já foi realizado nas RUP, mas a verdade é que as suas economias, continuam frágeis. Cada Região Ultraperiférica é especial e precisa encontrar um caminho próprio de desenvolvimento, de acordo com as suas especificidades.

Obviamente que esta via para o crescimento e desenvolvimento económico, terá necessariamente de assentar na Estratégia 2020 da União Europeia.

Os pilares desta estratégia, que também são válidos para as RUP, passam por uma economia baseada no conhecimento e inovação, numa economia mais eficiente em termos de recursos, mais ecológica e mais competitiva, tendo de elevar os níveis de emprego e assegurar simultaneamente a coesão social e territorial.

Os princípios subjacentes a esta proposta de parceria para o crescimento são, nomeadamente:

- apoiar as RUP a explorar todas as oportunidades de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, com base no seu ativo e no potencial endógeno;
- contribuir de uma forma simples e significativa para a plena integração no mercado único;
- aumentar o reconhecimento das RUP como ativo para todos e da necessidade de ter em conta as suas especificidades e limitações;
- reforçar a competitividade através da modernização e da diversificação das economias das RUP.

A Política de Coesão é o principal instrumento da União Europeia para realizar a Europa 2020, com a maior concentração dos fundos europeus destinados a criar emprego e crescimento económico.

Nas Regiões Ultraperiféricas, a política de coesão terá de prestar apoios aos investimentos no crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Em outubro do ano transato foi publicado o Relatório de “Pedro Solbes” sobre “Melhor integrar as RUP da União Europeia no mercado único através da valorização dos seus trunfos por forma a alcançar os objetivos da Estratégia 2020”.

O Relatório estabelece, entre outros, os seguintes objetivos:

- melhorar o acesso ao financiamento para as PME das RUP, nomeadamente as micro pequenas empresas;
 - usar as redes para reduzir o défice de acessibilidade e promover a integração económica das RUP;
 - apoiar a integração das RUP nos respetivos mercados regionais;
 - promover as RUP enquanto “portas de entrada na Europa” nos respetivos espaços geográficos.
- Este Ex-Comissário Europeu diz que “a situação geográfica das RUP permite que estas regiões desempenhem um papel essencial no desenvolvimento das dimensões externas do mercado único”.





45

Nas RUP, aliás como nas restantes regiões europeias, o desenvolvimento das PME constitui uma prioridade essencial para o crescimento económico e a competitividade do território, sabendo que a política da Comissão Europeia a favor das empresas constitui um eixo central da estratégia E.U.2020.

Neste contexto e para a prossecução da Estratégia 2020 nas RUP e em particular na R.A.M., é fundamental estimular a oferta de financiamento e de capital de risco às PME, contribuindo para melhorar o difícil acesso das empresas ao financiamento.

É importante também ressaltar a importância das TIC no desenvolvimento das nossas empresas e promover um espírito de cooperação empresarial.

Pensamos que no futuro quadro (2014-2020) inserido na estratégia 2020, que a continuação da dotação específica para a compensação dos sobrecustos da ultraperifericidade seja utilizada para apoiar as empresas regionais, é de fundamental importância.

Importante também, na implementação desta estratégia que a nossa Região tenha acesso ao Fundo de Coesão como principal instrumento de realização da estratégia 2020.

Entre outras, pensamos igualmente ser importante melhorar a competitividade, o comércio e o intercâmbio do conhecimento com as regiões e países vizinhos através da Cooperação Territorial.

Outubro.2012

PS.: Consulte Espaço Projetos – Pág. 74 a 81

Instituto de Desenvolvimento Empresarial da RAM – Organismo Intermédio no Programa Intervir+

[IDE] www.ideram.pt/

[Programa Intervir+] www.idr.gov-madeira.pt/intervir/

“Intervir+ para uma Região cada vez mais europeia”

Programa Rumos

Eixo I “Educação e Formação”

Balço dos seus principais indicadores



Sara Relvas

Diretora Regional da Qualificação Profissional

Decorridos cinco anos de implementação do Eixo 1 “Educação e Formação” do Programa Rumos, podemos efetuar um balanço dos seus principais indicadores. Assim, este Eixo tem-se caracterizado por uma intensa dinâmica de execução, demonstrada por um montante aprovado de 114.819.657€ de Despesa Pública, o que representa 100% da dotação financeira para o período 2007-2013. No que respeita à execução financeira do Eixo regista um valor de 59.607.309 €, representando uma taxa de 52 % em relação ao montante programado.

Montantes Aprovados no Programa Rumos 2007-2011

Unidade: Euros

Eixos Prioritários	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovações 2007-2011 (AP)		Taxa de Compromisso (AP/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Eixo I	114.625.000	91.700.000	114.819.657	91.855.725	100%	100%

Montantes Executados no Programa Rumos 2007-2011

Unidade: Euros

Eixos Prioritários	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Execução 2007-2011 (EX)		Taxa de Execução (EX/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Eixo I	114.625.000	91.700.000	59.607.309	47.685.847	52%	52%

Se consideramos as diferentes vertentes de intervenção do Eixo 1, constata-se que todas elas apresentam um desenvolvimento sustentado, ou seja, não existem vertentes onde os níveis de aprovação e de execução financeira apresentem disparidades significativas. Todas elas têm taxas de compromisso significativas, sendo inferior na Qualificação Inicial, uma vez que pela natureza dos apoios, os mesmos são mais distendidos ao longo do período de programação, bem como níveis de execução financeira que não se distanciam grandemente entre eles, o que traduz a maturidade das intervenções apoiadas.

Montantes Aprovados no Eixo I “Educação e Formação” 2007-2011

Unidade: Euros

Vertente de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovações 2007-2011 (AP)		Taxa de Compromisso (AP/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Qualificação Inicial	72.678.275	58.142.620	64.229.083	51.383.266	88%	88%
Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	35.268.287	28.214.630	41.706.494	33.365.195	118%	118%
Formação Avançada	6.678.438	5.342.750	8.884.079	7.107.264	133%	133%
Total	114.625.000	91.700.000	114.819.657	91.855.725	100%	100%

Montantes Executados no Eixo I “Educação e Formação” 2007-2011

Unidade: Euros

Vertente de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Execução 2007-2011 (EX)		Taxa de Execução (EX/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Qualificação Inicial	72.678.275	58.142.620	32.092.709	25.674.167	44%	44%
Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	35.268.287	28.214.630	22.935.230	18.348.184	65%	65%
Formação Avançada	6.678.438	5.342.750	4.579.370	3.663.496	69%	69%
Total	114.625.000	91.700.000	38.567.759	30.854.207	52%	52%



Podemos salientar também como um indicador do dinamismo do Programa, o elevado grau de seletividade do mesmo, traduzido no facto de terem sido apresentadas para financiamento um total de 1.107 candidaturas, com um investimento total correspondente a 247.613.326 €, tendo sido aprovados 584 projetos, ou seja 53% da totalidade dos apresentados.

Numa análise das candidaturas apresentadas por tipologia de intervenção, podemos salientar que a vertente de intervenção “Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida” concentrou cerca de 59 % do número total de candidaturas aprovadas, no entanto em termos de tipologias de intervenção, temos a destacar os “Cursos de Educação e Formação”, que representam 24% da totalidade dos projetos aprovados. Em relação ao volume financeiro, os projetos aprovados na “Qualificação Inicial”, representam 55% do total do Eixo 1, situação que se justifica face à natureza da formação apoiada nesta vertente, caracterizada por cursos de longa duração e com custos mais elevados.

Em termos financeiros, em relação às tipologias de intervenção os “Cursos Profissionalizantes” concentram a maior dimensão dos apoios com cerca de 31.482.026 €, o que representa quase 27% da totalidade dos apoios concedidos.

47

Montantes Executados no Programa Rumos 2007-2011

Unidade: Euros

Vertente de Intervenção	Tipologia de Operação	Candidaturas Apresentadas		Candidaturas Aprovadas		Taxa de aprovação
		N.º	Inv. Total	N.º	Inv. Total	
Qualificação Inicial	Sistema de Aprendizagem	20	10.710.117	11	5.372.553	55%
	Cursos Profissionalizantes	55	42.179.808	43	31.482.026	78%
	Cursos de Educação e Formação	161	35.255.241	139	19.090.673	86%
	Cursos de Especialização Tecnológica	28	15.504.062	17	6.099.416	61%
	Cursos de Qualificação Profissional de Jovens	0	0	0	0	0%
	Educação Especial e Reabilitação	11	5.608.837	6	2.346.764	55%
	Sub-total	275	109.258.065	216	64.391.432	79%
Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento e Especialização de Ativos Profissional da Administração Pública	248	19.618.433	89	5.250.880	36%
	Ações Formação-Consultoria	23	9.262.993	12	6.816.428	52%
	Formação de Docentes e Formadores	138	8.168.919	65	2.962.917	47%
	Formação de adultos	224	54.488.428	67	12.752.615	30%
	RVCC	18	10.682.037	18	9.128.857	100%
	Recursos e Materiais Didáticos	16	3.291.031	12	1.030.866	75%
	Sub-total	793	127.800.162	343	43.130.776	43%
Formação Avançada	Bolsas para Professores / Investigadores	5	517.162	5	218.920	100%
	Programas e Bolsas de Pós-Graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-Doutoramento	19	7.843.911	17	8.605.969	89%
	Cursos de Formação Avançada	14	1.659.682	3	91.062	21%
	Projetos de Investigação	1	534.344	0	0	0%
	Sub-total	39	10.555.100	25	8.915.951	64%
	Total	1.107	247.613.326	584	116.438.158	53%



48

A execução física abrangeu até ao momento cerca de 67.254 pessoas em diversos tipos de intervenções, desde a qualificação inicial, a formação de pessoas com deficiência, os processos RVCC, a educação e formação de adultos, as formações modulares certificadas, a formação de formadores e professores. Destaque-se também a intervenção do Rumos na área da ciência e tecnologia com o apoio a bolsas e programas de pós – graduação, mestrado, doutoramento e pós – doutoramento, bem como o apoio às empresas, com o envolvimento até ao momento de 568 PME´s em ações de formação – consultoria.

N.º Participantes Abrangidos 2007 – 2011

Tipologias de Operação		TOTAL		
		H	M	Total
1.1.1 - Sistema de aprendizagem		262	123	385
1.1.2 - Cursos Profissionalizantes	Escolas de Turismo	564	474	1 038
	Ensino Profissional	1579	1061	2 640
1.1.3 – Cursos de Educação e Formação		2147	1510	3 657
1.1.4 – Cursos de Especialização Tecnológica		254	358	612
1.1.6 – Educação Especial e Reabilitação		377	243	620
Qualificação Inicial		5 183	3 769	8 952
1.2.1 - Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento e Especialização de Ativos		4375	5764	10 139
1.2.2 - Profissional da Administração Pública		6153	13675	19 828
1.2.4 - Formação de Docentes e Formadores	Formação de Docentes	1849	8245	10 094
	Formação de Formadores	526	1442	1 968
1.2.5 - Formação de Adultos	Educação e Formação de Adultos	339	371	710
	Formação Modular	2181	4093	6 274
	Outras Formações	649	1147	1 796
1.2.6 - RVCC		2790	2892	5 682
Adaptabilidade e Aprendizagem ao longo da vida		18862	37629	56 491
1.3.1 - Bolsas para Professores / Investigadores		56	58	114
1.3.2 - Programas e Bolsas de Pós –Graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós -Doutoramento		659	993	1 652
1.3.3 - Cursos de Formação Avançada		22	23	45
1.3.4 - Projetos de Investigação		0	0	0
Formação Avançada		737	1074	1 811
Total		24 782	42 472	67 254



Rumos

Programa Operacional de Valorização
do Potencial Humano
e Coesão Social da RAM



Podemos concluir que o Eixo 1 do Programa Rumos, encontra-se numa fase plena de implementação, tanto ao nível das aprovações, como da execução no terreno, apresentando níveis de aprovação e de execução dos projetos que, perspetivam que o mesmo se irá desenrolar de acordo com o programado inicialmente, sem necessidade de alterações significativas ao mesmo.

Junho.2012

PS.: Consulte Espaço Projetos – Pág. 82 a 85

Direção Regional de Qualificação Profissional – Organismo Intermédio no Programa Rumos

[DRQP]: <http://www.drqp.pt/>

[Programa Rumos]: www.idr.gov-madeira.pt/rumos/

“Os melhores RUMOS para os Cidadãos da Região”

Programa Rumos

A Execução do Eixo prioritário II

“Emprego e Coesão Social”



Cumprimento de metas e análise dos progressos

50

Os indicadores de realização (vd. 1) registam, embora de forma pouco significativa, um abrandamento nas aprovações em 2011 em relação ao ano 2010. No entanto, todos os indicadores superam as metas definidas para o ano transato (2011), à exceção do indicador “N.º de jovens que frequentaram uma ação de informação e orientação profissional”. Este indicador nunca apresentou aprovações, atendendo a que a estrutura de custos resulta exclusivamente da utilização de recursos próprios da entidade beneficiária (O Instituto de Emprego da Madeira). A este propósito é de referir que até 31.12.2011, a entidade beneficiária (IEM) organizou várias ações de informação e orientação profissional, nas quais participaram 34.249 pessoas, com especial predominância para os jovens.

A superação das metas previstas foi mais marcante em determinados indicadores, nomeadamente no “N.º de participantes apoiados” e “N.º de estagiários apoiados”, fruto da resposta da política pública regional empenhada em abranger o maior número de participantes nas medidas que potenciam uma rápida integração no mercado de trabalho, bem como da procura verificada por parte de entidades associadas a atividades de utilidade social, em resposta à intempérie de 20 de fevereiro 2010 e aos incêndios que assolaram a Região nesse ano.

Regista-se uma ligeira quebra na evolução do número de postos de trabalho apoiados, que em 2011 registou uma redução de 32% face ao ano anterior (i.e., de 298 para 202 postos de trabalho). Todavia, comparativamente com os dados de 2009 verifica-se, ainda assim, um acréscimo de 108%.

A concretização destas metas deve-se, em especial, à necessidade de reforçar a utilização das medidas ativas e preventivas da política de emprego na Região, dada a persistência de níveis elevados de desemprego que pressionam as condições de aplicação destas medidas.

Quadro 1 Ventilação dos Indicadores de Realização Física do Eixo II 2011

Eixo Prioritário	Tipologia de Operação	Indicadores de Realização Física	N.º	Género		Tipo de Entidade		Público Alvo	
				H	M	Privado	Público	Desemp.	DLD
Eixo II - Emprego e Coesão Social	Estágios Profissionais	N.º de estagiários apoiados	945	316	629	219	726		
	Assistência e orientação para a inserção na vida activa	N.º de jovens que frequentaram uma ação de informação e orientação profissional	0	0	0				
	Prémios à auto-colocação Apoios à Contratação Apoios à Criação do Próprio Emprego Iniciativas Locais de Emprego	N.º de postos de trabalho apoiados	202	84	118			66	136
	Apoios à Substituição Temporária de Trabalhadores e Apoios à Família Formação/Emprego	N.º participantes apoiados	166	17	149			89	77
	Clube de Emprego	N.º de clubes de emprego apoiados	19			0	19		
	Integração Socioprofissional de Pessoas Desfavorecidas Integração Socioprofissional de Pessoas Portadoras de Deficiência								
	Ocupação de Desempregados Empresas de Inserção Ocupação e Formação de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção	N.º participantes apoiados	1.523	904	619	15	1.508	893	630

Fonte: SIIFSE



Relativamente aos indicadores definidos para o Eixo II, as suas diferentes formas de ventilação permitem-nos inferir o seguinte:

- Na distribuição por género, verifica-se a predominância do género feminino na generalidade dos indicadores, à exceção do “N.º participantes apoiados”, onde existe uma predominância do sexo masculino, sendo de destacar o facto desta Tipologia de Operação comportar indivíduos que participaram nas atividades relacionadas com a intempérie de 20 de fevereiro e os incêndios ocorridos no Verão de 2010, cujas profissões solicitadas são predominantemente ocupadas por homens;
- Quanto ao tipo de entidade, é o sector público que mais estagiários tem acolhido, atingindo os 77%;
- Relativamente ao público-alvo, regista-se o predomínio dos desempregados inscritos há menos de 12 meses em quase todas as Tipologias de Operação.

No que respeita à apresentação de candidaturas no âmbito do Eixo II, as mesmas são apresentadas ao longo do período de programação, i.e., funcionam em regime de candidatura aberta.

Em 2011 foram apresentadas a cofinanciamento 17 candidaturas, tendo as mesmas sido todas aprovadas na totalidade. Efetuando uma análise por Vertente de Intervenção, verifica-se que foi a Vertente “Apoio ao Emprego e Desenvolvimento Local” que teve maior registo de candidaturas apresentadas e aprovadas.

Quadro 2 Candidaturas apresentadas e aprovadas no Eixo II por Vertente de Intervenção 2011

Vertente de Intervenção	N.º de Candidaturas Apresentadas	N.º de Candidaturas Admitidas	N.º de Candidaturas Aprovadas	N.º de Candidaturas Não Aprovadas	N.º de Candidaturas Contratadas	N.º de Candidaturas Concluídas
Transição para a Vida Activa	3	3	3	3	3	4
Apoio ao Emprego e Desenvolvimento Local	9	9	9	7	9	9
Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho	5	5	5	5	5	5
Total	17	17	17	15	17	18

Em termos acumulados, até ao final de 2011 este Eixo contou com 75 candidaturas apresentadas, verificando-se a maior parcela na Vertente de Intervenção “Apoio ao Emprego e Desenvolvimento Local”.

Quadro 3 Candidaturas apresentadas e aprovadas no Eixo II por Vertente de Intervenção 2007-2011

Vertente de Intervenção	N.º de Candidaturas Apresentadas	N.º de Candidaturas Admitidas	N.º de Candidaturas Aprovadas	N.º de Candidaturas Não Aprovadas	N.º de Candidaturas Contratadas	N.º de Candidaturas Concluídas
Transição para a Vida Activa	17	17	14	3	14	14
Apoio ao Emprego e Desenvolvimento Local	45	45	38	7	38	37
Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho	30	30	23	7	23	23
Total	92	92	75	17	75	74

Programa Rumos

A Execução do Eixo prioritário II

52

Fazendo uma análise à distribuição dos projetos aprovados por Tipologias de Intervenção, constata-se que o enfoque recaiu no reforço da integração na vida ativa dos jovens à procura do primeiro emprego, via estágios profissionais, o que significou a afetação de 44% da verba FSE. A Vertente de Intervenção “Apoio ao Emprego e Desenvolvimento Local” envolveu a maior percentagem de projetos (51%), ficando em segundo lugar no que diz respeito ao peso no total do valor FSE aprovado, e de onde se destaca a Tipologia “Formação Emprego”, com a maior fatia.

O padrão de distribuição dos projetos replica as opções das políticas ativas de emprego enquadradas pelo Plano Regional de Emprego, sendo de destacar as prioridades referentes ao apoio aos “Estágios Profissionais” 44%, à “Ocupação de Desempregados” 25%, e por fim, “Formação/Emprego” com 9% (vd. Quadro 56).

A Tipologia “Assistência e orientação para a inserção de jovens na vida ativa” (vd. Quadro 53), que contribui para alimentar o referido indicador “N.º de jovens que frequentaram uma ação de informação e orientação profissional”, não apresenta aprovações, aliás como anteriormente já foi explicado em relação ao indicador “N.º de jovens que frequentaram uma ação de informação e orientação profissional”.

Existem no entanto outras Tipologias que não apresentaram aprovações, como são os casos das Tipologias “Apoios à Substituição Temporária de Trabalhadores e Apoios à Família”, “Desenvolvimento e Melhoria das Estruturas e dos Serviços Públicos de Emprego”, “Integração Socioprofissional de Pessoas Portadoras de Deficiência” e “Ocupação e Formação de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção”. No que respeita aos indicadores “Integração Socioprofissional de Pessoas Portadoras de Deficiência” e “Ocupação e Formação de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção”, por motivos de revisão e racionalização, os projetos a incluir nestas Tipologias foram integrados noutras.

A não apresentação de aprovações nas Tipologias “Apoios à Substituição Temporária de Trabalhadores e Apoios à Família” e “Desenvolvimento e Melhoria das Estruturas e dos Serviços Públicos de Emprego”, apesar de pertinentes aquando da elaboração do Programa, veio entretanto revelar-se pouco interessante, não tendo, inclusive, sido criada regulamentação específica para a formalização de candidaturas.

Quadro 4 Distribuição dos projetos aprovados, por Tipologia de intervenção do Eixo II 2007-2011

Vertente de intervenção/Tipologia de Operação	Aprovações		Distribuição	
	N.º Proj.	FSE (Euros)	N.º Proj.	FSE
2.1. Transição para a Vida Ativa	14	16.327.545	19%	44%
2.1.1. Estágios Profissionais	14	16.306.965	19%	44%
2.1.2. Assistência e orientação para a inserção na vida ativa	0	0	0%	0%
2.2. Apoio ao Emprego e Desenvolvimento Local	38	8.575.324	51%	23%
2.2.1. Apoios à Contratação	5	2.161.976	7%	6%
2.2.2. Apoios à Criação do Próprio Emprego	9	343.853	12%	1%
2.2.3. Prémios à autocolocação	3	160.022	4%	0%
2.2.4. Iniciativas Locais de Emprego	6	1.665.664	8%	4%
2.2.5. Formação/Emprego	5	3.251.805	7%	9%
2.2.6. Clubes de Emprego	10	992.003	13%	3%
2.2.7. Apoios à Substituição Temporária de Trabalhadores e Apoios à Família	0	0	0%	0%
2.2.8. Desenvolvimento e Melhoria das Estruturas e dos Serviços Públicos de Emprego	0	0	0%	0%
2.3. Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho	23	12.124.875	31%	33%
2.3.1. Integração Socioprofissional de Pessoas Desfavorecidas	5	597.916	7%	2%
2.3.2. Integração Socioprofissional de Pessoas Portadoras de Deficiência	0	0	0%	0%
2.3.3. Empresas de Inserção	5	2.097.736	7%	6%
2.3.4. Ocupação de Desempregados	13	9.429.223	17%	25%
2.3.5. Ocupação e Formação de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção	0	0	0%	0%
Total	75	37.027.743	100%	100%

“Emprego e Coesão Social”

53

Não obstante a diversidade das Tipologias de Operações em presença, que responde de forma significativa aos pilares/diretrizes do Plano Regional de Emprego, os volumes de investimento na maioria dessas Tipologias apresentam-se residuais. No entanto, são de destacar as verbas aprovadas para as Tipologias que remetem para o empreendedorismo local de base social, designadamente os apoios destinados às “Empresas de Inserção”, com 6%, e às “Iniciativas Locais de Emprego”, com 4%. Trata-se de Tipologias relativamente às quais as dificuldades existentes, nomeadamente com origem na envolvente desfavorável do mercado, não proporcionam condições de valorização económica dos bens e serviços indispensáveis à sustentabilidade das iniciativas de pequena escala de base local.

A ativação destes instrumentos de apoio, previstos no Plano Regional de Emprego, carece de uma combinação de esforços, nomeadamente com as áreas do comércio e indústria e do turismo, de modo a obter efeitos de escala e condições mais atrativas, num contributo que se justifica pelas potencialidades de criação de emprego e valor acrescentado, reconhecidas às iniciativas e projetos de base local.

A dinamização destas Tipologias de Operação deverá continuar a constituir uma componente relevante do esforço de divulgação e suscitação de iniciativas, desenvolvido pelo serviço público de emprego regional, a par da ativação dos instrumentos de apoio à procura de emprego (“UNIVAS” e “Clubes de Emprego”).

No ano 2011 foram aprovados um montante de 11.893.193 euros de despesa pública e 9.514.554 euros de fundo, o que representa uma taxa de compromisso de 31% face ao programado. O contributo com maior expressão para esta taxa foi dado pela Vertente de Intervenção “Transição para a Vida Ativa” com 44%.

Quadro 5 Montantes Aprovados no Eixo II 2011

Unidade: Euros

Vertente de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovações 2007-2010 (AP)		Taxa de Compromisso (AP/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Transição para a Vida Activa	11.581.948	9.265.558	5.076.819	4.061.455	44%	44%
Apoio Ao Emprego e Desenvolvimento Local	11.872.930	9.498.344	2.238.019	1.790.415	19%	19%
Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho	15.268.620	12.214.896	4.578.355	3.662.684	30%	30%
Total	38.723.498	30.978.798	11.893.193	9.514.554	31%	31%

Relativamente à situação financeira, o Eixo II - Emprego e Coesão Social apresenta um nível de aprovações elevado (120%) face ao programado, sendo a Vertente de Intervenção “Transição para a Vida Ativa” (176%) a que abarca a maior parcela de aprovações, contribuindo assim para o desempenho deste Eixo

Quadro 6 Montantes Executados no Eixo II 2007-2011

Unidade: Euros

Vertente de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovações 2007-2010 (AP)		Taxa de Compromisso (AP/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Transição para a Vida Activa	11.581.948	9.265.558	20.409.431	16.327.545	176%	176%
Apoio Ao Emprego e Desenvolvimento Local	11.872.930	9.498.344	10.719.155	8.575.324	90%	90%
Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho	15.268.620	12.214.896	15.156.093	12.124.875	99%	99%
Total	38.723.498	30.978.798	46.284.679	37.027.743	120%	120%

Programa Rumos

A Execução do Eixo prioritário II

54

Releva-se, tendo em conta os valores das aprovações retificadas do valor do saldo final (Quadro 7), que a taxa de compromisso do Eixo fica-se pelos 106%, com um volume de despesa pública de 41.128.879 euros e um montante de comparticipação de fundo de 32.903.103 euros, mantendo-se uma distribuição semelhante em termos de Vertentes de Intervenção.

Contudo, verifica-se que os montantes aprovados retificados assumem uma taxa superior a 100%, o que indicia que a resposta deste Eixo às condições adversas da economia regional suporta a perspetiva de absorção antecipada dos meios financeiros disponibilizados. Se tivermos em linha de conta a programação FSE na Região e o desempenho do sistema de emprego regional, conclui-se rapidamente pela necessidade de tomar medidas de reforço das disponibilidades financeiras justificadas pelo contínuo incremento das condições de degradação do mercado de emprego.

Quadro 7 Montantes Aprovados no Eixo II 2007-2011 (Aprovações retificadas com os valores de saldo final a 31.12.2011)

Unidade: Euros

Vertente de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovações 2007-2010 (AP)		Taxa de Compromisso (AP/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Transição para a Vida Activa	11.581.948	9.265.558	18.100.542	14.480.434	156%	156%
Apoio Ao Emprego e Desenvolvimento Local	11.872.930	9.498.344	8.801.003	7.040.802	74%	74%
Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho	15.268.620	12.214.896	14.227.334	11.381.868	93%	93%
Total	38.723.498	30.978.798	41.128.879	32.903.103	106%	106%

Relativamente a execução, no ano 2011, este Eixo executou 27% do programado, taxa esta superior à média do Programa.

Paralelamente ao que se verifica nas aprovações, é a Vertente de Intervenção “Transição para a Vida Activa”, com 49%, que mais contribuiu para a elevada taxa de execução que o Eixo apresenta (vd. Quadro 8).

Quadro 8 Montantes Executados no Eixo II 2011

Unidade: Euros

Vertente de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovações 2007-2010 (AP)		Taxa de Compromisso (AP/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Transição para a Vida Activa	11.581.948	9.265.558	5.644.582	4.515.665	49%	49%
Apoio Ao Emprego e Desenvolvimento Local	11.872.930	9.498.344	1.633.975	1.307.180	14%	14%
Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho	15.268.620	12.214.896	3.012.887	2.410.309	20%	20%
Total	38.723.498	30.978.798	10.291.443	8.233.155	27%	27%

“Emprego e Coesão Social”

55

Relativamente ao período de programação, o Eixo II apresenta uma taxa acima da média do Programa (98%) face ao programado para o período de referência (vd. Quadro 9). A Vertente de Intervenção “Apoio ao Emprego e Desenvolvimento Local” com uma taxa de execução de 64% contribuiu para atenuar a forte execução na Vertente de Intervenção “Transição para a Vida Activa” (152%).

Quadro 9 Montantes Executados no Eixo II 2007-2011

Unidade: Euros

Vertente de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovações 2007-2010 (AP)		Taxa de Compromisso (AP/PR)	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo
Transição para a Vida Activa	11.581.948	9.265.558	17.583.059	14.066.447	152%	152%
Apoio Ao Emprego e Desenvolvimento Local	11.872.930	9.498.344	7.551.288	6.041.031	64%	64%
Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho	15.268.620	12.214.896	12.775.902	10.220.722	84%	84%
Total	38.723.498	30.978.798	37.910.249	30.328.199	98%	98%

Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

O crescimento acentuado (e continuado) do volume de desemprego registado, com implicações diretas e imediatas na própria gestão corrente do PO - gerando inevitáveis tensões na gestão das medidas ativas da política de emprego, designadamente sobre as tipologias de intervenção direcionadas para o apoio aos desempregados -, a perspectiva de se continuar a assistir ao agravamento recorrente do desemprego registado na Região e, por fim, o crescente comprometimento e estrangulamento dos recursos financeiros, constituíram sérios constrangimentos na capacidade de resposta às pressões laborais e sociais sentidas no mercado de trabalho regional deste Eixo.

A gestão em overbooking - determinante do elevado nível de compromisso atingido e dos índices de execução demonstrados pelo Eixo II - mesmo beneficiando da experiência acumulada, constitui um aspeto crítico para processamento de informação de acompanhamento. A reflexão iniciada em torno da perspectiva de reforço das disponibilidades financeiras, não invalida a necessidade de ponderação sobre a adequação de determinadas medidas, igualmente justificada pelo contínuo incremento das condições de degradação do mercado de trabalho.

Junho.2012

In: Relatório de Execução de 2011 do Programa Rumos

P.S.: Consulte Espaço Projetos – Pág. 86 a 91

Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM – BREPP e OREPP no Programa Rumos

[IEM]: <http://www.iem.gov-madeira.pt/>

[Programa Rumos]: www.idr.gov-madeira.pt/rumos/

“Os melhores RUMOS para os Cidadãos da Região”

POVT_ Eixo IV e o processo de reprogramação



Ana Mota

Vogal do Conselho de Direção do Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

O Programa Operacional Temático da Valorização do Território (POVT) aprovado pela Decisão da Comissão Europeia C (2007) 5110, de 12 de outubro de 2007, é um instrumento do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), que contempla a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013, concentrado na prossecução das prioridades contidas na Agenda da Valorização do Território. Abrange todo o território do Continente e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Trata-se de um Programa com financiamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo de Coesão (FC), 34% e 66% respetivamente do financiamento global do Programa, que ascende a 4.6 mil milhões de euros.

A RAM beneficia ao abrigo deste Programa de uma dotação FC no montante de 100 Milhões de Euros (cerca de 2,2% do Programa) que com a configuração atual do Programa, dada pela decisão em vigor [Decisão C (2011) 9334, de 9 de dezembro], se designa de EIXO IV – Redes e Equipamentos Estruturantes.

A citada Decisão de financiamento que aprovou a reprogramação realizada pela Autoridade de Gestão, no ano de 2011, permitiu alargar as tipologias elegíveis de investimento no EIXO IV e o aumento da taxa máxima de financiamento para 85%.

As novas tipologias inseridas no Eixo consistem, basicamente, na implementação de um conjunto de ações/projetos em matéria de proteção ambiental, nomeadamente ao nível da correção torrencial, através da execução de muralhas de canalização em varias ribeiras e a reflorestação das suas cabeceiras, assim com a construção de bacias de retenção para diminuição do caudal sólido. As intervenções na hidráulica a serem financiadas pelo FC inserem-se numa ótica de gestão prudente dos cursos de água, identificando e corrigindo as vulnerabilidades do território e simultaneamente de reforço da segurança/proteção das populações e edificações nas zonas com maior potencial de risco.

No entanto, a reprogramação aprovada ficou muito aquém das expetativas da RAM, pois o reforço de financiamento FC de 265 Milhões de Euros, previsto na sua versão original, não teve sucesso em resultado da análise e apreciação por parte dos serviços da Comissão Europeia que entendeu que esta modificação financeira só seria viável no contexto da reprogramação estratégica do QREN agendada para 2012.

Este retrocesso no processo de reprogramação juntamente com a Resolução do Conselho de Ministros nº 33/2012, de 15 de março, que suspendeu a aprovação de novos projetos, causou naturalmente atrasos consideráveis sobretudo na implementação dos projetos na área da gestão e prevenção de riscos e contribuiu indubitavelmente para uma quebra acentuada no ritmo de execução.

Note-se que estão aprovados até à presente data apenas 3 projetos, 2 na área dos transportes e 1 na área do ambiente, a saber:

- **TRANSPORTES**

- o Via Expresso ao Porto do Funchal (aprovado em 2008);
- o Infraestruturas do Porto do Porto Santo (aprovado em 2009);

- **AMBIENTE**

- o 3ª Fase do Aterro Sanitário na Meia Serra (aprovado em 2011).





3ª fase do aterro sanitário da etrs da meia serra

Entidade Beneficiária: VALOR AMBIENTE - Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A.

POVT: Eixo IV - Redes e Equipamentos Estruturantes da Região Autónoma da Madeira (FC)

A execução registada no ano de 2011 foi inexpressiva mantendo-se nos 34% em resultado fundamentalmente da morosidade do processo de reprogramação do POVT e também da própria aprovação do projeto no domínio ambiental que só se concretizou no final do ano, o que tornou inviável a apresentação de pedidos de pagamento e respetiva validação nesse período.

Esta tendência já se tinha registado no ano precedente, e, de alguma forma, se está a repetir no presente ano, contrariamente ao expectável, fruto do abrandamento do ritmo de aprovação de novos projetos, do congelamento de novos projetos e da reorientação das prioridades regionais, em virtude do surgimento de novas necessidades que a intempérie registada na Madeira no dia 20 de fevereiro de 2010 provocou.

Não obstante todas estas adversidades é de sublinhar a particularidade que se tem verificado na execução dos investimentos aprovados, evidenciando uma grande performance e harmonia com os cronogramas de realização (física e financeira) previstos.

Em 2011 deram-se importantes alterações no Regulamento específico do Eixo IV, a par da ampliação das tipologias de investimento. Por um lado, os projetos só poderão ser submetidos ao Programa, mediante lançamento pela AG de convites os quais carecem de aprovação prévia da Comissão Ministerial de Coordenação do POVT, por outro, a taxa de financiamento máxima foi elevada a 85% o que veio aliviar substancialmente, na atual conjuntura de grandes dificuldades económicas e financeiras, a contribuição do

Orçamento Regional para os investimentos.

Estas alterações do Regulamento já surtiram os seus efeitos pois neste momento as entidades beneficiárias viram majorado em 15% o financiamento Fundo de Coesão dos seus projetos e já foram reembolsados do pagamento resultante do ajustamento da taxa de financiamento de 70 para 85%.

Complementarmente, já se encontra lançado o convite com a referência POVT-58-2012-50 dirigido à Vice Presidência do Governo Regional da Madeira com a finalidade de ser apresentada, em breve, candidatura referente aos Troços Terminais das Principais Ribeiras do Funchal.

Com a aprovação desta candidatura, será esgotado o saldo disponível de financiamento FC no Eixo, o que é uma situação transitória pois aguarda-se aprovação por parte da Comissão Europeia de uma Proposta de Reprogramação (no âmbito da reprogramação estratégica do QREN) que vai elevar a dotação do Eixo IV a 235 Milhões de Euros (mais 135%).

Em conclusão, digamos que existem perspectivas animadoras para que a Região possa, no âmbito do Fundo de Coesão (POVT), em articulação e complementaridade com o Programa FEDER (INTERVIR+), obter os financiamentos necessários à execução de projetos de investimentos ambientais estruturantes mais prioritários, relativos à mitigação do risco de torrentes e aluviões na Região, em resultado dos estudos realizados em redor da catástrofe registada na RAM em 20-02-2010 e subsequentemente alcançar com sucesso as metas programadas.

Novembro.2012

Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM – Organismo Intermédio no POVT

[IDR, IP-RAM]: www.idr.gov-madeira.pt/

[POVT]: www.povt.qren.pt/

“Ligações para o desenvolvimento sustentável”

Programa de Cooperação Transnacional Madeira, Açores e Canárias 2007-2013 (PCT MAC)



Marisa Pestana

Núcleo de Intervenções de Coesão e Cooperação do IDR, IP-RAM

Desde que o Programa de Cooperação Territorial Madeira-Açores-Canárias (MAC 2007-2013) foi aprovado pela Comissão Europeia em setembro de 2007, com uma dotação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) de 55 Milhões de Euros (M€), implementaram-se todos os mecanismos de gestão, organização e controlo do programa.

Desde então já decorreram 2 convocatórias para apresentação de candidaturas distribuídas pelas seguintes grandes prioridades estratégicas:

- 1 - Promoção da Investigação, desenvolvimento tecnológico e da Sociedade da Informação;
- 2 - Reforço da Gestão Ambiental;
- 3 - Cooperação com Países Terceiros e Articulação da grande Vizinhança (FED – FEDER).

As 2 convocatórias realizadas (2008 e 2009) permitiram a aprovação de cerca de 50% das candidaturas apresentadas e o comprometimento da totalidade dos fundos disponíveis.

De referir que nos 101 projetos em plena execução atual o Programa demonstra o seu claro caráter de cooperação transnacional pois em 45% dos projetos aprovados participam entidades das 3 Regiões. No que concerne à cooperação com países terceiros o Programa é pioneiro, ao iniciar a sua experiência no anterior programa INTERREG IIIB AMC 2000-2006, contando neste momento com 53 projetos em execução, a maioria com a participação de entidades da grande vizinhança como Cabo Verde, Senegal e Mauritânia.

No caso específico da Madeira, é de realçar que são 54 os projetos que contam com a participação de entidades regionais num total de 25 diferentes parceiros, registando um nível de execução equilibrado nesta data, na ordem dos 63% face à despesa declarada e dos 24% face à despesa total aprovada.

Do conjunto de atividades realizadas no período junho.2011 a junho.2012, destaca-se as seguintes:

- O mês de junho de 2011 ficou marcado pela entrada em vigor de novos documentos justificativos de despesas de pessoal e algumas melhorias de conteúdo do Guia de Gestão Financeira de Projetos, resultantes da reunião dos Interlocutores Regionais realizada no mês de maio na ilha Terceira, nos Açores. Neste mesmo mês foi também dado a conhecer aos órgãos de gestão do programa a resposta da Comissão Europeia, à consulta feita no mês de março de 2011 referente à aplicação do ponto 3 do artigo 21º do Regulamento n.º1080/2006, relativo à elegibilidade geográfica fora da UE. Nessa comunicação a UE manifestou a sua posição relativamente à interpretação que deve ser dada a cada tipologia de despesa, no sentido de determinar o financiamento do Fundo FEDER em Países terceiros;
- Durante todo o 2º semestre de 2011 foram vários os projetos que foram objeto de prorrogação da data de conclusão justificada pela conjuntura financeira atual que a Europa atravessa e mais precisamente pelas medidas implementadas pela “Troika” a Portugal, para combater o elevado deficit orçamental;
- No dia 25 de outubro de 2011 teve lugar em Bruxelas a reunião anual de autoridades de gestão de programas de cooperação transfronteiriça, a qual contou com a participação dos representantes do programa PCT-MAC que devido às suas especificidades é gerido pela Direção Geral de Política Regional da Comissão Europeia, Unidade de Cooperação Transfronteiriça. Neste encontro com a CE foram apresentados as Propostas dos Regulamentos dos fundos estruturais para o período de 2014-2020 e foram igualmente lançadas as primeiras linhas de





Foto 1 e 2

Legenda:

Rede BANGENMAC: Banco Genético Marinho da Macaronésia

Parceiros: Instituto Canário de Ciências Marinas (Chefe de Fila) e a Universidade dos Açores (Parceiro).

Parceiros Regionais: Câmara Municipal do Funchal / Museu Municipal do Funchal / Estação de Biologia Marinha do Funchal; Universidade da Madeira; Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais / Direção Regional de Pescas / Direção de Serviços de Investigação das Pescas.

atuação para o futuro da cooperação territorial europeia. Neste âmbito o programa estará atento ao papel que as RUP's terão e mais precisamente à continuidade do espaço de cooperação Madeira-Açores-Canárias;

- No final do ano de 2011 é de destacar o importante esforço financeiro que as entidades participantes realizaram, numa época de difícil situação económica, o que permitiu que o programa conseguisse no final do ano satisfazer a exigência comunitária de certificar toda a despesa necessária para o cumprimento da regra n+3 e assim evitar qualquer risco de descomprometimento automático e devolução de fundos à CE;

- O mês de dezembro de 2011 ficou ainda marcado pela publicação do 2º boletim de notícias do programa, que deu a conhecer a evolução do programa e as atividades que foram desenvolvidas, no decurso do ano de 2011 e que está disponível na página web do programa www.pct-mac.eu ;

- Em janeiro de 2012 deu-se início ao processo de Auditoria de Operações e Sistemas no âmbito do PCT_MAC, através da contratação da empresa BDO Auditores, tendo sido aprovada pelo Grupo de Controlo do Programa a respetiva amostra de projetos a auditar. Ainda no decurso deste mês foram desencadeadas as respetivas comunicações aos beneficiários selecionados, incluindo os quatro parceiros da RAM cujas visitas se concretizaram no decurso dos meses de fevereiro e março.2012.

- No mês de fevereiro.2012 o Instituto de Desenvolvimento Regional como Interlocutor Regional da Madeira, realizou a 2ª fase das visitas in situ aos beneficiários de acordo com a amostra de projetos selecionada com base nas despesas declaradas em infraestruturas e equipamentos até final de 2011. Esta tarefa de verificação física no local, das aquisições de equipamentos e da realização

de infraestruturas, que está legalmente fundamentada no art.º 13 do REG (CE) nº 1828/2006 da Comissão de 8 dezembro, cobriu um total de 52 M€ correspondente a 6 diferentes projetos e 3 entidades executoras/parceiros. Esta 2ª fase de verificações in situ fez parte integrante do relatório anual de verificações físicas que o Interlocutor Regional da Madeira tem de enviar todos os anos até final de março à autoridade de gestão.

- No dia 16 de maio, realizou-se a V Reunião do Comité de Gestão e a VI reunião do Comité de acompanhamento em Las Palmas de Gran Canária, onde foram tratados vários assuntos como o estado das auditorias de controlo, situação do cumprimento da regra n+3 e possível utilização de remanescentes gerados pelos projetos com execução abaixo dos 100%, aprovação do relatório anual de 2011, aprovação da assistência técnica 2011 e orçamento para 2012, e foram ainda debatidas as perspetivas de futuro para o próximo período de programação 2014-2020. De referir que foram já realizados no âmbito do Programa, um total de 6 Comités de Acompanhamento e 5 Comités de Gestão sendo estes os órgãos responsáveis pela aprovação dos mecanismos de gestão e acompanhamento dos projetos.

- No mês de junho.2012, o Secretariado Técnico do Programa deu início ao processo de preparação de uma nova convocatória através da qual se pretende maximizar o aproveitamento da subvenção total atribuída e, neste particular os remanescentes gerados pela inexecução de projetos aprovados no âmbito do Eixo 3.

Agosto.2012

IDR, IP-RAM – Interlocutor Regional da Madeira no PCT MAC

[IDR, IP-RAM] www.idr.gov-madeira.pt/mac/

[PCT MAC] www.pct.mac.org/

“Investimos no seu futuro”

Componente Estratégica dos Programas Operacionais em preparação no contexto da futura Política de Coesão 2014-2020

60

Céu Andrade

Unidade de Estratégia e Avaliação do Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM.

Em outubro de 2011, a Comissão Europeia (CE) apresentou o pacote legislativo que, no essencial, deverá corporizar a Política de Coesão da União Europeia (UE) para o próximo período de programação 2014-2020.

Neste domínio, a CE propôs uma série de importantes alterações no que concerne à conceção e implementação da Política de Coesão, designadamente: concentração nas metas da Estratégia Europa 2020; compensação do bom desempenho; apoio à programação integrada; incidência nos resultados e atenta monitorização do progresso; reforço da coesão territorial; e simplificação da execução.

Para este novo quadro financeiro, a Comissão visa por conseguinte uma aplicação mais coerente dos fundos, devendo para tal assegurar: uma estratégia de investimento em linha com os objetivos da Estratégia Europa 2020; a coerência com os Programas Nacionais de Reforma (PNR); a coordenação entre fundos das Políticas de Coesão, de Desenvolvimento Rural e de Assuntos Marítimos e Pescas; a eficácia dos fundos, mediante a introdução de um quadro de desempenho; e a eficiência dos mesmos, por via do reforço da capacidade administrativa, eliminando a burocracia excessiva.

As novas propostas regulamentares propõem-se nomeadamente a reforçar a dimensão estratégica da Política de Coesão e a assegurar o direcionamento do investimento da UE para as metas a longo prazo em matéria de Crescimento e de Emprego, no contexto da materialização da Estratégia Europa 2020.

De notar que a Estratégia Europa 2020 estabelece três prioridades que se reforçam mutuamente, concretamente: o crescimento inteligente (economia baseada no conhecimento e na inovação); o crescimento sustentável (economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva); e o crescimento inclusivo (economia com níveis elevados de emprego que assegura a coesão social e territorial).

Os Estados-Membros, através de Contratos de Parceria, deverão comprometer-se a centrar a atenção num menor número de prioridades de investimento com base nas referidas metas de longo prazo.

Neste particular, realce-se que em sede dos Contratos de Parceria, a serem celebrados entre a Comissão e os Estados-Membros, serão definidos quer a contribuição global, a nível nacional, para os objetivos temáticos, quer os compromissos relativamente às ações que deverão concretizar os objetivos da Estratégia Europa 2020.

Na Região Autónoma da Madeira (RAM), a aplicação da Política de Coesão da UE é assegurada pela Secretaria Regional do Plano e Finanças (SRF) do Governo Regional da Madeira (GRM), cujas atribuições são prosseguidas pelo Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR) – organismo de administração indireta deste Departamento Governamental –, ao qual incumbe assegurar a promoção dos trabalhos de preparação e definição da Componente Estratégica dos Programas Operacionais (PO) com aplicação na RAM em termos de contributo para a estratégia da União Europeia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo no horizonte 2020 e em conformidade com as orientações/calendarização a serem estabelecidas a nível comunitário, nacional e regional.

Neste contexto, em ordem à preparação dos instrumentos de programação e no cumprimento das disposições regulamentares ao abrigo da futura Política de Coesão, o IDR deu início ao levantamento do estado de arte junto dos diferentes Departamentos do GRM nestas matérias em específico. Concretamente, e com base nas responsabilidades que cada um destes Departamentos detém em matéria de conceção, acompanhamento e avaliação de Políticas Públicas, estes deverão salvaguardar a aplicação de referenciais estratégicos setoriais no horizonte 2020, bem como o cumprimento das condicionalidades ex ante temáticas e gerais, sempre que aplicável.

Neste enquadramento, importa relevar que as condicionalidades constituem um elemento inovador face a precedentes períodos de programação. Concretamente, estas novas disposições



em matéria de condicionalidade – destinadas a reforçar o desempenho, mediante o incentivo à realização dos objetivos e metas da Estratégia Europa 2020 – assumirão a forma de condições ex ante, que deverão estar em vigor antes de os fundos serem pagos, e de condições ex post, que permitirão o pagamento de fundos adicionais em função do desempenho.

Em fase posterior à validação e estabilização do levantamento acima referenciado, o IDR deverá colaborar com cada um dos Departamentos nas atividades necessárias à interpretação dos referidos referenciais estratégicos setoriais à luz da Estratégia Europa 2020 e à sequente incorporação dos mesmos na Componente Estratégica dos PO a elaborar.

Pretende-se com este processo garantir as condições para a concretização dos trabalhos de definição e validação da Componente Estratégica dos PO em articulação com os vários Departamentos e demais parceiros institucionais e sociedade civil relevantes a um processo que se pretende tão refletido e focado quanto dinâmico e participativo, mediante a sujeição dos mesmos a discussão e consulta pública e a posterior aprovação por parte das instâncias regionais, nacionais e comunitárias.

Julho.2012

Fontes:

http://ec.europa.eu/europe2020/index_pt.htm

http://ec.europa.eu/regional_policy/what/future/proposals_2014_2020_pt.cfm

http://ec.europa.eu/regional_policy/information/panorama/index_en.cfm



Mero *Epinephelus marginatus*

©Carlos Freitas

Foto e informação cedida pelo Serviço do Parque Natural da Madeira

www.pnm.pt

Espaço Projetos

Neste Espaço pretende-se, à semelhança do que tem acontecido nas edições anteriores, dar a conhecer alguns exemplos de projectos considerados como promissores de boas práticas na Região, no âmbito dos Programas Operacionais Regionais 2007-2013 (Intervir+ e Rumos).

63



Programa Intervir+

Projetos Públicos ou Equiparados

Nome do Projeto: ANAM- SITI- Sistema Integrado de Telecomunicações e Informação - MADFDR-01-0266-FEDER-000010

Nome do Beneficiário: ANAM - Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, S.A.

Fundo Comunitário: FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Região de Intervenção do Projeto: Santa Cruz/Porto Santo - Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 2.019.209,58€

Custo Total Elegível: 1.740.698,00€

Fundo Comunitário (FEDER): 1.392.558,40€

Comp. OU: 348.139,60€

Data de Início: 02-11-2011

Data de Conclusão: 30-12-2012



Descrição do Projeto: A candidatura ANAM – SITI visa um objetivo de convergência de comunicação de dados, voz, imagem, informação interativa e aplicações de serviços de valor acrescentado, baseada na instalação e desenvolvimento de aplicações sobre rede de banda larga nos Aeroportos da Madeira. A criação desta rede permitirá criar uma plataforma tecnológica integrada, abrangendo comunicações de dados e voz, segurança por CCTV, gestão de sistemas informativos interativos e, ainda, a monitorização da rede de água, de modo a evitar-se percas. Os atuais sistemas de telecomunicações dos aeroportos da ANAM, estão desatualizados e obsoletos tecnologicamente, o que, para além dos riscos associados à perda de fiabilidade, torna indispensável, em nome da competitividade desta Região Turística, dar o salto qualitativo para uma sociedade de informação, inerente à sua sustentabilidade e crescimento pelo que o desenvolvimento deste projeto (ANAM-SITI) é estratégico.

Nome do Projeto: Centro das Artes Global - MADFDR-02-0228-FEDER-000025

Nome do Beneficiário: SDPO – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.

Região de Intervenção do Projeto: Calheta, São Vicente, Câmara de Lobos, Porto Santo e Machico - Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 2.259.516,67€

Custo Total Elegível: 1.666.559,08€

Fundo Comunitário (FEDER): 1.333.247,26€

Data de Início: 02-11-2010

Data de Conclusão: 30-07-2012



Descrição do Projeto: Projeto “Centro das Artes Global” pretende dinamizar a oferta cultural da Região Autónoma da Madeira, mediante a realização de 300 iniciativas culturais em diversas áreas do Arquipélago, nomeadamente: Calheta, São Vicente, Câmara de Lobos, Porto Santo e Machico. Desta feita, este projeto contribuirá claramente para a descentralização da existência de eventos culturais que atualmente encontram-se muito concentrados na Cidade do Funchal, fomentando ainda o empreendedorismo local na gestão cultural, sector que a RAM é altamente deficitária.



Nome do Projeto: Temporal de 20 de Fevereiro - Ações de recuperação urbana e ambiental da Cidade - MADFDR-04-0274-FEDER-000017
Nome do Beneficiário: Município do Funchal
Fundo Comunitário: Funchal - Região Autónoma da Madeira
Região de Intervenção do Projeto: RAM - Machico
Custo Total do Projeto: 581.295,58€
Custo Total Elegível: 581.295,58€
Comp. OU: 87.194,34€
Data de Início: 28-12-2011
Data de Conclusão: 17-04-2012

Descrição do Projeto: Em consequência do temporal que assolou a Região a 20 de Fevereiro de 2010, com particular relevância no Concelho do Funchal, ocorreram várias situações de graves inundações e aluimentos de terras que originaram a danificação e assoreamento de espaços públicos por toda a cidade, obrigando não só a ações imediatas, como também de curto e médio prazo, para o restabelecimento das condições de mobilidade e habitabilidade do concelho. As ações previstas neste projeto referem-se a uma empreitada de aquisição dum serviço para proceder à remoção integral dum aterro provisório criado logo após o temporal num terreno junto à Praia Formosa, onde foram depositados temporariamente uma parte significativa dos materiais não pétreos recolhidos nas limpezas da cidade e uma outra empreitada para recuperação dum Jardim Público que foi quase integralmente destruído em consequência da inundação provocada pelo assoreamento da Ribeira de João Gomes.



65

Nome do Projeto: Melhoria do Desempenho da Central Dessalinizadora do Porto Santo - MADFDR-03-0154-FEDER-000010
Nome do Beneficiário: IGA – Investimentos e Gestão da Água, S.A.
Fundo Comunitário: Porto Santo - Região Autónoma da Madeira
Região de Intervenção do Projeto: RAM - Funchal
Custo Total do Projeto: 1.710.711,31€
Custo Total Elegível: 1.457.412,21€
Comparticipação FEDER: 1.238.800,37€
Comp. OU: 218.611,84€
Data de Início: 11-11-2008
Data de Conclusão: 31-12-2012

Descrição do Projeto: O projeto é constituído por duas intervenções principais. A primeira, com a instalação do Sistema de Mineralização de Água da Central Dessalinizadora do Porto Santo, destinada a proceder à correção do desequilíbrio químico da água produzida na central mediante o processo de adição de dióxido de carbono e percolação em filtros com leito de carbonato de cálcio. A segunda, com a otimização energética da Central Dessalinizadora do Porto Santo que visou a remodelação de uma das unidades de produção e de alteração do sistema de bombagem para o campo de golfe tendo em vista reduzir o atual consumo específico de 4,5 para 3 kWh/m³.



Programa Intervir+

Projetos Públicos ou Equiparados

Nome do Projeto: Sistema de Tratamento de Lamas da ETAR do Porto Santo - MADFDR-03-0154-FEDER-000011

Nome do Beneficiário: IGA – Investimentos e Gestão da Água, S.A.

Região de Intervenção do Projeto: Porto Santo - Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 1.237.215,00€

Custo Total Elegível: 1.021.333,33€

Comparticipação FEDER: 868.133,33€

Comp. OU: 153.200,00 €

Data de Início: 06-05-2010

Data de Conclusão: 30-06-2013

Descrição do Projeto: O projeto consiste na construção de um sistema de tratamento de lamas de ETAR, constituído por uma unidade de secagem solar por estufa. A estufa terá um comprimento de 60 metros e uma largura de 12 metros e assentará numa plataforma de betão armado. A estrutura da estufa será realizada em perfis de aço galvanizado, revestida com chapa translúcida de policarbonato, cobertura insuflável em filme de polietileno, possuindo, assim, um sistema de escarificação de lamas assente sobre carris e ventiladores destratificadores e de extração de ar. O sistema de secagem solar a construir terá uma capacidade de produção de 1.553 ton/ano de lamas desidratadas, produzindo um produto final com sicidade mínima de 70% e granulometria 4 a 40mm.



Nome do Projeto: Sistema Intercetor de Águas Residuais do Santo da Serra - Estação Elevatória nº 2 - MADFDR-03-0154-FEDER-000013

Nome do Beneficiário: IGA – Investimentos e Gestão da Água, S.A.

Região de Intervenção do Projeto: Santo da Serra - Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 219.240,00€

Custo Total Elegível: 189.000,00€

Comparticipação FEDER: 160.650,00 €

Comp. OU: 28.350,00 €

Data de Início: 09-04-2012

Data de Conclusão: 01-11-2012

Descrição do Projeto: O projeto compreende a execução de uma estação elevatória (EE2) constituída por um edifício semienterrado em betão armado (poço de bombagem, câmara de válvulas e caixa de válvulas), equipada com duas eletrobombas submersíveis de caudal unitário de 20 l/s e 46 m.c.a., equipamentos hidráulicos de manobra e de segurança e de instalações elétricas. A intervenção inclui a ligação ao sistema coletor existente à EE2 mediante o lançamento de 144 metros de coletores gravíticos.



Nome do Projeto: Promoção do Bordado Madeira e do Artesanato Regional (2009-2010) - MADFDR-02-0228-FEDER-000020

Nome do Beneficiário: IVBAM – Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, I.P.

Região de Intervenção do Projeto: Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 594.843,41€

Custo Total Elegível: 3.283.681,61€

Comparticipação FEDER: 587.247,35€

Comp. OU: 499.160,25€

Data de Início: 17-02-2010

Data de Conclusão: 31-05-2012

Descrição do Projeto: O presente projeto visa reforçar a notoriedade do Bordado Madeira, através do reforço da sua presença nos mercados regional, nacional e internacionais, nos mercados tradicionais e emergentes. Os objetivos do presente projeto são: contribuir para o aumento da produtividade e competitividade das empresas de Bordado Madeira; identificar e conquistar novos segmentos/nichos de mercado com elevado poder aquisitivo; criar oportunidades ao tecido empresarial para que se criem novas redes de contacto com os mercados de exportação, contribuindo, assim, para a abertura de novos canais de distribuição; e, criar condições para que as empresas regionais procedam à renovação do produto adaptando-o às tendências de mercado.



67

Nome do Projeto: Cadastro Vitícola (Sistema Integrado de Gestão do Cadastro Vitícola da RAM) - SIGCV-RAM - MADFDR-01-0326-FEDER-000020

Nome do Beneficiário: IVBAM – Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, I.P.

Região de Intervenção do Projeto: Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 202.828,87€

Custo Total Elegível: 120.547,27€

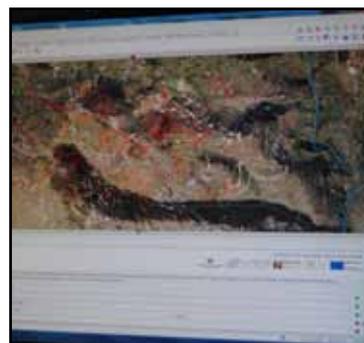
Comparticipação FEDER: 102.465,18€

Comp. OU: 18.082,09€

Data de Início: 08-07-2011

Data de Conclusão: 30-12-2012

Descrição do Projeto: Utilizar um Sistema de Informação Geográfica (SIG) para georreferenciar as parcelas de vinha, através do desenvolvimento de uma plataforma informática com componente geográfica e respetiva integração nos dados já existentes no Sistema Integrado de Gestão do Sector Vitivinícola da RAM (SIGSVV_RAM), desenvolvido internamente pelo IVBAM. Pretende-se também a aquisição de todo o software necessário à sua correta implementação, nomeadamente, ao nível do Sistema Operativo e Sistema de Gestão de Bases de Dados (SGBD), assim como, todo o hardware necessário à instalação da aplicação, recolha e manutenção deste sistema de informação. Para a implementação e manutenção do sistema, é necessário a aquisição de viaturas para a deslocação dos técnicos ao campo, com vista à resolução de dificuldade de marcação das parcelas e à recolha de informação.



Programa Intervir+

Projetos Públicos ou Equiparados

Nome do Projeto: Centro de Simulação Clínica - MADFDR-04-0177-FEDER-000017

Nome do Beneficiário: Região Autónoma da Madeira / SESARAM - Serviço de Saúde da RAM

Região de Intervenção do Projeto: Funchal - Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 2.018.412,10€

Custo Total Elegível: 2.018.412,10€

Complicação FEDER: 1.715.650,29€

Comp. OU: 1.715.650,29€

Data de Início: 22-12-2011

Data de Conclusão: 31-12-2012

Descrição do Projeto: A simulação médica constitui um dos mais inovadores domínios científicos a nível mundial. Editoriais nas principais revistas científicas médicas fazem referência a uma "revolução" no ensino da medicina através de simuladores complexos de alta fidelidade, que reproduzem as condições fisiológicas e patológicas do Ser Humano com fidedignidade e em tempo real, permitindo o treino intensivo de atos médicos críticos e de equipas de saúde multidisciplinares.

No dia 4 de setembro de 2012 foi inaugurado o Centro de Simulação Clínica da Região Autónoma da Madeira, localizado no andar técnico do Hospital Dr. Nélio Mendonça.

Com este Centro está previsto:

1-Incremento de boas práticas médicas para a melhoria da qualidade assistencial e da segurança dos doentes;

2- Dotar o SESARAM de competências educacionais, científicas e tecnológicas na prestação de cuidados de saúde à população;

3-Aplicar a inovadora Internacional Gold Standard, para o treino contínuo de competências clínicas e capacidades técnicas dos profissionais e equipas de saúde regionais;

4-Alargar o leque de profissionais clínicos com acesso à formação avançada.

Este Centro, de aproximadamente 330 m², divide-se em quatro tipos de espaços: zona administrativa, zona de formação técnica, zona de formação prática e zonas técnicas e está equipado com os mais avançados e inovadores simuladores médicos referenciados no treino médico mundial.

De salientar que a simulação médica constitui hoje um dos domínios científicos mais importantes para a segurança dos doentes e proficiência clínica.



Nome do Projeto: Aquisição de viaturas para reforço da prevenção florestal - MADFDR-03-0235-FEDER-000018
Nome do Beneficiário: SRARN - Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais - Direção Regional de Florestas
Região de Intervenção do Projeto: Região Autónoma da Madeira
Custo Total do Projeto: 377.720,63€
Custo Total Elegível: 377.720,63€
Despesa Pública: 377.720,63€
Comparticipação FEDER 321.062,54€
Comp. OU: 56.658,09€
Data de Início: 01-06-2011
Data de Conclusão: 31-12-2012

Descrição do Projeto: Este projeto consiste na aquisição de 13 viaturas do tipo todo-o-terreno e assume-se como elo crucial e potenciador da defesa e valorização da floresta e ambiente. Tem por objetivo o de assegurar a operacionalidade do Corpo de Polícia Florestal na missão relativa à proteção do património florestal e demais recursos associados, nomeadamente: proteção da fauna e da flora, da biodiversidade e dos habitats, do solo e dos recursos hídricos, controlo da erosão e no combate de pragas e doenças. A sua atuação terá uma especial relevância nos períodos em que é premente intensificar as ações de vigilância e de fiscalização no âmbito da proteção da floresta contra incêndios e da cinegética, nas ações de vigilância e de monitorização associadas aos fenómenos de erosão hídrica dos solos e à proteção de espécies e habitats e, nas ações de fiscalização e acompanhamento no âmbito da inspeção fitossanitária florestal.



Programa Intervir+

Projetos Públicos ou Equiparados

Nome do Projeto: Projeto Pélagos - MADFDR-01-0224-FEDER-000017
Nome do Beneficiário: SRARN - Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais (Centro de Maricultura da Calheta)
Região de Intervenção do Projeto: Região Autónoma da Madeira
Custo Total do Projeto: 352.206,82€
Custo Total Elegível: 352.206,82€
Participação FEDER: 299.375,79€
Comp. OU: 52.831,03€
Data de Início: 01-10-2010
Data de Conclusão: 30-09-2013

Descrição do Projeto: A diversificação da produção no sector da aquicultura, mediante a introdução de novas espécies nos mercados, constitui um dos objetivos mais importantes para a viabilidade e desenvolvimento sustentável desta indústria. É conhecido o interesse das empresas de aquicultura na produção de peixes marinhos com um elevado potencial de crescimento. Destacam-se entre estas, duas espécies pertencentes à Família Carangidae: o charuteiro (*Seriola spp.*) e o encharéu (*Pseudocaranx dentex*). A incorporação de ambas as espécies na aquicultura regional e nacional permitirá, devido ao seu rápido crescimento, reduzir significativamente o período de produção atual em pisciculturas e, conseqüentemente, diminuir os respetivos custos de produção. Adicionalmente, a realização dos objetivos propostos de aperfeiçoamento das técnicas de produção comercial destas duas espécies, representaria uma vantagem competitiva definitiva para este sector no Arquipélago, com um mercado alargado a todo o litoral Mediterrânica.



Nome do Projeto: Acreditação Laboratório Regional de Veterinária e Segurança Alimentar - MADFDR-01-0326-FEDER-000015
Nome do Beneficiário: SRARN - Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais - Laboratório Regional de Veterinária e Segurança Alimentar
Região de Intervenção do Projeto: Região Autónoma da Madeira
Custo Total do Projeto: 312.109,26€
Custo Total Elegível: 312.109,26€
Participação FEDER: 249.687,41€
Comp. OU: 62.421,85€
Data de Início: 03-06-2011
Data de Conclusão: 31-12-2013

Descrição do Projeto: O projeto engloba duas vertentes integradas e complementares que consistem, por um lado, na conceção, desenvolvimento e implementação do sistema de gestão da qualidade e, por outro lado, na implementação de um sistema informático de gestão de laboratórios, que irá assegurar a execução física do primeiro. Tem como objetivo a obtenção da acreditação do laboratório pela Entidade Certificadora IPAC, dando cumprimento às exigências do Regulamento (CE) n.º 882/2004 e Regulamento (CE) n.º 2076/2005 da Comissão, de 5 de Dezembro.



Nome do Projeto: P@GE - Plataforma de Apoio à Gestão de Escolas - MADFDR-01-0326-FEDER-000018

Nome do Beneficiário: Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos - SRE

Região de Intervenção do Projeto: Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 475.760,80€

Custo Total Elegível: 470.593,30€

Comparticipação FEDER: 400.004,30€

Comp. OU: 70.589,00€

Data de Início: 03-03-2011

Data de Conclusão: 30-06-2013



Descrição do Projeto: Com o presente projeto pretende-se disponibilizar uma plataforma de Apoio à Gestão Escolar comum a todas as Escolas do Segundo e Terceiro Ciclos e Secundárias da RAM, com vista a medir e analisar os proveitos, custos e resultados, de forma a garantir os 3 E's (Eficácia, Eficiência e Economia) na gestão escolar bem como, cumprir os normativos legais de prestação de contas, segundo a Contabilidade Pública para o Sector da Educação. A Plataforma de Apoio à Gestão Escolar prevê suportar os seguintes processos: Gestão Financeira e Orçamental (Contabilidade Orçamental e POC-Educação), Gestão de Imobilizado, Gestão de Recursos Humanos e Relatórios. Os objetivos deste projeto são os seguintes: melhorar qualitativamente o processo global de gestão escolar na vertente de recursos humanos e financeira; reduzir e simplificar as operações necessárias à gestão financeira e orçamental, bem como, satisfazer todas as obrigações decorrentes do POC, POC-Educação, Cadastro e Inventário dos Bens do Estado; reduzir e simplificar as operações necessárias à gestão do imobilizado; reduzir e simplificar as operações necessárias à gestão dos Recursos Humanos (Pessoal Docente e Não Docente); obter informação consolidada das contas ao nível da SRE (consolidação por tipo de orçamento para todas as escolas e consolidação de todos os orçamentos de todas as escolas); obter informação fidedigna e em tempo útil, de apoio à decisão na área de gestão recursos humanos e financeira.

71

Nome do Projeto: Festivais Culturais da Madeira (2009-2013) - MADFDR-02-0228-FEDER-000017

Nome do Beneficiário: SRT - Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes - Direção Regional dos Assuntos Culturais

Região de Intervenção do Projeto: Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 2.182.948,42€

Custo Total Elegível: 2.177.609,53€

Despesa Pública: 2.177.609,53€

Comparticipação FEDER: 1.850.968,10€

Comp. OU: 326.641,43€

Data de Início: 01-01-2009

Data de Conclusão: 31-12-2013



Descrição do Projeto: Com o projeto "Festivais Culturais da Madeira", a Direção Regional dos Assuntos Culturais (DRAC) pretende criar e gerir uma marca que passa por integrar quatro grandes eventos culturais, nomeadamente: Festival de Música da Madeira, Festival Raízes do Atlântico, Encontro Regional de Bandas Filarmónicas e o Festival de Órgão da Madeira. Com esta iniciativa, a DRAC vai incentivar o sector da cultura na Região Autónoma da Madeira, designadamente pelo apoio ao empreendedorismo cultural, diversificando e requalificando a oferta turístico-cultural e a abertura da cultura madeirense ao mercado internacional, permitindo, assim, a exposição e troca de experiências artísticas entre agentes culturais regionais e internacionais. Com a implementação deste projeto, a DRAC pretende contribuir para formar e qualificar novos públicos, assim como, atrair aficionados e profissionais das diversas Artes até esta pequena ilha na periferia da Europa.

Programa Intervir+

Projetos Públicos ou Equiparados

Nome do Projeto: SEE - Simulação Empresarial e Empreendedorismo - MADFDR-01-0224-FEDER-0000027

Nome do Beneficiário: Região Autónoma da Madeira / Universidade da Madeira

Região de Intervenção do Projeto: Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 1.290.000,00€

Custo Total Elegível: 1.290.000,00€

Comparticipação FEDER: 1.032.000,00€

Data de Início: 23-03-2009

Data de Conclusão: 31-12-2013

Descrição do Projeto: O projeto “Simulação Empresarial e Empreendedorismo” tem como objetivo central contribuir para o incremento do empreendedorismo na RAM, através do reforço de conhecimentos, de competências técnicas e de renovação e consolidação de práticas profissionais, pessoais e comportamentais, de estímulo ao desenvolvimento de capacidades empreendedoras no tecido empresarial da região. Um segundo objetivo, de crucial importância do projeto, é o de facultar e promover oportunidades de negócio em ambiente de simulação (embora virtual), visando a empregabilidade e a criação de empresas dotadas de bases sólidas e de competências de organização e gestão face a mercados cada vez mais competitivos, com o apoio e orientação de professores e consultores académica e profissionalmente aptos, utilizando para o efeito adequadas tecnologias de informação e comunicação e meios lógicos de sistemas de informação e gestão integrada.



Nome do Projeto: OTIC/TecMU-PETT - Oficina de Transferência de Tecnologia e Conhecimento - MADFDR-01-0224-FEDER-000003

Nome do Beneficiário: UMa - Universidade da Madeira

Região de Intervenção do Projeto: Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 398.261,59€

Custo Total Elegível: 395.000,00€

Comparticipação FEDER: 335.750,00€

Data de Início: 01-06-2009

Data de Conclusão: 31-12-2013

Descrição do Projeto: A iniciativa OTIC – TeCMU surge no âmbito da criação de Oficinas de Transferência de Tecnologia Inovação e Conhecimento, com a finalidade de identificar e promover a transferência de ideias e conceitos novos e inovadores para o tecido empresarial, contribuindo para um crescente desenvolvimento económico, social e empresarial das regiões e do nosso país. Constituem objetivos centrais deste projeto o de proporcionar um ambiente de cooperação Universidade-Empresa através da transferência de tecnologia e de conhecimento em projetos conjuntos, identificar e difundir a oferta tecnológica nas Universidades e Institutos Politécnicos e identificar as solicitações tecnológicas do sector empresarial e correspondente transformação em projetos inovadores e competitivos de desenvolvimento tecnológico, que possam ser cumpridos na RAM no âmbito das suas unidades de ensino / investigação / inovação.



Nome do Projeto: Reforço das condições de segurança e requalificação da zona nascente da marginal da Calheta - MADFDR-03-0235-FEDER-000015

Nome do Beneficiário: Calheta - Região Autónoma da Madeira

Região de Intervenção do Projeto: Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 5.844.990,00€

Custo Total Elegível: 5.844.990,00€

Comparticipação FEDER: 4.968.241,50€

Comp. OU: 876.748,50€

Data de Início: 21-12-2007

Data de Conclusão: 01-10-2013

Descrição do Projeto: A área de intervenção deste projeto diz respeito à zona superior e faixas laterais da escarpa sobranceira ao porto de recreio da Calheta, situada na costa SW da ilha da Madeira, ao arruamento junto à marginal da Calheta e ao alargamento do pontão existente na ribeira da Autoguia/Serra D'Água para suporte da rotunda a construir. Devido ao resultado natural da erosão ocorrida, foram assinalados diversos desprendimentos de blocos, fragmentos rochosos e terrosos da escarpa, assim como, derrocadas avultadas resultantes do desmantelamento de partes de bancadas rochosas que, caindo sobre a estrada marginal, interditaram a circulação automóvel e pedonal nessa zona.



73

Nome do Projeto: Estabilização do Talude Leste Sobranceiro à Vila da Ponta do Sol - MADFDR-03-0235-FEDER-000012

Nome do Beneficiário: Vice-Presidência do Governo Regional Governo Regional

Região de Intervenção do Projeto: Ponta do Sol / Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 516.420,00€

Custo Total Elegível: 445.448,88€

Comparticipação FEDER: 378.631,55€

Comp. OU: 66.817,33€

Data de Início: 05-08-2008

Data de Conclusão: 30-06-2012

Descrição do Projeto: Este projeto inclui o estudo geológico-geotécnico, anteprojeto e o projeto de execução da respetiva empreitada para a estabilidade do talude na Vila da Ponta do Sol. O local em estudo situa-se na costa SW da Madeira, no extremo Este da estrada marginal que acompanha a pequena baía da Ponta do Sol, num esporão rochoso, cujo extremo Sul se encontra saliente sobre o mar. Este esporão é delimitado por três escarpas, encontrando-se já parte da escarpa Oeste e da escarpa Sul parcialmente consolidadas com redes pregadas, desde a base até cerca da cota 60 m, e com uma barreira dinâmica associada a redes de encaminhamento, acima desta. A área intervencionada, com cerca de 90 metros e uma altura entre 55 a 65 metros, corresponde à parte da escarpa Oeste que ainda não foi tratada e que se desenvolve desde a boca do túnel construído ao nível da base e o extremo Norte.



Programa Intervir+

Projetos Privados

Nome do Projeto: Novas tecnologias que combinam a diminuição do tamanho do sensor de imagem e aumento da qualidade - MADFDR-01-0190-FEDER-000007

Nome do Beneficiário: Awaiba - Consultadoria, Desenvolvimento e Comercio de Componentes Micro eletrónicos, Lda.

Região de Intervenção do Projeto: Funchal - Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 789.604,21€

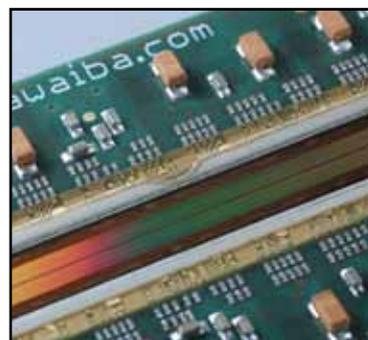
Custo Total Elegível: 769.963,64€

Comparticipação FEDER: 462.325,91€

Data de Início: 01-09-2010

Data de Conclusão: 30-04-2012

Descrição do Projeto: O “core business” da Awaiba, Lda tem por objetivo o desenvolvimento de sensores de imagem em tecnologia CMOS com aplicações no sector da visão artificial por computador. Os sensores desenvolvidos pela Awaiba primam pela capacidade na velocidade de aquisição de imagem, pela versatilidade ao contraste luminoso, assim como, pela sua dimensão. Tais características são imprescindíveis para o desenvolvimento de sensores de imagem destinados a serem integrados em sistemas de visão artificial específicos. A Awaiba fornece desta maneira a indústria de inspeção (controlo industrial), a biomédica (endoscopia), assim como a do sistema de vídeo de alta velocidade e do automóvel (câmaras a bordo).



Nome do Projeto: Abertura de um Ginásio - MADFDR-01-0112-FEDER-000070

Nome do Beneficiário: Dan Cristian Berim (Happiness Rhythm - Lda.)

Região de Intervenção do Projeto: Funchal - Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 249.551,50€

Custo Total Elegível: 249.551,50€

Comparticipação FEDER 127.271,27€

Data de Início: 21-06-2011

Data de Conclusão: 31-03-2012

Descrição do Projeto: Nos dias de hoje, cada vez mais, a atividade física tem mostrado os seus benefícios. O ser saudável é abraçar um modo de vida, na luta contra as doenças e na prevenção delas. As doenças como o stress, a fadiga, a obesidade, a depressão, ... podem ser amenizadas ou reduzidas com o exercício físico. Pensámos ainda abarcar dois sectores de pessoas pouco explorados ou esquecidos, nomeadamente os deficientes motores e os atletas de alta performance ou olímpicos. Foi constatado que nenhum estabelecimento deste ramo acolhe de forma adequada estes grupos de pessoas. De referir que existe, a nível Regional, mais de 16 mil desportistas federados em diversas modalidades, sendo um número bastante significativo para intervir. Outra novidade é o “Polar Team2” que consiste em 10/20 cardiofrequencímetros (bandas que medem o batimento cardíaco) e que proporcionará a execução do treino entre os parâmetros seguros e saudáveis, consoante o objetivo de cada pessoa.



Nome do Projeto: Centro de lavagens e Serviços - Elefante Azul - Santa Cruz - MADFDR-02-0119-FEDER-000012
Nome do Beneficiário: R. L. & C. Cassianos Lda.
Região de Intervenção do Projeto: Santa Cruz - Região Autónoma da Madeira
Custo Total do Projeto: 1.150.046,04€
Custo Total Elegível: 858.103,88€
Comparticipação FEDER: 386.146,75€
Data de Início: 04-08-2010
Data de Conclusão: 01-03-2012

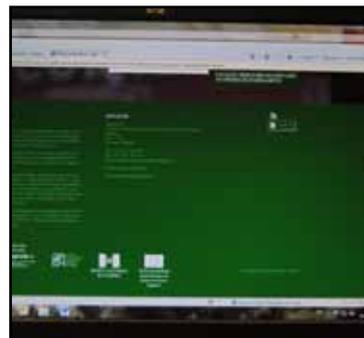
Descrição do Projeto: O projeto de investimento visa desenvolver áreas de negócio distintas mas complementares, nomeadamente o “Centro de Lavagens Elefante Azul” e a “Oficina de veículos automóveis”.



75

Nome do Projeto: Criação de uma plataforma web de produção audiovisual - MADFDR-01-0112-FEDER-000074
Nome do Beneficiário: Marítimo da Madeira TV Unipessoal, Lda.
Região de Intervenção do Projeto: Funchal - Região Autónoma da Madeira
Custo Total do Projeto: 296.808,55€
Custo Total Elegível: 236.808,55€
Despesa Pública: 142.085,13€
Comparticipação FEDER: 120.772,36€
Comp. OU: 21.312,77€
Data de Início: 22-07-2011
Data de Conclusão: 17-07-2012

Descrição do Projeto: A Marítimo TV é uma estação de televisão baseada numa plataforma Web, assumindo-se numa primeira fase como uma Web TV e numa segunda fase como um canal de produção audiovisual para multiplataformas de televisão, produzindo e distribuindo conteúdos audiovisuais desportivos, sociais, educacionais e de lazer ligados à marca Marítimo e igualmente à marca Madeira. A Marítimo TV terá numa primeira fase uma produção diária original de 4 horas, assumindo o objetivo de até 31 de dezembro de 2012 ter 8 horas diárias de produção audiovisual, incluindo programas realizados e transmitidos em direto. A Marítimo TV é uma estação de televisão privada com intuítos comerciais, com uma filosofia própria de produção audiovisual, tendo como públicos-alvo principais os sócios do Clube Sport Marítimo na Madeira e os seus adeptos e simpatizantes radicados na diáspora madeirense.



Programa Intervir+

Projetos Privados

Nome do Projeto: Produção e confeção de pratos pré-cozinhados - MADFDR-02-0114-FEDER-000009

Nome do Beneficiário: MILHO FRITO, LDA

Região de Intervenção do Projeto: Câmara de Lobos - Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 147.902,00€

Custo Total Elegível: 114.698,00€

Despesa Pública: 63.083,90€

Comparticipação FEDER: 63.083,90€

Data de Início: 24-11-2011

Data de Conclusão: 31-12-2011

Descrição do Projeto: A entidade beneficiária tem como objetivo responder a uma necessidade do consumidor em geral, nomeadamente através da comercialização de milho pré-cozinhado, visto ser um produto de grande consumo na Região para o qual não existe resposta; alterar os hábitos de consumo, os quais são atualmente “semanais” para hábitos de consumo regular; atingir novos nichos de mercado, sobretudo na população mais jovem assim como nos mais idosos; permitir aos Hotéis e aos Restaurantes poupanças de mão-de-obra e a possibilidade de colocação nos menus sem condicionalismos; e, tornar a médio prazo, um produto de consumo à escala nacional e europeia ganhando parte da quota atual do mercado das batatas pré-cozinhadas.



Nome do Projeto: Remodelação e investimento em eficiência energética - MADFDR-02-0120-FEDER-000032

Nome do Beneficiário: Nóbrega & Hipólito, S.A. (Hotel Oásis)

Região de Intervenção do Projeto: Santa Cruz - Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 7.786.129,14€

Custo Total Elegível: 7.786.129,14€

Comparticipação FEDER: 1.250.000,00€

Data de Início: 15-03-2011

Data de Conclusão: 31-12-2011

Descrição do Projeto: O projeto tem por objetivo a modernização da unidade hoteleira no que toca a: alojamento, restaurantes e bares, assim como dos espaços comuns e de lazer. Visa a introdução de boas práticas ambientais e a realização da certificação energética e prevê a adesão ao sistema German Eco Hotel. Sendo também o objetivo do hotel a criação de um novo serviço qualificado, o SPA.



Nome do Projeto: Criação e desenvolvimento de novos serviços integrados - MADFDR-02-0113-FEDER-000024

Nome do Beneficiário: Pilar Empresarial, Lda.

Região de Intervenção do Projeto: Funchal - Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 210.777,94€

Custo Total Elegível: 180.242,12€

Comparticipação FEDER: 61.282,32€

Comp. OU: 10.814,53€

Data de Início: 01-04-2009

Data de Conclusão: 13-02-2012



Descrição do Projeto: Ao abrigo do presente projeto, a empresa pretende desenvolver atividades no tecido empresarial regional, através da implementação de duas áreas de negócio distintas, nomeadamente: o Arquivo Documental, onde a empresa irá dispor de um espaço a ser requalificado, com mais de 200m², onde os clientes pagarão uma taxa de utilização por cada espaço ocupado, de acordo com vários níveis de qualidade e acessibilidade; e a Loja do Empresário que tem por objetivo a prestação de multiserviços às empresas, oferecendo aos seus clientes um conjunto de serviços integrados por forma a que o cliente possa tratar de todos os seus assuntos e resolver todos os seus problemas num único espaço, ganhando assim tempo e evitando deslocações a diversos locais para tratar dos assuntos.

77

Nome do Projeto: Requalificação de uma unidade hoteleira - MADFDR-02-0120-FEDER-000031

Nome do Beneficiário: Quinta do Furão Sociedade de Animação Turística e Agrícola de Santana, SA

Região de Intervenção do Projeto: Santana - Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 863.559,42€

Custo Total Elegível: 863.559,42€

Comparticipação FEDER: 388.601,74€

Data de Início: 14-01-2011

Data de Conclusão: 31-12-2012



Descrição do Projeto: O Hotel Quinta do Furão tem um total de 45 quartos, sendo 39 duplos, 4 Júnior Suites e 2 Villas, todos eles com vista sobre as serras. O restaurante, o Pub e a adega estão abertos ao público com capacidade máxima de 240 pessoas oferecendo uma cozinha de gastronomia típica madeirense e cozinha internacional. O Hotel dispõe também de uma Piscina interior/externo aquecida, Ginásio, Sala de Jogos, Biblioteca, Recepção (serviço 24h), elevador, dois Bares, Loja de Artesanato e uma Adega onde é possível provar e comprar os vários tipos de Vinho Madeira complementada com dois lagares tradicionais. A candidatura apresenta investimentos na área da eficiência energética, para o aproveitamento de energias renováveis. Inclui também um investimento destinado à Certificação Energética e à Qualidade do Ar Interior, o que assegura o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis.

Programa Intervir+

Projetos Privados

Nome do Projeto: Aumento da competitividade da empresa através do apoio dos sobrecustos - MADFDR-05-0121-FEDER-000257

Nome do Beneficiário: Saul Paiva Herdeiros

Região de Intervenção do Projeto: Porto Moniz - Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 291.495,86€

Custo Total Elegível: 291.495,86€

Comparticipação FEDER: 30.607,07€

Comp. OU: 13.117,31€

Data de Início: 31-07-2009

Data de Conclusão: 15-07-2010

Descrição do Projeto: Este incentivo representa para este empresário uma ajuda face aos encargos que a empresa suporta com os custos salariais e respetivos encargos sociais.



78

Nome do Projeto: Aquisição de novas embarcações e equipamentos com tecnologias de ponta - MADFDR-02-0120-FEDER-000038

Nome do Beneficiário: Rhea-Dive - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.

Região de Intervenção do Projeto: Porto Santo - Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 381.737,19€

Custo Total Elegível: 381.737,19€

Comparticipação FEDER: 146.014,48€

Comp. OU: 25.767,26€

Data de Início: 31-05-2011

Data de Conclusão: 31-12-2011

Descrição do Projeto: A entidade beneficiária Rhea Dive propôs-se a concretizar dois objetivos: um no âmbito mais imediato e que segue no natural crescimento da atividade e outro, a médio prazo, que visa complementar toda a oferta relacionada com a sua atividade principal que é o mergulho. No que se refere ao aumento da capacidade produtiva e à concretização do objetivo mais imediato, a Rhea Dive elegeram um fabricante de embarcações que, pela sua qualidade, assegura a entrega de dois modelos (um de 8 metros e um segundo com 10 metros) que vêm ao encontro das necessidades e objetivos da empresa.



Nome do Projeto: Restaurante - Churrascaria - MADFDR-02-0113-FEDER-000097
Nome do Beneficiário: Fátima Nobrega, Unipessoal Lda.
Região de Intervenção do Projeto: Machico (Ribeira Machico) - Região Autónoma da Madeira
Custo Total do Projeto: 151.380,67€
Custo Total Elegível: 151.380,67€
Comparticipação FEDER: 61.119,95€
Comp. OU: 10.785,87€
Data de Início: 01-01-2011
Data de Conclusão: 31-12-2012



Descrição do Projeto: O objetivo da criação desta empresa é o desenvolvimento deste projeto de investimento, criar um Restaurante típico de excelência, com toda a qualidade gastronómica e de serviço, que passe a ser considerado uma referência regional e com vocação para o turista.

79

Nome do Beneficiário: Ribeiro Frio Exploração de Restaurantes e Estabelecimentos de Bebidas, Lda.
Região de Intervenção do Projeto: Ribeiro Frio - Santana - Região Autónoma da Madeira
Custo Total do Projeto: 156.346,92€
Custo Total Elegível: 156.346,92€
Comparticipação FEDER: 74.264,79€
Data de Início: 18-10-2011
Data de Conclusão: 15-11-2012

Descrição do Projeto: O Restaurante “Ribeiro Frio” apresentava-se com graves problemas de conservação, uma vez que se situa numa zona bastante húmida e o facto da sua construção ser em madeira, com o passar dos anos, foi-se deteriorando. Apresenta também um outro problema que é o da funcionalidade e capacidade, dado o elevado número de clientes que procura as suas famosas iguarias. Deste modo, a sala principal, a cozinha e as instalações sanitárias apresentavam-se demasiado exíguas para poderem oferecer uma resposta eficiente à grande afluência de visitantes. Assim, além do problema da funcionalidade da cozinha, o restaurante apresentava falta de uma instalação sanitária no piso térreo. Todos estes aspetos foram influenciados negativamente pela intempérie de 2010.

O projeto de investimento visa colmatar todas estas dificuldades, através da realização de obras de adaptação e de aquisição de equipamentos.



Programa Intervir+

Projetos Privados

Nome do Projeto: Abertura de uma loja de conveniência / MADFDR-02-0113-FEDER000034

Nome do Beneficiário: Padaria e Pastelaria Solar dos Álamos Sociedade Unipessoal, Lda.

Região de Intervenção do Projeto: Funchal - Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 107.135,59€

Custo Total Elegível: 107.135,59€

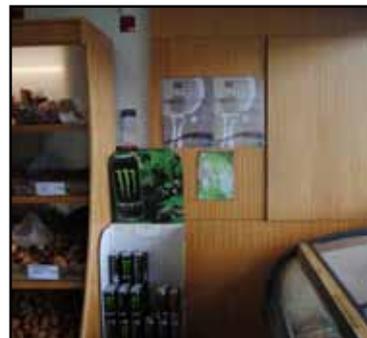
Comparticipação FEDER: 48.211,02€

Data de Início: 28-01-2010

Data de Conclusão: 30-09-2010

Descrição do Projeto: A firma “Padaria e Pastelaria Solar dos Álamos - Sociedade Unipessoal, Lda.” foi constituída em 8 de Abril de 2002. A filosofia subjacente à constituição desta empresa foi a da prestação de um serviço de qualidade superior na área da panificação e pastelaria.

Com o objetivo de diversificar a sua área de atuação e aumentar a faturação, a empresa pretendeu abrir um novo estabelecimento dedicado à comercialização de produtos de conveniência. Esta segunda loja, arrendada no espaço contíguo, com a denominação de “Loja de Conveniência”, contará com dois colaboradores. O projeto visa dotar a empresa com as adequadas condições técnicas e comerciais que lhe permitam desenvolver de uma forma correta e apropriada à sua atividade.



Nome do Projeto: Instalação de meios informáticos, logísticos e funcionais - MADFDR-02-0113-FEDER-000041

Custo Total do Projeto: 36.478,81€

Custo Total Elegível: 36.478,81€

Comparticipação FEDER: 8.207,73€

Comp. OU: 8.207,73€

Data de Início: 01-02-2010

Data de Conclusão: 31-12-2010

Descrição do Projeto: O investimento tem como objetivo obras para a modernização do espaço, aquisição de equipamentos informáticos e de mobiliário de escritório.



Nome do Projeto: Criação Unidade empresarial para a Monitorização, limpeza e proteção das zonas marinhas costeiras - MADFDR-01-0112-FEDER-000057

Nome do Beneficiário: Waterfriends Lda.

Região de Intervenção do Projeto: Santa Cruz - Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 249.135,10€

Custo Total Elegível: 249.135,10€

Despesa Pública: 149.481,06€

Comparticipação FEDER: 149.481,06€

Data de Início: 12-09-2011

Data de Conclusão: 30-06-2012

Descrição do Projeto: O projeto WATERFRIENDS pretende criar uma unidade empresarial especializada na monitorização, limpeza e proteção das zonas marinhas costeiras, para beneficiar os ecossistemas aquáticos e promover uma utilização sustentável da água. Este objetivo afeta positivamente vários sub-setores económicos ligados ao cluster do Mar, desde o mergulho desportivo à pesca, passando pelas atividades de Investigação e Desenvolvimento relacionadas com o mar, bem como à própria monitorização de marés, ondas e movimentos geológicos submarinos que influenciam o meio ambiente da Madeira. A empresa terá, ainda, uma atividade complementar mais vocacionada para o apoio ao turismo náutico e à criação de produtos relacionados com iniciativas paralelas ligadas a este sector.

81



Programa Rumos

Eixo I - Educação e Formação

Nome do Projeto: Outras formações / 001547/2011/125

Entidade Beneficiária: A.D.C.F. - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Funchal

Região de Intervenção do Projeto: Funchal - Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 77.885,86€

Comparticipação FSE: 62.308,69€

Data de Início: 03-10-2011

Data de Conclusão: 19-10-2012

Descrição do Projeto: Esta candidatura destina-se a adultos e idosos carenciados que frequentam os seis centros comunitários geridos pela Associação de Desenvolvimento Comunitário do Funchal. O presente projeto prevê a realização de um conjunto de ações de formação na área da informática, fotografia, pintura e arranjos florais. Pretende-se promover a inclusão social, dotando os utentes de competências e ferramentas básicas nas áreas acima referidas. Apresentamos ações inovadoras e de grande relevância para o nosso público-alvo, quer ao nível do primeiro contacto com a informática, quer para estimular a criatividade artística através da fotografia e pintura. Atendendo à importância da formação ao longo da vida, não com o objetivo de inserção no mercado de trabalho, mas visto como fonte de realização pessoal e social, foi considerado que este tipo de formações não só são fundamentais para a população já reformada, como também para os adultos ainda aptos para a inserção no mercado de trabalho. Isto porque, dotados de maiores conhecimentos, conferindo conseqüentemente mais aptidões para que a inserção no mercado de trabalho seja uma realidade mais próxima. De uma forma geral, a realização destas formações, será uma mais-valia ao nível da otimização de competências/conhecimentos dos utentes.



Nome do Projeto: Ações de Formação-Consultoria - 001645/2012/123

Entidade Beneficiária: Associação Casa do Voluntário

Região de Intervenção do Projeto: Funchal - Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 151.642,00€

Comparticipação FSE: 151.642,00€

Data de Início: 02-04-2012

Data de Conclusão: 31-05-2013

Descrição do Projeto: A economia social encontra-se em decréscimo a nível mundial, agravada pela grave crise que atravessamos, originando um forte aumento das necessidades sociais. Neste contexto de urgência social, a procura dos serviços junto destas entidades têm crescido exponencialmente o que compromete a qualidade dos serviços que prestam, assim como, tende a reduzir a sua eficiência. Em síntese, as organizações de economia social enfrentam um desafio muito exigente: responder a novas necessidades, otimizar os seus recursos e fontes de financiamento e adaptar a sua dimensão. É neste enquadramento que se justifica promover um projeto de formação-consultoria com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados pelas organizações da economia social da RAM, cujo universo ultrapassa já as 60 unidades.



Nome do Projeto: Outras formações / 001547/2011/125

Entidade Beneficiária: A.D.C.F. - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Funchal

Região de Intervenção do Projeto: Funchal - Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 77.885,86€

Comparticipação FSE: 62.308,69€

Data de Início: 03-10-2011

Data de Conclusão: 19-10-2012

Descrição do Projeto: Esta candidatura destina-se a adultos e idosos carenciados que frequentam os seis centros comunitários geridos pela Associação de Desenvolvimento Comunitário do Funchal. O presente projeto prevê a realização de um conjunto de ações de formação na área da informática, fotografia, pintura e arranjos florais. Pretende-se promover a inclusão social, dotando os utentes de competências e ferramentas básicas nas áreas acima referidas. Apresentamos ações inovadoras e de grande relevância para o nosso público-alvo, quer ao nível do primeiro contacto com a informática, quer para estimular a criatividade artística através da fotografia e pintura. Atendendo à importância da formação ao longo da vida, não com o objetivo de inserção no mercado de trabalho, mas visto como fonte de realização pessoal e social, foi considerado que este tipo de formações não só são fundamentais para a população já reformada, como também para os adultos ainda aptos para a inserção no mercado de trabalho. Isto porque, dota-os de maiores conhecimentos, conferindo conseqüentemente mais aptidões para que a inserção no mercado de trabalho seja uma realidade mais próxima. De uma forma geral, a realização destas formações, será uma mais-valia ao nível da otimização de competências/conhecimentos dos utentes.



Programa Rumos

Eixo I - Educação e Formação

Nome do Projeto: Formação Modular - 001530/2011/125

Entidade Beneficiária: CELFF Centro de Estudos, Línguas e Formação do Funchal, S.A.
Região de Intervenção do Projeto Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 406.097,48€

Comparticipação FSE: 324.877,98€

Data de Início: 16-05-2011

Data de Conclusão: 11-04-2012

Descrição do Projeto: À semelhança do ano anterior e com o objetivo de melhorar as competências de empregabilidade dos desempregados inscritos no Centro de Emprego, o CELFF, em parceria com o Instituto de Emprego da Madeira (IEM, IP-RAM), pretende desenvolver diversas formações modulares. Estas ações destinam-se aos adultos desempregados com idade igual ou superior a 18 anos, sem a conclusão do ensino básico ou secundário e a qualificação adequada para efeitos de inserção ou progressão no mercado de trabalho. De forma a fazer face às necessidades existentes, o IEM destacou vários concelhos da RAM e identificou como prioritária diversas áreas de formação modular.



Nome do Projeto: Cursos de Educação e Formação - 001582/2011/113
Entidade Beneficiária: Escola Básica e Secundária de Gonçalves Zarco
Região de Intervenção do Projeto: Funchal - Região Autónoma da Madeira
Custo Total do Projeto: 79.461,22€
Comparticipação FSE: 63.568,98€
Data de Início: 19-09-2011
Data de Conclusão: 25-07-2012

Descrição do Projeto: A Escola Básica e Secundária Gonçalves Zarco localiza-se na zona turística por excelência do Funchal. É normal que grande parte dos agregados familiares da comunidade educativa tenha um ou mais elementos a trabalhar na indústria hoteleira, restauração e construção. Por isso, muitos dos nossos alunos revêem-se como profissionais daquelas áreas.

Nestes casos específicos, e tendo por base o inquérito à comunidade Educativa e o estudo prospetivo da economia da RAM, foi decido apostar nestas áreas no desenvolvimento de cursos de formação, de grande procura por parte dos discentes.



Nome do Projeto: Cursos de Especialização Tecnológica - 001592/2011/114
Entidade Beneficiária: Universidade da Madeira
Região de Intervenção do Projeto: Região Autónoma da Madeira
Custo Total do Projeto: 482.175,34€
Comparticipação FSE: 385.740,27€
Data de Início: 27-02-2012
Data de Conclusão: 31-12-2013

Descrição do Projeto: Identificada a necessidade de combater o abandono escolar, surgiu a necessidade de dar novas oportunidades aos adultos, promovendo a sua recuperação escolar e requalificação profissional. Neste sentido a proposta dos Cursos de Especialização Tecnológica (CETs), constitui-se num projeto que procura ir ao encontro da satisfação de necessidades desde há muito reconhecidas pela UMA e sentidas ao nível do mercado de trabalho. O CETUMA, no essencial, visa em simultâneo o incremento da qualificação profissional e a criação de vias supletivas de acesso à formação técnica especializada de nível superior.





Rumos

Programa Operacional de Valorização
do Potencial Humano
e Coesão Social da RAM

Programa Rumos

Eixo II – Emprego e Coesão Social

Nome do Projeto: Programa de Apoio a Desempregados Empreendedores - 1445/2011/224

Nome do Beneficiário: Alina Freitas - Podologista, Unipessoal, Lda.

Região de Intervenção do Projeto: Funchal - Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 356.184,00€

Comparticipação FSE: 284.947,20€

Data de Início: 06-09-2011

Data de Conclusão: 05-09-2015

Descrição do Projeto: Este projeto visa combater o desemprego através do estímulo à criação do próprio emprego por parte de pessoas desempregadas que, possuindo espírito empreendedor, se mostrem disponíveis e motivados para enveredar pela criação de uma pequena iniciativa empresarial que lhes proporcione uma solução de emprego e, eventualmente, a criação de mais alguns postos de trabalho.

A atividade a desenvolver consiste na prestação de serviços de podologia, podendo tratar diversas áreas de intervenção desta ciência, como sejam: podologia pediátrica, podologia geriatria (pé do idoso), pé de risco (pé diabético), podologia desportiva, podologia laboral.

Esta candidatura permitiu a criação de 2 postos de trabalho, sendo 1 posto ocupado pela promotora do projeto.

86



Nome do Projeto: Programa de Apoio a Desempregados Empreendedores - 1052/2010/224

Entidade Beneficiária: Ana Gomes Garcia Capelo

Região de Intervenção do Projeto: Funchal - Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 566.865,00€

Comparticipação FSE: 453.492,00€

Data de Início: 18-08-2010

Data de Conclusão: 17-08-2013

Descrição do Projeto: Este projeto visa de combater o desemprego através do estímulo à criação do próprio emprego por parte de pessoas desempregadas, que possuindo espírito empreendedor, se mostrem disponíveis e motivados para enveredar pela criação de uma pequena iniciativa empresarial que lhes proporcione uma solução de emprego e, eventualmente, a criação de mais alguns postos de trabalho.

A atividade consiste na prestação de serviços de estética, como sejam: tratamentos faciais (limpezas de pele, tratamento de rugas, acne, etc.), tratamentos corporais (ex: massagens, envolvimentos corporais, drenagem linfática, vaso terapia), depilação (em todo o corpo), manicure e pedicure (tratamento de calosidades). Permitiu a criação do posto de trabalho da promotora.



87

Nome do Projeto: Programa de Apoio a Desempregados Empreendedores - 1445/2011/224

Nome do Beneficiário: Mara José Alves Correia

Região de Intervenção do Projeto: Santa Cruz - Região Autónoma da Madeira

A atividade consiste num gabinete de estética.

Custo Total de Projeto: 349.637,76€

Comparticipação FSE: 279.710,21€

Data de Início: 17-01-2011

Data de Conclusão: 16-01-2014

Descrição do Projeto: Este projeto visa de combater o desemprego através do estímulo à criação do próprio emprego por parte de pessoas desempregadas, que possuindo espírito empreendedor, se mostrem disponíveis e motivados para enveredar pela criação de uma pequena iniciativa empresarial que lhes proporcione uma solução de emprego e, eventualmente, a criação de mais alguns postos de trabalho.

Além de ter sido criado o posto de trabalho da promotora, foi criado mais 1 posto de trabalho.





Rumos

Programa Operacional de Valorização
do Potencial Humano
e Coesão Social da RAM

Programa Rumos

Eixo II – Emprego e Coesão Social

Nome do Projeto: Programa de Apoio a Desempregados Empreendedores - 1445/2011/224

Nome do Beneficiário: Belkis Maria Barros Freitas

Região de Intervenção do Projeto: Funchal - Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 356.184,00€

Comparticipação FSE: 284.947,20€

Data de Início: 14-09-2011

Data de Conclusão: 13-09-2015

Descrição do Projeto: Este projeto visa combater o desemprego através do estímulo à criação do próprio emprego por parte de pessoas desempregadas que, possuindo espírito empreendedor, se mostrem disponíveis e motivados para enveredar pela criação de uma pequena iniciativa empresarial que lhes proporcione uma solução de emprego e, eventualmente, a criação de mais alguns postos de trabalho.

A atividade a desenvolver consiste na abertura de um salão de cabeleireiro, localizado no Concelho do Funchal, e contempla a criação de 2 postos de trabalho, sendo um deles ocupado pela promotora.



Nome do Projeto: Programa de Apoio a Desempregados Empreendedores - 1713/2011/224

Entidade Beneficiária: Cantinho com Charme, Unipessoal, Lda.

Região de Intervenção do Projeto: Funchal - Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 238.643,28€

Comparticipação FSE: 190.914,62€

Data de Início: 01-07-2011

Data de Conclusão: 30-06-2014

Descrição do Projeto: Este projeto visa de combater o desemprego através do estímulo à criação do próprio emprego por parte de pessoas desempregadas, que possuindo espírito empreendedor, se mostrem disponíveis e motivados para enveredar pela criação de uma pequena iniciativa empresarial que lhes proporcione uma solução de emprego e, eventualmente, a criação de mais alguns postos de trabalho.

A atividade consiste na produção e venda de panificação. O espaço localiza-se no Concelho do Funchal, e contempla a criação do posto de trabalho do promotor e a contratação mais dois desempregados.



Nome do Projeto: Programa de Apoio a Desempregados Empreendedores - 606/2009/224

Nome do Beneficiário: Clip de Aguarela – Unipessoal, Lda

Região de Intervenção do Projeto: Santa Cruz - Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 432.912,00€

Comparticipação FSE: 346.329,60€

Data de Início: 21-10-2009

Data de Conclusão: 20-10-2013

Descrição do Projeto: Este projeto visa de combater o desemprego através do estímulo à criação do próprio emprego por parte de pessoas desempregadas, que possuindo espírito empreendedor, se mostrem disponíveis e motivados para enveredar pela criação de uma pequena iniciativa empresarial que lhes proporcione uma solução de emprego e, eventualmente, a criação de mais alguns postos de trabalho.

A atividade consiste na comercialização de material escolar, material de escritório, jogos didáticos e material para criações artísticas. Acresce ainda o serviço de fotocópias a cores e a preto e branco, bem como a encadernação, plastificação, digitalização e impressão e possibilitou a criação do posto de trabalho da promotora.



89

Nome do Projeto: Programa de Apoio a Desempregados Empreendedores - 1052/2010/224 e 1445/2011/224

Nome do Beneficiário: Coordproject – Coordenação e Projetos, Lda.

Região de Intervenção do Projeto Funchal - Região Autónoma da Madeira.

Custo Total do Projeto: 356.184,00€

Comparticipação FSE: 284.947,20€

Data de Início: 01-04-2011

Data de Conclusão: 31-03-2015

Descrição do Projeto: Este projeto visa de combater o desemprego através do estímulo à criação do próprio emprego por parte de pessoas desempregadas que, possuindo espírito empreendedor, se mostrem disponíveis e motivados para enveredar pela criação de uma pequena iniciativa empresarial que lhes proporcione uma solução de emprego e, eventualmente, a criação de mais alguns postos de trabalho.

O beneficiário desenvolve a atividade na área de serviços de engenharia e técnicas afins, nomeadamente na coordenação de obra na área de higiene e segurança no trabalho e pareceres para a certificação energética de edifícios sendo que, posteriormente, pretende alargar a sua atividade à certificação de qualidade.

A abertura desta entidade permitiu a criação de 3 postos de trabalho, sendo 1 dos postos ocupados pelo promotor do projeto





Rumos

Programa Operacional de Valorização
do Potencial Humano
e Coesão Social da RAM

Programa Rumos

Eixo II – Emprego e Coesão Social

Nome do Projeto: Programa de Apoio a Desempregados Empreendedores - 1713/2011/224

Nome do Beneficiário: Lampião da Sorte, Restauração, Lda.

Região de Intervenção do Projeto Funchal - Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 238.643,28€

Comparticipação FSE: 190.914,62€

Data de Início: 25-10-2011

Data de Conclusão: 24-10-2014

Descrição do Projeto: Este projeto visa de combater o desemprego através do estímulo à criação do próprio emprego por parte de pessoas desempregadas, que possuindo espírito empreendedor, se mostrem disponíveis e motivados para enveredar pela criação de uma pequena iniciativa empresarial que lhes proporcione uma solução de emprego e, eventualmente, a criação de mais alguns postos de trabalho.

A atividade consiste na exploração de um restaurante que confeciona comida tradicional madeirense e venezuelana.



Nome do Projeto: Apoios à Contratação - 1439/2011/221

Nome do Beneficiário: Maria da Conceição Silva Pita - Cabeleireiro Maria

Região de Intervenção do Projeto Ponta do Sol - Região Autónoma da Madeira

Custo Total do Projeto: 11.143,50€

Comparticipação FSE: 8.914,80€

Data de Início: 11-10-2010

Data de Conclusão: 10-10-2013

Descrição do Projeto: Este projeto visa incentivar os empregadores a recorrer aos serviços de emprego quando pretendam recrutar novos trabalhadores, disponibilizando apoios para os que optem pela contratação sem termo ou que, tendo optado pela contratação a termo, a convertam posteriormente numa relação laboral sem prazo.

Este beneficiário desenvolve a atividade em Salões de Cabeleireiro, tendo criado 2 postos de trabalho sem termo, preenchidos por um desempregado de longa duração e por um desemprego inscrito há mais de 3 meses.

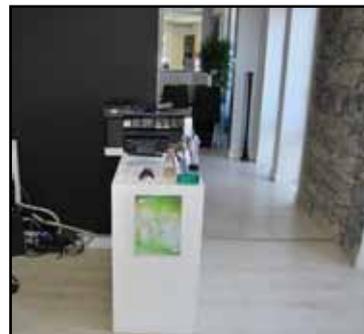


Nome do Projeto: Apoios à Contratação - 1439/2011/221
Entidade Beneficiária: Nobrepólis - Sociedade de Mediação Imobiliária, Lda.
Região de Intervenção do Projeto: Funchal - Região Autónoma da Madeira
Custo Total do Projeto: 861.841,40€
Comparticipação FSE: 689.473,12€
Data de Início: 16-08-2010
Data de Conclusão: 15-08-2014

Descrição do Projeto: Este projeto visa incentivar os empregadores a recorrer aos serviços de emprego quando pretendam recrutar novos trabalhadores, disponibilizando apoios para os que optem pela contratação sem termo ou que, tendo optado pela contratação a termo, a convertam posteriormente numa relação laboral sem prazo.

Este projeto inicialmente beneficiou um apoio à contratação a termo certo de 1 desempregado de longa duração, sendo que findo o termo do contrato, beneficiou do prémio à contratação sem termo por ter sido convertido aquele contrato para esta modalidade.

Este beneficiário desenvolve a atividade na área de mediação imobiliária.



Nome do Projeto: Iniciativas Locais de Emprego - 001445/2011/224
Entidade Beneficiária: Rochinha Solar, Unipessoal, Lda.
Região de Intervenção do Projeto: Funchal
Custo Total do Projeto: 356.184,00€
Comparticipação FSE: 284.947,20€
Data de Início: 01-04-2011
Data de Conclusão: 30-03-2014

Descrição do Projeto: Este projeto visa de combater o desemprego através do estímulo à criação do próprio emprego por parte de pessoas desempregadas que, possuindo espírito empreendedor, se mostrem disponíveis e motivados para enveredar pela criação de uma pequena iniciativa empresarial que lhes proporcione uma solução de emprego e, eventualmente, a criação de mais alguns postos de trabalho.

O beneficiário desenvolve a atividade na área comercialização a retalho de equipamentos de painéis solares, nomeadamente da marca Megasun. O projeto permitiu a criação de 2 postos de trabalho, sendo 1 dos postos ocupado pelo próprio promotor.





Massaroco *Echium candicans*

©Filipe Viveiros

Foto e informação cedida pelo Serviço do Parque Natural da Madeira

www.pnm.pt



Espaço Memórias

93

Nesta edição apresentamos uma nota biográfica de Robert Schuman, conhecido como o “Arquiteto do projeto de integração europeia”.

Robert Schuman

O arquiteto do projeto de integração europeia

Robert Schuman, político, advogado de alto nível e ministro dos Negócios Estrangeiros francês entre 1948 e 1952, é considerado um dos promotores da unificação europeia.

Schuman nasceu a 29 de junho de 1886 no Luxemburgo, numa região de fronteira entre a França e a Alemanha. Robert Schuman torna-se alemão quando a região onde vive é anexada pela Alemanha, mas quando, em 1919, após a Primeira Guerra Mundial, a região da Alsácia-Lorena é devolvida à França, passa a ter a nacionalidade francesa.

Antes da guerra, estuda Direito, Economia, Filosofia Política, Teologia e Estatística nas Universidades de Bona, Munique, Berlim e Estrasburgo, licenciando-se em Direito com a mais alta distinção pela Universidade de Estrasburgo. Depois da licenciatura, inicia a prática da advocacia em Metz, em 1912. Dois anos depois, deflagra a Primeira Guerra Mundial e Schuman é dispensado do serviço militar por razões médicas. Quando a guerra termina, começa a ter uma vida política ativa, iniciando a sua carreira no serviço público como deputado ao Parlamento francês pela região de Moselle.

Quando a Segunda Guerra Mundial começa, Schuman é ministro adjunto do Governo francês. Participa ativamente na resistência francesa durante a guerra e é feito prisioneiro. Escapando por pouco à deportação para o campo de concentração de Dachau, foge para a zona «livre» de França e passa à clandestinidade depois da sua invasão pelos nazis. Durante três anos vive na clandestinidade, desafiando os alemães, que ofereciam uma recompensa de 100 000 Reichsmark pela sua cabeça. Recusa o convite do líder francês no exílio, De Gaulle, para ir para Londres, preferindo ficar com os seus compatriotas na França ocupada pelos nazis.

Depois da guerra, regressa à política nacional, ocupando uma série de cargos de alto nível: ministro das Finanças, primeiro ministro, em 1947, ministro dos Negócios Estrangeiros, entre 1948 e 1952, e novamente ministro das Finanças, entre 1955 e 1956. Foi um negociador fundamental de importantes tratados e iniciativas, como o Conselho da Europa, o Plano Marshall e a NATO: iniciativas que procuravam reforçar a cooperação no âmbito da aliança ocidental e unificar a Europa. No entanto, Schuman ficou sobretudo conhecido devido à agora denominada «Declaração Schuman», na qual propôs à Alemanha e aos restantes países europeus que conjugassem esforços com vista à união dos seus interesses económicos. Schuman acreditava que a interligação desses interesses tornaria a guerra «não só impensável como materialmente impossível».



Robert Schuman

96



O seu discurso não foi em vão, visto que o Chanceler alemão Konrad Adenauer reagiu rapidamente de forma positiva, o mesmo fazendo os governos dos Países Baixos, da Bélgica, da Itália e do Luxemburgo. Um ano depois, a 18 de abril de 1951, os seis membros fundadores assinam o Tratado de Paris que cria a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço: a primeira comunidade supranacional da Europa. Esta organização inovadora abriu o caminho para a Comunidade Económica Europeia e, posteriormente, para a União Europeia, que ainda hoje é gerida por instituições europeias inovadoras como as concebidas em 1950.

Robert Schuman continua a defender a causa europeia e tornasse um grande defensor do reforço da integração através da criação de uma Comunidade Europeia de Defesa. Em 1958, é o primeiro Presidente do órgão que antecede o atual Parlamento Europeu. Quando deixa esse cargo, o Parlamento atribui-lhe o título de «Fundador da Europa» e, devido à importância da sua «Declaração de Schuman», o dia 9 de maio é designado «Dia da Europa». Em honra do seu trabalho pioneiro em prol da unificação da Europa, o bairro de Bruxelas onde estão sedeadas várias instituições da União Europeia ostenta o seu nome.

O arquiteto do projeto



A Declaração Schuman

Em colaboração com Jean Monnet, elaborou o famoso Plano Schuman, que divulgou a 9 de maio de 1950, hoje considerada a data de nascimento da União Europeia. Foi nesse dia, 9 de maio de 1950, que Robert Schuman, então ministro dos Negócios Estrangeiros da França, fez uma declaração oficial aos jornalistas convidados para apresentar um plano de paz, estabilidade e crescimento para a Europa, cinco anos depois da saída devastadora de uma horrível guerra que também foi mundial, com dezenas de milhões de mortos. Nesse plano, Schuman propunha o controlo conjunto da produção do carvão e do aço, as matérias-primas mais importantes para a produção de armamento. A ideia fundamental subjacente à proposta era a de que um país que não controlasse a produção de carvão e de aço não estaria em condições de declarar guerra a outro.

Schuman apresentou o seu plano ao Chanceler alemão Konrad Adenauer que, vendo nele imediatamente uma oportunidade para pacificar a Europa, o aprovou. Pouco tempo depois, foi a vez dos governos de Itália, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos reagirem favoravelmente. Os seis países assinaram o acordo constitutivo da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço em Paris, em abril de 1951. A União nasceu, assim, de uma iniciativa de paz.

In: http://europa.eu/about-eu/eu-history/founding-fathers/index_pt.htm

de integração europeia





Espaço Jovens

Neste Espaço, que conta com a participação de jovens, apresentamos:

- Uma súmula da tese apresentada na XII Conferência Islands of the World nas Ilhas Virgens Britânicas (29 de maio a 1 de junho de 2012) – “O impacto económico-financeiro do Centro Internacional de Negócios da Madeira” – de Miguel Pinto Correia, Mestre em Economia Internacional e Estudos Europeus;
- Uma nota sobre o projeto de investigação, subordinado ao tema “O Design como ferramenta para a Sustentabilidade na Macaronésia: O potencial dos Eco Materiais”- de Paulo Rodrigues, Aluno do último ano do Mestrado em Design de Produto da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa Designer de Produto;
- O concurso “Mural Digital” e a viagem ao Parlamento Europeu a convite do Eurodeputado Dr. Nuno Teixeira.

O impacto económico-financeiro do Centro Internacional de Negócios da Madeira

Miguel Pinto Correia

Mestre em Economia Internacional e Estudos Europeus no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

Tendo em conta a atual estagnação dos setores económicos que atuam com os pilares da economia madeirense (turismo, construção e setor público) e as condicionantes estruturais inerentes a uma pequena economia insular, o Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM), criado na década de 80 do séc. XX, com vista a diversificação da economia da RAM, demonstrou ser, ao longo do tempo, uma importante ferramenta para o desenvolvimento socioeconómico da RAM. Afigurando-se, assim, como uma alternativa sustentável que permite o desenvolvimento económico sustentado da RAM.

Os impactos económicos do CINM são do conhecimento de todos, através dos dados publicados pela Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, concessionária do CINM e reforçados pelo estudo da Professora Fiona Wishlade, da Universidade de Starthclyde, Glasgow, Escócia.

Sendo do conhecimento dos agentes económicos regionais o impacto económico do CINM, nunca foi conduzido um estudo sobre a potencialidade do mesmo em termos de receita fiscal. No período de 2005-2010 o CINM contribui para uma média de 21,9% das receitas do IVA, demonstrando o potencial do CINM enquanto fonte de receita do Governo Regional.

Através dos dados referentes à matéria coletável, gentilmente cedidos pela Direção Regional dos Assuntos Fiscais e com base nos seguintes pressupostos foi-me possível calcular a receita fiscal perdida por inexistência de soberania fiscal, isto é: foi-me possível calcular o potencial de receita fiscal caso a RAM possuísse poderes legislativos para implementar um sistema fiscal próprio, no mínimo semelhante ao CINM, em todo o território regional.

Foram tidos em conta os seguintes pressupostos:

- Soma de todas as matérias coletáveis (CINM e RAM) em termos de IVA e IRC.
- Cálculo da proporção do IVA em relação ao IRC com vista a apurar, por estimativa, a matéria coletável de IVA.
- As taxas de IVA consideradas foram as mesmas verificadas no período 2005-2010.
- Cálculo da receita fiscal de toda a RAM em sede de IRC com uma taxa de 4% e 5%. A receita de IVA foi calculada multiplicando a proporção IVA/IRC de cada ano pela receita fiscal de IRC obtida a taxas de 4% e 5%.
- Foram consideradas as taxas de 4% e 5% dado que estas afiguram-se tão competitivas como aquelas praticadas pelos principais concorrentes, à data, do CINM: Malta, Luxemburgo, Holanda, Ilha de Jersey, Ilha de Guernsey e Ilha de Man.

Com base nos pressupostos acima mencionados obteve-se a seguinte tabela:

Foregone Fiscal Revenue due to inexistence of Fiscal Sovereignty								
Year Period	Total Tax Base	Corporate Tax Revenue (4%)	Corporate Tax Revenue (5%)	Estimated VAT (for 4% CTR)	Estimated VAT (for 5% CTR)	Total Regional Budget Expenditure	Regional Budget Balance (5% CTR)	Regional Budget Balance (4% CTR)
2005	5.165.353.569,08 €	206.614.142,76 €	258.267.678,45 €	816.843.920,12 €	1.021.054.900,14 €	1.096.801.500,00 €	182.521.078,60 €	-73.343.437,12 €
2006	7.115.997.294,12 €	284.639.891,76 €	355.799.864,71 €	1.054.800.593,91 €	1.318.500.742,39 €	1.166.251.900,00 €	508.048.707,10 €	173.188.585,68 €
2007	5.494.344.567,06 €	219.773.782,68 €	274.717.228,35 €	875.178.926,98 €	1.093.973.658,73 €	1.248.565.400,00 €	120.125.487,08 €	-153.612.690,34 €
2008	6.589.857.703,25 €	263.594.308,13 €	329.492.885,16 €	1.094.561.228,38 €	1.368.201.535,48 €	1.317.101.500,00 €	380.592.920,64 €	41.054.036,51 €
2009	4.221.277.659,84 €	168.851.106,39 €	211.063.882,99 €	726.366.416,21 €	907.958.020,27 €	1.059.285.500,00 €	59.736.403,26 €	-164.067.977,39 €
2010	7.450.290.939,04 €	298.011.637,56 €	372.514.546,95 €	1.061.402.828,93 €	1.326.753.536,16 €	1.194.768.500,00 €	504.499.583,11 €	164.645.966,49 €
						TOTAL	1.755.524.179,78 €	-12.135.516,18 €

101

Tendo em conta os resultados obtidos é possível verificar que se houvesse soberania fiscal seria possível arrecadar, apenas em sede de IRC e IVA, o suficiente para obter um excedente orçamental cumulativo de cerca de 2 mil milhões de euros entre 2005-2010 (com um IRC de 5%). Caso fosse aplicada uma taxa de IRC de 4% obter-se-ia um défice de apenas 12 milhões de euros entre 2005-2010, se tivesse sido aplicada uma taxa de IRC de 4%.

Note-se que tais cálculos são extremamente conservadores, pois não foram tidos em conta os seguintes fatores:

- A existência de soberania fiscal com as taxas consideradas nas hipóteses atrairia muito mais empresas do que aquelas existentes no período considerado, pelo que a receita fiscal seria superior à calculada;
- Não foram tidas em conta as receitas derivadas dos impostos especiais sobre o consumo, as receitas do jogo ou as receitas aduaneiras para o cálculo excedente/défice orçamental obtido às taxas de IRC de 4% e 5% no período de 2005-2010, pelo que mais uma vez os cálculos são tidos como conservadores;
- Não foi considerada a possibilidade de uma soberania fiscal introduzir um regime económico e regulatório mais liberalizados e conseqüentemente mais atrativo em termos de captação de empresas, e por conseguinte maior gerador de receita fiscal. Apenas foi considerado que o setor financeiro continuaria a beneficiar do regime do CINM no período considerado.

Torna-se por isso evidente não só enorme potencial de receita fiscal do CINM, mas também o enorme potencial e vantagens e termos de geração de receita que a existência de soberania fiscal proporcionaria à RAM, bastando que para tal fossem concedidos constitucionalmente poderes para o efeito e em conformidade com a jurisprudência emitida pelo Tribunal de Justiça da União Europeia.



Tese apresentada na XII Conferência Islands of the World nas Ilhas Virgens Britânicas (29 de maio a 1 de junho de 2012)
Para aceder: <http://www.hlsc.edu.vg/islandsxii/>

O Design como ferramenta para a Sustentabilidade na Macaronésia: O potencial dos Eco Materiais *

Paulo Rodrigues

Aluno do último ano do Mestrado em Design de Produto da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa Designer de Produto - Colónia, Alemanha

Esta investigação, sob orientação da Professora Rita Assoreira Almendra, estabelece a relação entre design de produtos com materiais ecológicos e o crescimento sustentável das ilhas da Macaronésia, procurando qualificar as potencialidades desta simbiose. A ideia desta investigação surgiu com o objetivo de aprofundar o tema “Sustentabilidade” na atividade projetual e do interesse como Designer de Produto por novas tecnologias de materiais que permitam substituir os atuais Plásticos de origem Fóssil, e que possam também assim constituir uma porta para a criação e desenvolvimento de novos produtos em contextos onde o acesso às matérias-primas dominantes é reduzido. A incidência sobre a Macaronésia surgiu não só por questões de proximidade, mas também por se tratar de um espaço Insular, de recursos limitados, e constantemente exposto a problemas sociais, económicos e catástrofes ambientais que colocam em risco o seu ecossistema. O Design tem surgido cada vez mais como uma ferramenta importante para o desenvolvimento global. Enquanto atividade de projeto o Design trabalha o desenvolvimento tecnológico tendo em foco o Utilizador, procurando agregar valor a experiências e produtos. O Design de Produto é uma atividade que se alimenta da indústria de bens “Hardware”, necessitando sempre de Matéria-prima e Maquinaria disponíveis, sendo estas, obviamente, duas condicionantes para o território Insular. No entanto, atravessamos uma fase de mudança com o crescente aparecimento de pequenas séries de produtos de menor investimento tecnológico e que acima de tudo são procurados pela ‘sua narrativa’. Assim o Design vem ganhando cada vez mais importância como ferramenta de inovação dentro de Empresas e promoção de Países, funcionando também como um serviço de potencial exportador. É com base nesta realidade que este estudo se desenrola, e procura obter resposta para a questão “Como pode o design contribuir para o crescimento Sustentável das economias Insulares?” A hipótese assenta no necessário reconhecimento do Design como ferramenta de valor e também na propagação de tecnologias verdes como os Materiais Naturais que possibilitem assim um conhecimento mais aprofundado dos recursos existentes na Macaronésia que podem resultar em novos produtos produzidos e consumidos localmente, ou então em conhecimento possível de ser exportado através de serviços de Design e Desenvolvimento de produto. Esta é uma investigação teórico-prática que passou num primeiro momento por uma fase de pesquisa, leitura e realização de entrevistas exploratórias que irão suportar o projeto prático que envolve a conceção de um produto exemplo, pensado ao longo do seu ciclo de vida. As possibilidades são variadas desde equipamentos desportivos, turismo, brinquedos, produtos do dia-a-dia etc..., devendo pensar-se qual a narrativa que melhor serve o contexto da Macaronésia e os seus habitantes. Neste momento o estudo encontra-se suspenso pelo facto do investigador se encontrar a frequentar um estágio na Alemanha, uma experiência profissional importante para o desenrolar da investigação.

Novembro.2012

*Título do projeto de investigação de Paulo Rodrigues, aluno do último ano do Mestrado em Design de Produto da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. Referências para o projeto: Blog oficial: <http://cleverislands.wordpress.com/> Pagina de Facebook: <https://www.facebook.com/IslaDesignNetwork>

103



MURAL DIGITAL

Ano Letivo 2011/2012

Jovens vencedores do concurso convidados a visitar o Parlamento Europeu

Núcleo de Avaliação e Comunicação do IDR, IP-RAM

Em julho de 2012 realizou-se, pelo 3º ano consecutivo, o concurso relativo ao projeto MURAL DIGITAL onde foram selecionadas as três melhores mensagens dos jovens que participaram nesta ação.

A seleção teve por base os seguintes critérios de apreciação:

- Adequada relação com os Programas Operacionais e a sua execução com o conteúdo da mensagem;
- Grau de complexidade do texto escrito, tendo em conta o grau de escolaridade do(s) autor(es) da mensagem;
- Originalidade do conteúdo;
- Criatividade.

a votação do júri, composto por:

- Presidente do Instituto de Desenvolvimento Regional, Autoridade de Gestão dos Programas Operacionais da RAM, Intervir+ e Rumos;
 - Diretora Regional da Direção Regional de Qualificação Profissional, Organismo Intermédio do Programa Rumos/Eixo I “Formação e Educação”;
 - Presidente do Instituto de Desenvolvimento Empresarial, Organismo Intermédio do Programa Intervir+ / Sistema de Incentivos às PME’s;
- insidiou nas três mensagens seguintes:

Mensagem do 9º Ano de Escolaridade:

Título: Programa Rumos

Mensagem: “O programa Rumos veio melhorar a nossa vida ao nível pessoal e profissional, proporcionando diferentes oportunidades aos jovens e a muitos madeirenses que desejavam uma 2ª oportunidade para alcançarem algum êxito. No fundo, este programa é a oportunidade de realizarmos os nossos sonhos e de sermos alguém... Daqui, seguramente sairemos com novos rumos...”

Autor: Fátima Jéssica Freitas Pereira

Ano: 9º Ano de Escolaridade – Turma B-nº 6

Estabelecimento de Ensino: Escola Básica 2º e 3º Ciclos Cónego João J. G. Andrade (Campanário)

Atualmente frequenta o 10º ano na Escola Secundária Jaime Moniz

Mensagem do Ensino Secundário (10º ano):

Título: Não esquecer ...

Mensagem: “Trabalha pelo teu Futuro...Agarra a tua formação...Segue o teu rumo e aprende a ser inovador.”

Autor: Andreia Filipa Santos Silva

Ano: 10º Ano – Turma 1 /nº 2

Estabelecimento de Ensino: Escola Básica e Secundária Professor Dr. Francisco de Freitas Branco, Porto Santo

Mensagem do Ensino Técnico-Profissional:

Título: Programa Rumos

Mensagem: “O programa Rumos é uma mais-valia, nos dias que correm, sobretudo com a crise, é uma excelente oportunidade de completar os estudos e especializar-se numa área específica, no meu caso, Técnico de Receção e Orçamentação de Oficina.”

Autor: José Alexandre Câmara Freire

Ano/Turma: T.R.O.O /5

Estabelecimento de Ensino: Direção Regional de Qualificação Profissional



A visita ao Parlamento Europeu realizou-se de 26 a 28 de novembro de 2012, a convite do Eurodeputado Dr. Nuno Teixeira, que desde o início apoiou esta iniciativa. Os jovens, a Fátima Jéssica e o José Alexandre, à exceção da Andreia Filipa que por razões de ordem pessoal não pode participar na visita, foram acompanhados pelas Docentes que dinamizaram o projeto na sala de aula, a Professora Vera Martins e a Drª Susana Ramos. Os depoimentos dos jovens são elucidativos da excelente experiência que foi visitar o Parlamento Europeu e Bruxelas. Ficam aqui os testemunhos:

«A viagem foi perfeita! Foi pena terem sido apenas três dias! Diverti-me imenso e conheci pessoas novas! Foi uma experiência maravilhosa, que eu adoraria repetir! A companhia, o Parlamento Europeu, o hotel e a cidade, também foram excecionais, e os chocolates e os waffles deliciosos! Gostei imenso de conhecer o sr. deputado Dr. Nuno Teixeira, ele é muito simpático e é extremamente divertido!

Foram três dias inesquecíveis! **OBRIGADA POR TUDO!»**

Fátima Jéssica Freitas Pereira

«A nossa viagem correu muito bem. Gostei muito, foi pena ter sido poucos dias, pois, havia muito para ver e o tempo foi escasso.

Fomos muito bem recebidos no Parlamento Europeu pelo Sr. Deputado Dr. Nuno Teixeira, o qual é uma pessoa muito simpática, acessível e agradável.

Também gostei bastante da colega de viagem (Fátima Jéssica) e das senhoras professoras Susana Ramos e Vera Martins.

Foi uma experiência boa, falando por mim que nunca tinha visitado Bruxelas.

Na minha opinião este tipo de concurso/ programa (Mural Digital) deve-se repetir de modo a dar oportunidade a outros alunos.

Só tenho a agradecer pela oportunidade que me foi dada.»

José Alexandre Câmara Freire

Organização:

Instituto de Desenvolvimento Regional
(Núcleo de Comunicação e Imagem)

Apoio:

Eurodeputado Dr. Nuno Teixeira

Participantes:

Direção Regional de Qualificação Profissional
Instituto de Desenvolvimento Empresarial
Estabelecimentos de Ensino que participaram no projeto no ano letivo 2011-2012
Escola Básica e Secundária Gonçalves Zarco
Escola Básica 2º e 3º Ciclos da Torre
Escola Básica 2º e 3º Ciclos do Caniçal
Escola Básica e Secundária do Porto Moniz
Escola Básica e Secundária Professor Dr. Francisco de Freitas Branco, Porto Santo
Escola Básica 23 Cónego João Jacinto Gonçalves Andrade (Campanário)
Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel F. Cabral (Santana)
Escola Básica 2º e 3º Ciclos do Caniço
Escola Profissional Atlântico
Direção Regional de Qualificação Profissional
[Direções Executivas e corpos docentes dos estabelecimentos de ensino e de formação profissional]

Mural Digital: <http://muraldigital.gov-madeira.pt/>
Os melhores RUMOS para os Cidadãos da Região
Novembro.2012







Último Espaço

Nesta Edição apresentamos-lhe uma breve nota sobre “2013 - Ano Europeu dos Cidadãos” e um registo dos momentos mais marcantes das ações organizadas pelo Instituto de Desenvolvimento Regional , IP-RAM durante o ano de 2012, bem como as organizadas por outras entidades em que o Instituto foi convidado a participar.

107

Múchia dourada *Musschia aurea*

©Filipe Viveiros

Foto e informação cedida pelo Serviço do Parque Natural da Madeira

www.pnm.pt

2013

Ano Europeu dos Cidadãos

Núcleo de Avaliação e Comunicação do IDR, IP-RAM

A cidadania da União e os direitos que lhe são inerentes constituem um dos principais pilares da União Europeia. Com a celebração do vigésimo aniversário da introdução da cidadania da União pelo Tratado de Maastricht, a 1 de novembro de 1993, a Comissão Europeia propôs que 2013 fosse designado «Ano Europeu dos Cidadãos». O objetivo do Ano Europeu dos Cidadãos consiste em facilitar aos cidadãos da União o exercício do seu direito de circular e residir livremente no território da UE, assegurando um fácil acesso às informações sobre os seus direitos.

A Comissão Europeia designou 2013 como o Ano Europeu dos Cidadãos com o objetivo de facilitar aos cidadãos da União o exercício do seu direito de circular e residir livremente no território da UE, assegurando um fácil acesso às informações sobre os seus direitos.

A liberdade de circulação é o direito mais precioso inerente à cidadania da UE. Com efeito, são cada vez mais os europeus que beneficiam deste direito e vivem noutro Estado-Membro da UE: em 2009, estimava-se que 11,9 milhões de cidadãos residia num Estado Membro que não o seu; em 2010, este número aumentou para 12,3 milhões. Graças à cidadania da UE – que não substitui mas complementa a cidadania nacional – os cidadãos da UE têm acesso a um leque alargado de direitos em todos os Estados-Membros da União, incluindo o direito, enquanto consumidores, ao acesso a bens e serviços noutros Estados-Membros e, enquanto cidadãos, à educação, à obtenção do reconhecimento das suas qualificações profissionais, aos cuidados de saúde, a adquirir ou manter os direitos de segurança social ou a votar e a candidatar-se nas eleições para o Parlamento Europeu e nas eleições autárquicas no Estado-Membro de residência.

Não obstante, e embora mais de um terço (35 %) dos trabalhadores considerem a hipótese de ir trabalhar para outro Estado-Membro, quase 1 em cada 5 continua a pensar que existem demasiados obstáculos. Em conjunto com as dificuldades da língua, uma falta de informação crónica é o mais importante obstáculo às deslocações transfronteiras para trabalhar. Um inquérito de 2010 revelou que ainda são muitas as pessoas que não se sentem adequadamente informadas sobre os diferentes direitos de que podem beneficiar: apenas 43 % conhecem o significado do conceito «cidadão da União Europeia» e quase metade dos cidadãos europeus (48 %) referem que «não estão bem informados» sobre os seus direitos.

A Comissão Europeia designou 2013 como o Ano Europeu dos Cidadãos cumprindo a promessa feita no Relatório sobre a cidadania da UE e sobre dar resposta ao apelo do Parlamento Europeu para ser tomada esta iniciativa.



O objetivo do Ano Europeu consiste mais especificamente em:

- Aumentar a sensibilização dos cidadãos para o seu direito de residir livremente na União Europeia;
- Aumentar a sensibilização para a forma como os cidadãos podem beneficiar dos direitos e políticas da UE e estimular a sua participação ativa no processo de elaboração das políticas da União;
- Estimular o debate sobre o impacto e o potencial do direito de livre circulação, em especial em termos de reforço da coesão e de compreensão mútua.

Para assinalar o Ano Europeu dos Cidadãos de 2013, será organizada em toda a UE uma série de eventos, conferências e seminários, a nível nacional, regional ou local. A Comissão tenciona igualmente reforçar a visibilidade dos portais Web multilingues – Europe Direct e A sua Europa – como elementos chave de um «balcão único» de informação sobre os direitos dos cidadãos da União, bem como o papel e a visibilidade dos instrumentos de resolução de problemas, tais como o SOLVIT, para que os cidadãos da União exerçam e defendam melhor os seus direitos.

Fonte:

http://ec.europa.eu/portugal/comissao/destaques/20110817_2013_ano_europeu_cidadaos_pt.htm

http://europa.eu/rapid/press-release_IP-11-959_pt.htm?locale=en

Momentos 2012

Aqui ficam alguns momentos a registar...

Núcleo de Avaliação e Comunicação do IDR, IP-RAM

110



Dia da Europa
Travessa do Cabido / Funchal - 09.05.2012



6ª Reunião da Comissão de Acompanhamento dos Programas Operacionais da RAM (Intervir+ e Rumos)
13.06.2012



Exposição «O Fundo de Coesão em Portugal»
Metropolitano do Aeroporto de Lisboa - 16.07.2012
Em parceria com a empresa Metro Lisboa, SA., o IFDR, produziu a exposição «O Fundo de Coesão em Portugal», para a inauguração da estação do Metropolitano do Aeroporto de Lisboa.
O IDR participou na Exposição



Grande Evento – Seminário sobre “Avaliação do QREN 2007-2013 e do próximo Quadro Estratégico Comum 2014-2020”
Museu da Casa da Luz – 16.10.2012

Momentos 2012

Aqui ficam alguns momentos a registar...

112



Fórum e Exposição «Portugal 2020 - Crescimento Inclusivo, Inteligente e Sustentável»

Fundação Champalimaud - 08.11.2012

Este Fórum contou com a participação do Comissário Europeu para a Política Regional, Johannes Hahn, com o Ministro da Economia e do Emprego, Álvaro Santos Pereira e com o Secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional, António Almeida Henriques



Encontro Anual entre a Comissão Europeia e as Autoridades de Gestão do FSE

Teve lugar no dia 13 de dezembro, no Hotel Altis, em Lisboa, o Encontro Anual entre a Comissão Europeia e as Autoridades de Gestão do FSE 2007-2013, onde estiveram presentes a Autoridade de Gestão do FSE, inclusive do Programa Rumos e representantes dos Organismos, e contou ainda com a participação do Secretário de Estado do Emprego e do Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social.



Encontro Anual CE e Programas Operacionais FEDER
e Fundo de Coesão 2007/2013
20 e 21.11.2012

Realizou-se no dia 21 de novembro, o Encontro Anual entre a Comissão Europeia e as Autoridades de Gestão (AG) dos Programas Operacionais financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e Fundo de Coesão, no período de programação 2007-2013, que teve lugar no CCB - Centro Cultural de Belém, em Lisboa.

O Encontro foi constituído por um conjunto de reuniões bilaterais (AG e Comissão Europeia), a primeira das quais teve lugar dia 20 à tarde no IFDR e a segunda dia 21 de manhã, concluindo-se com a Reunião Plenária envolvendo todas as Autoridades de Gestão, à tarde no CCB.



3º Congresso de Habitação Social “Repensar a Habitação Social – Necessidade ou Oportunidade”
CECODHAS.P - Comité Português de Coordenação da Habitação Social
ISCTE-IUL - 08.11.2012

O Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM esteve presente neste Congresso a convite do Senhor Presidente da Investimentos Habitacionais da Madeira (IHM), Arquiteto Carlos Gonçalves, onde participou no Tema “Eficiência Energética e Arquitetura Sustentável na Reabilitação da Habitação Social – Uma Obrigação ou Uma Janela de Oportunidade?”, integrado na Sessão “Património e Urbanismo”.

Neste tema foram oradores:

Pelo Instituto Green Lines - Prof. Doutor Rogério Amoêda

Pela AREAM - Eng.º José Filipe Nunes Oliveira

Pelo IDR, IP-RAM - Drª Vanda de França Correia de Jesus

Pelo IHM – Arquiteto Carlos Gonçalves

Moderador: Arquiteto João Belo Rodeia - Bastonário da Ordem dos Arquitetos.



Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM

"INTERVIR+ para uma Região cada vez mais europeia"



Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Social da RAM

"Os melhores RUMOS para os Cidadãos da Região"



VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO 2007-2013

"Ligações para o desenvolvimento sustentável"



QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL



"Investimos no seu futuro"



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Governo Regional

Secretaria Regional do Plano e Finanças



REPÚBLICA PORTUGUESA



UNIÃO EUROPEIA
Fundo de Coesão
Fundo Social Europeu
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional